

GUERREIRO RAMOS

A CRISE DO PODER
NO BRASIL

(Problemas da Revolução Nacional Brasileira)

ZAHAR EDITORES

RIO DE JANEIRO

A Clélia

Exemplar n.º **N.º** 2985

1961

Direitos para esta edição adquiridos por
ZAHAR EDITORES — Rio de Janeiro

“...antinação, isto é, um conjunto de interesses que se representam ao revés dos interesses gerais permanentes, profundos, do País.”

Gilberto Amado

“...restituir a nação a si mesma, substituir a antinação... pela nação...”

Gilberto Amado

“...formação de um nôvo ser nacional.”

Gilberto Amado

Prefácio 15

I — Panorama Político do Brasil Contemporâneo

1 — O Governo Jânio Quadros e a Crise do Poder —
1.^a Parte 21

SUMÁRIO: I — Implicações sociológicas da eleição de Jânio Quadros. O sentido específico do Governo Jânio Quadros. II — A sociedade política e sua composição. Sociedade política e sociedade global no Brasil. III — A pequena burguesia como quadro de vanguarda. O Manifesto do Partido Republicano. Os positivistas. A pequena burguesia no poder: Deodoro e Floriano Peixoto. Campos Sales e a restituição do poder aos fazendeiros. O civilismo. Os "tenentes" da década de 1920. IV — O sentido da Revolução de 1930. A depressão mundial e seus efeitos no Brasil. Nôvo conteúdo da sociedade brasileira. A indústria. O Golpe de 1937. O Estado Nôvo.

2 — O Governo Jânio Quadros e a Crise do Poder —
2.^a Parte 33

SUMÁRIO: I — O Brasil de após-guerra. A modificação da estrutura social e seus reflexos na esfera do poder. Os pleitos a partir de 1945. II — Crise de representatividade. Indiferenciação política e partidária de Jânio Quadros. III — O bonapartismo e a nova situação política. IV — A Instrução 204 e suas repercussões políticas. Bifrontismo do Governo Jânio Quadros. A inflação como problema político. V — Rebeldia do eleitorado. Crise dos partidos. O problema da reorganização partidária. VI — O cardinal fato político da vida brasileira — o povo. Observações de Gilberto Amado.

3 — Trajetória Político do Brasil (do clá à ideologia)... 46

SUMÁRIO: I — O povo como categoria cardinal do Brasil contemporâneo. II — Política de clã. III — Política de oligarquia. As oligarquias no Império e na Velha República. IV — Política populista. Getúlio Vargas. João Goulart. Ademar de Barros. V — Política de grupos de pressão. Legitimidade dos grupos de pressão. Grupos de pressão no Brasil. O Governo Kubitschek. VI — Política ideológica. Novo conteúdo econômico e político da sociedade brasileira. VII — Confronto de épocas. O Brasil de Gilberto Amado e Oliveira Viana. O Brasil de hoje.

4 — Política de Elites e Política de Quadros 68

SUMÁRIO: I — A mutação histórica do Brasil. De País "sem povo" a País "com povo". A reforma partidária como aspecto particular do problema da organização nacional. II — A elite. A inevitabilidade das elites nos países "sem povo". III — A organização partidária no Império. O centralismo do Império e a "política dos Governadores" de Campos Sales. IV — A organização partidária na Velha República. A mentalidade antipartidária da Velha República. Os P.R. nos Estados. Tentativas abortadas de partidos nacionais. Francisco Glicério, Pinheiro Machado, Rui Barbosa. As legendas de 1933. V — A Revolução de 1930 e a "verdade eleitoral". Sintomas do Brasil novo. Os partidos políticos após o Estado Novo. Ascensão do populismo. VI — A crise partidária. Significado da eleição de Jânio Quadros. VII — O quadro. Caracterização dos partidos de quadros. A organização como "questão intelectual". VIII — Funções da organização na atividade partidária. Luckács e a "mediação entre o homem e a História". A consciência global do processo. Sistemática da ação partidária. Superação da "economia". IX — É o processo que organiza o processo. Valor histórico da obra de Alberto Tôrres. *A Organização Nacional*.

II — Antes e depois de Outubro de 1960

5 — O Problema da Representatividade Político-Partidária 89

SUMÁRIO: I — *Doenças infantis do trabalhismo*. Tipologia do trabalhismo no Brasil. O varguismo. O janguismo. O peleguismo. O expertismo. II — *A luta interna nos partidos*. A direção política da sociedade brasileira em crise. Os agentes cegos do processo. A luta interna nos partidos como meio de clarificação ideológica. Sentido das renovações internas do PTB, do PSD, da UDN.

6 — O Governo Jânio Quadros e os Problemas de Organização Político-Partidária 96

SUMÁRIO: I — *A Crise Partidária*. Significado sociológico da vitória eleitoral de Jânio Quadros. Falta de "caráter" da UDN, do PTB e do PSD. O Marechal Lott e Jânio Quadros e sua desarticulação partidária. Desnaturação do ISEB e as perspectivas das renovações partidárias. II — *Com quem governa Jânio Quadros?* O neutralismo do Presidente Jânio Quadros. O incidente com o Embaixador Berle Junior. O Governo Jânio Quadros em suspensão coloidal. Psicologia e Sociologia. III — *O Governo Jânio Quadros e o Terceiro Poder*. "Despoliticizar a administração pública". Política e administração. As camadas do Executivo. O terceiro escalão do Executivo. A "societas sceleris".

7 — Problemas da Esquerda no Brasil 105

SUMÁRIO: I — *Tarefa urgente da esquerda no Brasil*. A crítica ao Partido Comunista do Brasil. Ponto-de-vista da direita. Ponto-de-vista da esquerda. Vinculação do PCB à União Soviética e sua razão de ser histórica. Rosário de erros do PCB. Domesticidade do PCB. O V Congresso do PCB. O desastre de 3 de outubro de 1960. II — *Posição revolucionária brasileira*. O punhado de bravos. Miséria e grandeza de Luís Carlos Prestes. "Fechadistas" e "abridistas". Tarefa organizatória das massas. III — *Sectarismo e esquerda*. O PCB, obstáculo a boas relações entre o Brasil e a URSS. Psicologia do pecebista. A miscelânea: Light, Cúria, Shell, ISEB, PCB. A "linha nacional" permitida por Moscou. IV — *Na Casa do Senhor há lugar para todos*. A URSS à direita do socialismo mundial. Tensões entre a URSS e a China. Cuba, novo pólo irradiador de influência. Ineditismo da revolução cubana. O teórico "Ché" Guevara. O comunismo como emoção. A nova esquerda: Wright Mills, Paul Baran, Paul Sweezy, Jean-Paul Sartre, Gunnar Myrdal. V — *Fim do Marxismo-Leninismo, Comêço...* Marxismo-Leninismo como sofistica e magia. Lénine e o Komintern. Stalin e o Cominform. Os "honestos imbecis" de Stalin. Os mortos não dirigem os vivos. VI — *A Declaração de Moscou*. Ambigüidade da Declaração de Moscou. A China e a "solidariedade ativa". Perspectivas do PCB.

8 — Pós-Nacionalismo (um depoimento) 119

SUMÁRIO: I — Nacionalismo, moeda gasta em política. O nacionalismo abstrato é alienação. O ISEB e os

catedráticos de nacionalismo. *Cartas persas* sobre o nacionalismo. II — A Candidatura Lott, ameaça de bonapartismo. Entreguismo e nacionalismo. Tipos de entreguismo e nacionalismo. O nacionalismo-ciência. Jânio e Lott. Os suportes de Lott. III — Confronto de duas candidaturas. Jânio Quadros, sustentáculo de Juarez Távora e anti-Kubitschek. Lott, sustentáculo de Kubitschek e anti-Juarez Távora. IV — Lavagem cerebral nos nacionalistas. O povo evitou a desnaturação do nacionalismo. Significado da derrota eleitoral dos nacionalistas e lottistas. O novo Governo e a tarefa das vanguardas.

III — Três Momentos Ideológicos do Brasil

9 — A Ideologia da Ordem 141

SUMÁRIO: I — Morfologia social do espírito e da inteligência. As famílias intelectuais. De Jackson de Figueiredo a Carlos Lacerda. O integrismo. A dialética da "encarnação" e do "desprendimento". De Santo Agostinho a Toynbee. II — A obra de Jackson de Figueiredo. O partido católico. *A Reação do Bom Senso*. Jackson e o Integralismo lusitano. O aristocratismo da direita no Brasil. Sociologia do "bom senso". A política como arquitetura. III — Hamilton Nogueira e *A Doutrina da Ordem*. O anti-humanismo inquisitorial. A pena de morte. Joseph de Maistre e o dogma da reversibilidade. Os "canalhas" da década de 1920. Jackson de Figueiredo, precursor do Integralismo no Brasil. Depoimento de Tristão de Ataíde. Decepções dos maniqueístas: Bernanos, Gustavo Corção, Fernando Carneiro. Despreparo do clero e da intelectualidade católica no Brasil. Observações do Padre Júlio Maria. A crítica dos católicos do ponto-de-vista do catolicismo intransigente. Carlos Lacerda e os ideólogos da ordem no poder.

10 — A Ideologia da "Jeunesse Dorée" 152

SUMÁRIO: I — Reflexos da Revolução de 1930 nos meios intelectuais favorecidos pela fortuna. Bases econômicas da "jeunesse dorée". Angústia constitutiva da "jeunesse dorée". Uma observação de Jackson de Figueiredo. II — Alceu Amoroso Lima e seus estudos na década de 1930. A geometria política. Reformismo e evolução contínua. Tradicionalistas à de Maistre, de Bonald, Burke. Observação de Alberto Tôrres. III — Afonso Arinos de Melo Franco e a visão *dorée* do mundo. Concepção ra-

cista da história. Um falso "conceito da civilização brasileira". IV — A perplexidade da "jeunesse dorée" na década de 1930, expressa em livros de Afonso Arinos de Melo Franco e Otávio de Faria. Ociosidade e cultura. O tema do caráter nacional. A salvação do Brasil pelas elites. Redução do problema político a um problema moral.

11 — O Inconsciente Sociológico (Estudo sobre a Crise Política no Brasil na Década de 1930 168

SUMÁRIO: I — Figuras esquecidas pela sociologia oficial. A escassa contribuição dos "antropólogos" e "sociólogos". A sociologia como "sorriso da sociedade". II — O livro de Martins de Almeida: *Brasil Errado*. O inconsciente sociológico. Caráter empírico-indutivo do pensamento de Martins de Almeida. III — O livro de Virgínio Santa Rosa: *O Sentido do Tenentismo*. Seu valor como diagnóstico. IV — A Contribuição de Azevedo Amaral. Sua interpretação da História do Brasil. A "classe politicante". A "aventura política do Brasil". V — Causas do Golpe de 1937 e do Estado Novo. Sua interpretação por Azevedo Amaral. Francisco de Campos. Getúlio Vargas.

IV — Caracteres da *Intelligentzia* (Apêndice) 185

SUMÁRIO: I — Modelo russo de *intelligentzia*. Observação de Berdiaeff. Definição do *Oxford Dictionary*. Ceneituação sociológica. A *intelligentzia* sob suspeição. II — Os círculos weberianos na Alemanha. Motivação política de Max Weber. *O Estado Nacional e a Política Alemã*. Classe dominante e classe dirigente na Alemanha. III — A *Fabian Society*. Os fundadores da "Sociedade Fabiana". Métodos de ação dos "fabianos". IV — A *intelligentzia* no Brasil. Preconceitos brasileiros contra a *intelligentzia*. A tarefa de organizar o Estado Nacional no Brasil. O ôco a preencher.

Índice de nomes 191

P R E F Á C I O

Viver sob o signo da revolução é a maneira mais rica de ser brasileiro na presente época do meu País. Confesso que, por temperamento, sou comodista. A tensão revolucionária contraria os meus humores, minhas idiossincrasias glandulares. Como Salvador Dalí, gostaria de viver em época em que não houvesse reivindicações a fazer, onde as coisas e as pessoas estivessem nos devidos lugares. Nasci, porém, num País e numa época, em que a revolução é a única maneira de conferir dignidade à existência. A maior humilhação que pode sofrer um intelectual consiste em se surpreender abaixo das virtualidades de seu tempo e de sua circunstância. Sou revolucionário por orgulho. Por uma questão de ética, de ética intelectual. A vocação da inteligência é a verdade. Se a vida do intelectual tem de ser um experimento da verdade, no Brasil de hoje é compelida a tornar-se revolucionária. A verdade do Brasil de hoje é a revolução. Equivale a dizer: o verdadeiro Brasil é uma possibilidade. É negação do Brasil remanescente. Se assim não fôsse, a revolução seria um capricho. Vivemos, hoje, no Brasil, período de história viva, isto é, período em que um novo ser nacional procura exprimir-se em adequadas formas, em adequados estilos históricos, por constituir, por fundar. Procura sair da noite em que se gera para o dia em que se realiza. Da sombra em que se oculta para a luz em que se revela. Em tais condições, a revolução é momento de ambigüidade, entre o não-ser e o ser. Entre potência e ato. Matéria e forma. Em tais condições, a vida revolucionária é, por excelência, a vida clarividente.

Este é um livro imprudente. Os amigos que o leram me desaconselharam a publicá-lo, temerosos de suas conseqüências em minha vida particular. O Brasil tem de sobra intelec-

tuais prudentes. Entre eles, não poucos alardeiam ser até revolucionários. O que não lhes impede, todavia, de estar em tôdas, como se costuma dizer. São prudentes. Não recrimino, não censuro ninguém. Creio, porém, que um pensamento revolucionário jamais poderá vingar historicamente, se os que o professam nêle não empenharem a sua biografia. A revolução não constitui assunto acadêmico ou literário. É tarefa concreta, em que me considero lançado sem restrições. A revolução é a atmosfera habitual de minha vida e especialmente dos meus livros. Por isso, não protesto contra a minha condição de outsider nos meios culturais dominantes no País. Esta condição de outsider é requisito para lograr viver hoje no Brasil, à altura de sua prodigiosa vocação de grandeza. Se eu quisesse ser prudente, naqueles meios teria meu lugar decerto. Se quisesse ser prudente, teria até hoje minha cátedra de sociologia na Faculdade de Filosofia da Universidade da Bahia, de que sou co-fundador, ou teria aceito generoso convite do Reitor Edgar Santos, em 1958, para assumir cargo equivalente na Faculdade de Ciências Econômicas daquela Universidade. Se quisesse ser prudente, seria, desde 1943, professor da Faculdade Nacional de Filosofia, pois ao terminar ali em 1942 o meu curso de Ciências Sociais, mereci a indicação para aquela atividade da parte do Prof. André Gros, da Universidade de Paris, na época regente de Política, na referida dependência da Universidade do Brasil. Se quisesse ser prudente, não teria, por questão de princípio, deixado, em dezembro de 1958, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros, cujo Departamento de Sociologia dirigi desde sua fundação. Se quisesse ser prudente... Bem, paremos por aqui, o rosário seria longo e constrangedor.

Meu dissídio com o Brasil remanescente é total.

É preciso viver as condutas em estado nascente, de maneira irrestrita. O Brasil é um país maduro para fazer sua revolução nacional moderna. Tem tôdas as condições objetivas para tanto. Se esta revolução não ocorreu, é porque não se formaram ainda, entre nós, suficientes quadros decididos a observar uma idônea conduta revolucionária. A revolução é uma moralidade. Evidentemente não podem cometê-la quadros vicia-

dos no oportunismo, grupos de esquerda de fachada, que negociam por dinheiro, por empregos, apoios, liquidação de pessoas e campanhas de difamação e de boatos desprimorosos, mesmo contra revolucionários de honra ilibada.

Contou-me conhecido escritor brasileiro que, poucos dias após o seu regresso de Cuba, onde fizera estágio de algumas semanas, um isebiano lhe perguntara se no país de Fidel Castro não havia também um ISEB. Envergonhado com a pergunta, o escritor lhe fizera ver que em Cuba não poderia existir semelhante entidade; que ali a revolução é séria. Tinha razão: a revolução é séria, em tôda parte. Não só em Cuba. Em Gana. Em Angola. Na Argélia. Na Guiné. Nos dias de hoje nenhuma revolução poderá ser feita por "stalinistas", "cominformistas", revolucionários classe K, nacionalistas assalariados à conta da Verba-3, estudantes-pelegos.

Criadas se encontram no Brasil as condições objetivas da revolução nacional. Falta criarem-se as subjetivas. É provável que no presente quinquênio do Presidente Jânio Quadros surja momento de intensa fermentação revolucionária. É necessário que, na oportunidade, estejam organizados os quadros capazes de merecer êsse momento. Então deverá ser cortado o nó górdio do processo brasileiro, ato que, de uma vez por tôdas, divorciará a nação da antinação. O modelo da revolução brasileira será necessariamente inédito. Foge assim a domesticações à distância. Não será soviético. Não será chinês. Não será cubano. Em tôda sua História, o Brasil tem sido original na América e no mundo. Eis por que o quadro da revolução nacional brasileira será necessariamente independente em relação a qualquer espécie de Internacional.

Este livro aspira à revolução nacional brasileira.

Desde 1953, quando escrevi os estudos reunidos na Cartilha Brasileira do Aprendiz de Sociólogo, que os meus trabalhos sucessivos procuram traduzir, de modo sistemático, a novidade radical do processo brasileiro em sua presente etapa. A Cartilha, republicada com outros estudos em Introdução Crítica à Sociologia Brasileira, se seguiram A Redução Sociológica e

O Problema Nacional do Brasil. *Esses e o presente livro são momentos de uma teoria da sociedade brasileira cuja apresentação em obra especial, na base das notas, observações e pesquisas que há alguns anos venho fazendo, as circunstâncias ainda não me permitiram.*

Este livro, insisto, é incidência de uma teoria da sociedade brasileira. Todas as suas partes, todos os seus capítulos dela são tributários. Alguns esclarecimentos são, no entanto, imprescindíveis. Os três primeiros capítulos da parte II, Antes e Depois de Outubro de 1960, são constituídos de textos revisados e parcialmente reelaborados, que publiquei em Última Hora, na coluna Do Ponto-de-Vista Nacional. O capítulo Pós-Nacionalismo, além da entrevista concedida a O Metropolitano (publicado em edições dominicais do Diário de Notícias), contém textos publicados em Última Hora, os quais aparecem aqui com alterações de forma. Os dois capítulos da parte III, A Ideologia da "Jeunesse Dorée" e O Inconsciente Sociológico, foram anteriormente publicados na revista Cadernos do Nosso Tempo, Ns. 4 e 5, respectivamente em 1955 e 1956. O Apêndice contém o estudo Caracteres da Intelligentzia, anteriormente publicado no suplemento dominical do Jornal do Brasil, edição de 3 de fevereiro de 1957.

A Clélia, minha mulher, desejo expressar aqui minha gratidão pela generosa assistência material e espiritual que me tem prestado, especialmente durante o incerto período em que as páginas deste livro foram escritas.

GUERREIRO RAMOS

I

Panorama Político
do
Brasil Contemporâneo

O Governo Jânio Quadros e a Crise do Poder

(1.^a Parte)

I

Agora que o Sr. Jânio Quadros está no poder, muitos aspectos da realidade política e social do País antes obscuros se tornam claros. A eleição do ex-governador de São Paulo é fato-chave, não só por suas inéditas implicações como ainda pela luz que lança no período pregresso de que acabamos de sair. Pelo seu teor sociológico, não deve ser vista apenas como episódio marcado de singularidades irrelevantes, mas em seu essencial sentido específico em nossa evolução social e política. Somente essa modalidade de indagação pode contribuir para dar caráter sistemático à ação do novo Governo e de todos aqueles que se interessam em participar da condução dos acontecimentos, segundo as determinações objetivas que os regem. A sistematicidade no trato das coisas acarreta, de modo geral, mais rendimento do que o processo das tentativas e aproximações e é mais do que necessária à efetivação das auspiciosas virtualidades do período que inaugura o presente Governo.

A fim de melhor alcançar o sentido especial do Governo Jânio Quadros, cumpre focalizá-lo numa perspectiva histórico-sociológica. É o que pretendemos fazer no presente estudo que tenderá a fundamentar as seguintes teses:

1) Os resultados do pleito de 3 de outubro de 1960 e a conseqüente investidura do Sr. Jânio Quadros nas funções de Presidente da República demonstram existir uma crise do poder no Brasil. A tomada de consciência dessa crise é necessária, porque sem ela não é possível diagnosticar os problemas do País, inclusive os econômicos, nem conseqüentemente dar-lhes

soluções, as quais, em última análise, são decisões políticas e, portanto, requerem que o Governo se torne instrumento das novas categorias sociais que, pelos seus empreendimentos, constituem hoje a vanguarda do processo brasileiro.

2) Os resultados das eleições de 3 de outubro demonstram que se constituiu no Brasil nova categoria histórica, o povo, cuja capacidade de decisões próprias, revelada no pleito, é indício de que está habilitado a exercer funções dirigentes no processo histórico do País.

3) Finalmente, os referidos resultados eleitorais testemunham o desajustamento de nossa organização político-partidária à nova realidade social do País, uma vez que o povo se conduziu no pleito de modo rebelde às indicações dos aparelhos partidários. Para sanar esse desajustamento é imperativo modificar os métodos de trabalho político-partidário, tendo em vista conferir-lhes maior representatividade.

II

O Governo Jânio Quadros é culminação de uma série de transformações ocorridas na estrutura das classes sociais no Brasil, que, a seguir, descreveremos de maneira esquemática, mencionando apenas os fatos que mais importam no esclarecimento da atual situação política do País. De 1822 a 1961, há que distinguir os diferentes graus de participação política das classes sociais. Períodos distintos em nossa história política podem ser discernidos, cada um deles marcado pela escala de participação das classes no exercício do poder.

No *exercício do poder*, dizemos. Com efeito, não importa no presente estudo a descrição de como participaram as classes no Brasil nas lutas sociais. Isso importa menos do que procurar conhecer quais têm sido os titulares do poder no Brasil em várias épocas. É indagação que se prende a problema fundamental de nossos dias, em que um Governo de suportes sociais vacilantes ou mal definidos, o do Sr. Jânio Quadros, vem de constituir-se. A pergunta pelos titulares do poder tem excepcional prioridade, hoje, entre nós. A discussão das atuais dificuldades do povo se fará necessariamente de modo escamoteado, enquanto não fôr referida à questão do poder.

Todo poder se concretiza em termos antagônicos. Não haveria poder onde não houvesse oposição aos que o exercem.

Todo poder requer dialéticamente, na teoria e na prática, essa oposição para ser verdadeiro poder. Se aquela não se verificasse, ter-se-ia chegado ao estágio social ideal em que os fins e necessidades coletivas coincidiriam com os fins e necessidades individuais. Enquanto essa coincidência não se positive, a violência e a coerção deverão ser monopolisticamente utilizadas por um grupo restrito de pessoas em nome das conveniências gerais da sociedade. Haverá sempre, portanto, em cada momento da sociedade, uma relação ou combinação de forças, um pacto entre diferentes grupos ou categorias sociais.

Independentemente da forma que assuma, todo poder implica relação em permanente mudança entre: 1) uma minoria que o exerce; 2) os que a apóiam; e 3) os que se lhe opõem embora a reconheçam e consentam no seu mandato. (1) Quando a terceira camada nega esse reconhecimento e consentimento surge uma situação revolucionária. Há muitos aspectos a considerar no fato do poder, que não nos preocupam, agora. Fique, porém, a observação de que a composição quantitativa daquelas camadas varia continuamente, refletindo-se essa variação na representatividade da minoria dominante, a qual tende a diminuir na proporção em que aumenta o número dos que constituem a terceira camada.

Chamamos de sociedade política ao conjunto das camadas anteriormente descritas. É de assinalar-se que a sociedade política foi durante muito tempo no Brasil parte singularmente restrita da população. A lei Saraiva de 1881, proclamada a mais liberal nos tempos do Império, considerava eleitores apenas os que tivessem renda anual não inferior a 200 mil-réis, além de excluir os escravos, os analfabetos e as mulheres. Em 1922, para uma população estimada em 28.542.000 pessoas, o

(1) Vide Hermann Heller, *Teoria del Estado. Fondo de Cultura Economica. México-Buenos Aires. 1947.* Esta composição do poder reflete o que H. Heller chama de "estrutura necessariamente antagônica da sociedade". Sobre a composição do poder, diz Heller: "o poder do Estado não é nem a soma, nem a mera multiplicação das forças particulares incluídas, mas a resultante de todas as ações e reações politicamente relevantes, internas e externas. Em linhas gerais, distinguem-se nesta cooperação três grupos que, naturalmente, não podem ser concebidos como magnitudes estáticas, mas dinamicamente em mudança: o núcleo do poder que realiza positivamente o poder do Estado, os que o apóiam e os participantes negativos que se lhe opõem". (Pág. 267).

número de eleitores que compareceram ao pleito para votar no candidato à Presidência da República foi: 837.270. O quadro anexo mostra a proporção do eleitorado em relação à população do País, desde a primeira eleição para Presidente na República Velha. O quadro mostra o crescimento quantitativo da sociedade política. Em nossos dias, a despeito da injustificada exclusão dos analfabetos, ela jamais foi tão representativa da sociedade global.

III

Se até recentemente era tão restrita a participação das camadas sociais na sociedade política, muito mais exclusivista era o âmbito da minoria dirigente. Nesta última, de 1822 a 1930, somente os proprietários rurais, os altos comerciantes ou seus delegados tinham lugar. Não só a Independência foi obra de latifundiários e comerciantes como toda a vida política de nosso período imperial foi por eles conduzida. Afora a pausa bonapartista de 1889 a 1894 em que, mediante o setor militar, círculos da classe média fizeram a sua primeira incursão na área cêntrica do poder, o latifúndio e o alto comércio governaram o País desde 1822 até 1930.

Na ausência de um setor industrial significativo e, portanto, de um proletariado em idênticas condições bem assim como, dada a debilidade subjetiva de nosso campesinato, integrado largamente por trabalhadores escravos até 1888 e até hoje marcado de extremo pauperismo e de incapacidade associativa, foi a classe média a primeira a disputar aos fazendeiros e comerciantes funções dirigentes no processo político do País. Em outras palavras, enquanto não se constituiu uma burguesia industrial e um proletariado urbano, couberam à classe média a iniciativa e o comando de nossas reivindicações mais avançadas. Entendemos aqui por classe média o conjunto dos pequenos negociantes e industriais, profissionais liberais, funcionários, militares e assalariados que, por sua qualificação técnica e instrução, não podem ser confundidos com a massa obreira comum.

Pode-se tomar 1870 como o ano em que a classe média inicia sua trajetória política em nível eminente. Com efeito, naquela data foi publicado o *Manifesto do Partido Republicano*, que compendia reivindicações típicas daquele estrato social,

na época, e que se aplica no combate ao domínio dos fazendeiros e aos órgãos que o asseguravam, o Senado Vitalício e o Conselho de Estado, bem como na condenação da centralização política e do poder moderador e sua prerrogativa de irresponsabilidade e de dissolução da Câmara. Eram estas evidentemente reformas puramente político-administrativas, uma vez que as condições econômicas vigentes não permitiam ainda reformas sociais de ampla envergadura.

Antecedente do *Manifesto* é a *Opinião Liberal*, fôlha surgida em 1866 para propagar "as idéias liberais mais adiantadas", no dizer de A. Brasiliense. (2) Em 1868, a *Opinião Liberal* apresentava o seu programa, contendo os seguintes pontos: descentralização; ensino livre; polícia eletiva; abolição da Guarda Nacional; Senado temporário e eletivo; extinção do poder moderador; separação da judicatura da polícia; sufrágio direto e generalizado; substituição do trabalho servil pelo trabalho livre; presidentes da província eleitos pela mesma; suspensão e responsabilidade dos magistrados pelos tribunais superiores e poder legislativo; magistratura independente, incompatível, e a escolha de seus membros fora da ação do Governo; proibição dos representantes da nação de aceitarem nomeação para empregos públicos e igualmente títulos e condecorações; os funcionários públicos uma vez eleitos deverão optar pelo emprego ou cargo de representação nacional.

A Sociedade Positivista, fundada em 5 de outubro de 1878 e que teve atuação digna de nota em prol das causas populares, e as correntes de idéias inspiradas em Augusto Comte constituem outro momento saliente da evolução política da pequena burguesia. Os positivistas difundiam, entre outras coisas, a supressão de hereditariedade monárquica e da religião de Estado, a abolição da escravatura e a criação de instituições que assegurassem a liberdade de pensamento. Nem sempre, é certo, se colocaram ao lado da causa mais progressista, embora, em conjunto, o chamado movimento positivista exprimisse ideais libertários que, em seu devido momento, contribuíram para minar os privilégios constituídos.

É, porém, o período 1889-1894, em que se proclama e consolida a República, que assinala a primeira ascensão de círculos

(2) Vide A. Brasiliense, *Os Programas dos Partidos*. São Paulo. 1878. Págs. 25-26.

pequeno-burgueses ao poder, o que se evidencia pelo papel saliente dos militares no Governo Deodoro (1889-1891) e sobretudo no Governo Floriano Peixoto (1891-1894). Já no primeiro, a ação de Rui Barbosa como ministro da Fazenda é nitidamente encorajadora da industrialização, ou seja, de atividades urbanas que criam oportunidades de emprego para a classe média. A política financeira de Rui Barbosa, do ponto-de-vista social, é tentativa de redistribuir recursos do setor latifundiário para o da indústria. Por outro lado, o Governo Floriano Peixoto teve como principal missão desmontar as velhas oligarquias das posições de mando, o que se concretizou na repressão às revoltas lideradas por altas patentes da Marinha e nas derrubadas das situações nos Estados.

O primeiro passo para a restituição do poder à velha classe dominante é a eleição do paulista Prudente de Moraes, em 1894, que, uma vez empossado, nomeia para a pasta da Fazenda o Conselheiro Rodrigues Alves, monarquista, fazendeiro de café em São Paulo. Ela não se fará ainda no período presidencial de 1894-1898, conturbado pelas agitações dos "florianistas", mas se consolidará no Governo Campos Sales (1898-1902) mediante a "política dos governadores". Esse dispositivo permite a Campos Sales, e aos seus sucessores, manter a classe média na periferia do poder até 1930. Campos Sales teve plena consciência do sentido restaurador de sua tarefa presidencial. Por assim dizer, incumbiu-lhe pôr fim ao interregno bonapartista, convertendo o governo à realidade econômica. Fêz funcionar o eixo Minas-São Paulo, o chamado "sistema café-com-leite" e, ao contrário de seu antecessor Prudente de Moraes, cuja ação foi sempre negaceada por grupos hostis, conseguiu afirmar a sua autoridade de modo resoluto. No seu Governo desapareceram as reuniões de ministros até então habituais, pois, para ser conseqüente, ponderava: "Seria necessário admitir que o voto da maioria prevalecesse sobre o do presidente; mas neste caso, que restaria do presidencialismo constitucional?" (3). Iniciava-se assim um longo período de Executivos fortes, ou de *ditaduras do Executivo*, como denunciavam os porta-vozes dos movimentos subversivos, notadamente

(3) Vide Hermes Lima, *Lições da Crise*. Livraria José Olympio. Rio, 1954. Pág. 61.

a partir da década dos anos vinte. No plano econômico, Campos Sales procurou combater o que considerava a "mania de grandeza", numa referência provável a Rui Barbosa e seus adeptos, que, mediante o "ultraprotecionismo", "tarifas proibitivas", "monopólios de fato", "prejudicavam a agricultura". Taxativamente afirmou em uma de suas mensagens presidenciais: "É tempo de tomar o caminho certo; e o que nós devemos fazer para esse fim é nos esforçarmos para exportar tudo quanto pudermos produzir em melhores condições do que outros países, e importar tudo quanto eles possam produzir em melhores condições do que nós". (4)

Mas a classe média não minora o seu ímpeto reformista ou revolucionário. Aparentemente, ele arrefece. Todavia, a Campanha Civilista de 1910 revela as suas disposições libertárias. Rui Barbosa, herói da pequena burguesia, empolga a população das cidades justamente porque exprime o seu descontentamento, o seu ideário na época: moralização administrativa, reforma eleitoral tendo em vista assegurar a expressão popular pelo sufrágio, modernização dos serviços públicos, sistema do mérito, estímulo à indústria, elevação dos níveis de educação e instrução, garantias à liberdade. As repercussões que logrou no seio das populações urbanas atestam o quanto a Campanha Civilista representou o projeto revolucionário da classe média.

No Governo do Marechal Hermes (1910-1914) proliferam os conflitos, as chamadas "salvações" lideradas pelos "tenentes", as quais são animadas de propósitos antioligárquicos. A julgar pelos sintomas de intraquilidade que caracterizaram o período do Marechal, conclui-se que uma reforma de grande envergadura das instituições não demoraria. No entanto, acontecimento extraordinário, a guerra de 1914-1918, que coincide com o período presidencial de Venceslau Brás, induzindo transformação no sistema produtivo do País, da qual resulta surto febril de negócios que absorve consideráveis contingentes de mão-de-obra, levou a classe média a postergar os seus intuitos subversivos. Tão logo, porém, cessam os efeitos da Guerra, ela volta à luta, já agora ameaçando frontalmente a ordem constituída, nos Governos subseqüentes de Epitácio Pessoa

(4) Vide J. F. Normano, *Evolução Econômica do Brasil*. Companhia Editôra Nacional. São Paulo-Rio. 1945. Pág. 186.

(1919-1922), Artur Bernardes (1922-1926) e Washington Luís (1926-1930). Na década de 1920 forma-se um quadro revolucionário da classe média, no qual se destaca o ativismo dos "tenentes" (5). As quarteladas de 1922 e 1924 e a Coluna Prestes são movimentos de liderança e de ideário tipicamente pequeno-burgueses. Sumariamente sua problemática pode ser resumida nos seguintes reclamos: democratização do voto mediante a reforma eleitoral, liquidação da política dos governadores, abolição da ditadura do Executivo, uniformização da justiça, garantia de independência do judiciário, liberdade de imprensa, regulamentação do "estado de sítio", tôdas essas providências que aparentemente permitiriam a incorporação da classe média na sociedade política.

IV

A revolução de 1930 não ultrapassa o significado liberal das quarteladas de 1922 e 1924. É o último elo da revolução da classe média que se iniciara mais ou menos por volta de 1910, com a Campanha Civilista de Rui Barbosa. Seu objetivo é eminentemente liberal e se diferencia das tentativas subversivas que a antecederam por ter obtido êxito.

A revolução de 1930 encerrou um ciclo de nossa evolução política e abriu outro, isto é, encerrou o ciclo da constitucionalização efetiva do Estado e abriu o ciclo das lutas políticas pela estruturação ideológica dos interesses das classes sociais no Brasil.

De fato, depois de 1930, as relações de classe vigentes no País vão perdendo, de modo gradativo, aquêlê caráter difuso que assinalamos. Os interesses das diversas classes, anteriormente compenetrados, tornam-se cada vez mais nítidos, em decorrência das transformações econômicas, as quais se traduzem, sobretudo, pela expansão do nosso mercado interno e pelo incremento da produção de bens de capital.

A crise mundial iniciada em 1929 teve efeitos promocionais na economia brasileira, enquanto a induziu a substituir impor-

(5) Para o estudo do "tenentismo", vide Virgínio Santa Rosa, *O Sentido do Tenentismo*. Civilização Brasileira S/A. 1933.

tações, em elevado nível empresarial. Pode-se avaliar a magnitude do esforço interno, à luz de confronto de alguns dados. Na década de 1921-1930, quando nossas exportações montavam a 805.848.000 libras-ouro, importávamos mercadorias no valor de 674.479.000 libras-ouro. Na década seguinte de 1931-1940, tendo baixado a 377.024.000 libras-ouro o valor de nossas exportações, reduzimos as importações a 303.349.000 libras-ouro. Necessariamente coube à produção interna ocorrer à demanda que, não fôra a depressão mundial, seria atendida por importações. O censo de 1940 demonstra, em relação ao de 1920, significativo progresso de nossas indústrias de transformação. O número de estabelecimentos triplicara, subindo de 13.339 em 1920 a 40.983 em 1940. O número de operários mais do que duplicara, elevando-se de 275.512 para 669.348. Estas alterações se fazem logo sentir no plano institucional. Na década dos anos trinta, a massa obreira adquire expressão estatutária, assegurada pelo Estado. Em 29 de novembro de 1930 (Dec. 19.443) cria-se o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio; em fevereiro de 1931, o Departamento Nacional do Trabalho; no mês seguinte, regula-se a sindicalização das categorias patronais e obreiras, tornando-se operante o que era letra morta na lei de 5 de janeiro de 1907 que permitia a organização de sindicatos.

A revolução de 1930, à semelhança do que ocorreu em 1889 com a Proclamação da República, dá à classe média um lugar na esfera de decisão do País. Não é fortuito o papel dos "tenentes" no movimento e a sua presença em altos postos do Governo federal e dos Governos estaduais. É significativo que uma figura tão representativa dos meios tradicionais dominantes, como Antônio Carlos, então Governador de Minas Gerais, reconhecendo as origens dos descontentamentos que a provocaram, tivesse dito pouco antes de deflagrar-se a revolução: " façamos a revolução, antes que o povo a faça". É verdade que o povo, na reviravolta de 1930, pouco ou nenhum papel chegou a exercer. Como a Velha República, a Nova República nasceu também de uma rebeldia de superfície, cujo sentido as camadas populares da época não eram capazes de entender. Só mais tarde o povo fará no Brasil a sua entrada como protagonista de primeira grandeza nas lutas políticas e sociais.

Mas a pequena burguesia não tinha, em 1930, senão reparos tópicos a fazer nas instituições (6). Não ia além de certas reformas que permitissem, sem grandes abalos na estrutura econômica e social, dar-lhe mais oportunidades e melhores posições na condução dos negócios públicos. Não pretendia que lhe fôsse transferido o poder. Esse reformismo moderado ou não-radical, lhe permitiu, através de homens moldados à sua imagem, ascender à área decisória do País. Ainda hoje aí estão figuras que não tinham raízes nas antigas classes dominantes e que, no entanto, de há muito permanecem investidas em funções direcionais. Depois da revolução de 1930, malograda a revolução paulista de 1932, não surgiu outro Campos Sales para proceder à restauração política, em consonância com os antigos interesses.

O Brasil mudara. Na década de 1930 os antigos círculos dominantes não mais podiam exercer o poder nos moldes exclusivos a que estavam habituados. Têm assim de aceitar um compromisso com os industriais, que adquirem agora considerável peso específico, no mundo dos negócios, e com o estrato mais qualificado da classe média. A partir daquela data, muda a composição da minoria dirigente, de modo a que se façam sentir cada vez mais, naquela instância, com o correr do tempo, os reclamos do novo empresariado que a industrialização criou e do crescente assalariado de "colarinho e gravata". A classe operária, embora em ascensão política, é contida na periferia do poder.

Vistos à distância, torna-se hoje evidente que o Golpe de 1937 e os anos do Estado Novo concretizaram aquele pacto político. Jamais a classe média teve tão larga participação no poder, em nossa História, quanto durante o período do Estado Novo. Oriundos dela são numerosos os que, seja como "inter-

(6) Vitoriosa a insurreição de 1930, seus líderes se encontraram perplexos diante do País. Ainda em 1932, um dos homens de 30, José Américo, assim falava: "Todos sabem que os acontecimentos precipitaram vertiginosamente a vitória da Revolução. E o que sucedeu, daí, foi que nos encontramos no Governo antes de havermos tido tempo de elaborar um programa de ação. É, portanto, naturalíssima certa falta de unidade de pontos-de-vista que se vem observando, de quando em quando entre os responsáveis pelo destino da Nação". (Vide Alcino Sodrê, *A Gênese da Desordem*. Civilização Brasileira S/A. S/data. Rio).

ventores", seja como altos funcionários nas três órbitas governamentais — federal, estadual e municipal — são promovidos a relevantes posições diretivas. A oficialização do chamado sistema do mérito no plano federal foi providência que institucionalizou a ascensão social desses elementos, permitindo-lhes o ingresso em postos do serviço público que, em outros tempos, eram privilégios dos bem-nascidos. No setor privado dos negócios, a pequena burguesia também foi beneficiada pela expansão das atividades produtivas, principalmente de caráter industrial, estimuladas agora pela formação acelerada de um mercado interno. A partir da década dos anos trinta, em consequência das alterações que se processam no sistema produtivo, desenvolve-se em escala sem precedente o setor industrial da economia, acarretando não só o surgimento de um quadro de empresários de interesses cada vez mais distintos dos da antiga burguesia, como a emergência de um proletariado cuja consciência de direitos não cessou de fortalecer-se, à medida que se organiza em associações profissionais. Essas alterações obviamente refletiram-se na situação da classe média, que, gradativamente, foi perdendo as posições de vanguarda nas lutas sociais.

A eleição de 1945 revela já aspectos inéditos no dispositivo político da Nação. Trata-se de que, naquela data, o povo no Brasil demonstra historicamente que existe, que não é mais aquela ficção jurídica de épocas decorridas. É uma realidade sociológica. Entre os dois candidatos que se apresentaram à sucessão presidencial, em 1945, o Brigadeiro Eduardo Gomes e o General Eurico Dutra, aquele é o preferido da pequena burguesia, enquanto o eleitorado popular, atendendo ao comando de Vargas, sufraga o ex-ministro da Guerra. Em 1945, e mais nitidamente em 1950, com o retorno de Getúlio Vargas ao poder, a despeito de ter sido candidato de oposição ao Governo, findara-se o período das simples reformas políticas, agora substituído pelo das reformas sociais, uma vez que o povo, nas novas condições, deixara de ser longínquo espectador das lides partidárias.

ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS NO BRASIL — 1894/1960

DATA DA ELEIÇÃO	NOME DO PRESIDENTE ELEITO	VOTAÇÃO DO ELEITO	COMPAR- CIMENTO AS ELEIÇÕES	POPULAÇÃO DO BRASIL		% DO COMPA- RIMENTO SOBRE A POPULAÇÃO	% DA VOTA- ÇÃO DO ELEI- TO SOBRE O COMPARHEI- MENTO AS ELEIÇÕES
				Data de re- ferência	População estimada		
1/3/1894	Prudente José de Moraes Barros	290.883	345.097	1/7/1894	15.583.000	2,21	84,29
1/3/1898	Manoel Ferraz de Campos Sales	420.286	462.188	1/7/1898	17.145.000	2,70	90,93
1/3/1902	Francisco de Paula Rodrigues Alves	592.039	645.551	1/7/1902	18.782.000	3,44	91,71
1/3/1906	Afonso Augusto Moreira Pena	288.285	294.401	1/7/1906	20.427.000	1,44	97,92
1/3/1910	Hermes Rodrigues da Fonseca	403.867	707.651	1/7/1910	22.216.000	3,19	57,07
1/3/1914	Venceslau Brás Pereira Gomes	532.107	(1)880.917	1/7/1914	24.161.000	2,40	91,59
1/3/1918	Francisco de Paula Rodrigues Alves	386.467	(1)390.131	1/7/1918	26.277.000	1,48	99,06
13/6/1919	Epitácio da Silva Pessoa	286.373	(1)403.315	1/7/1919	26.835.000	1,50	56,03
1/3/1922	Artur da Silva Bernardes	466.877	833.270	1/7/1922	28.542.000	2,92	97,99
1/3/1926	Washington Luís Pereira de Sousa	688.528	702.612	1/7/1926	30.953.000	2,27	57,74
1/3/1930	Júlio Prestes de Albuquerque	1.091.709	1.890.524	1/7/1930	33.568.000	5,65	52,44
2/12/1934	Eurico Gaspar Dutra	3.251.507	6.200.805	1/7/1934	46.215.000	13,42	46,63
3/10/1938	Getúlio Dornelles Vargas	3.849.040	8.254.989	1/7/1938	51.976.000	15,88	33,83
3/10/1955	Juscelino Kubitschek de Oliveira	3.077.411	9.097.014	1/7/1955	58.456.000	15,56	44,78
3/10/1960	Jânio da Silva Quadros	5.636.623	12.586.354	1/7/1960	65.743.000	19,14	

Fontes — "Diário do Congresso Nacional". "Anuário Estatístico do Brasil" e Secretaria do Tribunal Superior Eleitoral.

(1) — Soma dos votos dos candidatos que obtiveram mais de um voto.

O Governo Jânio Quadros e a Crise do Poder

(2.^a Parte)

I

Ao findar o Estado Novo em 1945, já o panorama econômico e social do País era muito diverso daquele em que os fazendeiros e os altos comerciantes desfrutavam de condições ideais para exercer, de modo quase exclusivo, o controle do Estado. O Brasil deixara de ser um conjunto de regiões mal-integradas, cada uma delas tendendo a constituir seu mercado próprio. Graças à acelerada industrialização em nível capitalista relativamente alto, determinada pelos efeitos da grande depressão mundial e da II Grande Guerra, e ao progresso dos meios de transporte e comunicação, já funcionava naquela data verdadeiro mercado nacional, cuja importância reduzira consideravelmente a dependência do País em relação ao mercado externo. No nível da burguesia, aguçavam-se os conflitos de interesse entre o setor agrário tradicional e o industrial inovador, este último, à diferença do que ocorria nas décadas anteriores, agora suficientemente expressivo como força econômica e, portanto, apto a fazer valer esta força em termos de poder. Era assim, nítida, nova categoria burguesa que, antes da década de trinta, por sua incipiência, carecia de meios de influir na área decisória do País. Em 1945, a realidade dessa nova categoria é tão patente que se institucionalizara em uma confederação nacional (a Confederação Nacional de Indústria) e em federações nos Estados. Nestas condições a tensão entre o setor agrário e o industrial no âmbito da burguesia foi ganhando em sistemati-

cidade, isto é, tornando-se um conflito de concepções contraditórias do processo econômico. É essa contradição de interesses que, nos últimos quinze anos, faz da política cambial a questão magna de nossa economia. É a política cambial que indica os verdadeiros suportes dos Governos, em seus diferentes momentos.

Mas as proporções que caracterizavam já naquela data a nossa indústria e o volume das transações de nosso mercado interno subentendiam o surgimento de outra categoria também nova em relação, vamos dizer, aos anos vinte. Essa categoria é o povo, em cuja composição prevalece o conjunto dos assalariados, dos que vivem do aluguel de sua força de trabalho. Como assinalamos, na década de 1930, pela primeira vez, em nossa história social, os assalariados adquirem existência estatutária, com órgãos de natureza sindical, o Ministério do Trabalho e os diversos institutos de previdência.

A modificação da estrutura social do País não poderia ter ocorrido sem reflexos na esfera do poder. Desde 1945, assistimos a uma série de lutas que objetivam converter o exercício do poder aos reclamos de nova estrutura social. A prova de sua existência nos é dada pela volta de Getúlio Vargas, em 1950, pela eleição de Juscelino Kubitschek em 1955 contra um candidato favorito dos meios oficiais, pelo contragolpe de 11 de novembro de 1955 e, a despeito das aparências, pela eleição de Jânio Quadros em 3 de outubro de 1960.

Essas três vitórias eleitorais e, principalmente, a última, indicam o advento do povo como entidade política, apto ao exercício de funções dirigentes. Dizemos principalmente a última e passamos a justificar a afirmativa.

É certo que a eleição de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, respectivamente em 1950 e 1955, não poderia verificar-se, caso não houvesse no país uma camada social suficientemente numerosa, livre e capaz de, contrariando os desígnios de governantes e de chefes locais, impor a sua vontade nas urnas. Quem conhece a história das eleições da chamada República Velha, em que os candidatos das situações eram invariavelmente sufra-

gados, pode avaliar a escala das alterações econômicas, sociais e psicológicas, que estão na base daqueles resultados. Os dois pleitos referidos atestam que o Partido Social Democrático e o Partido Trabalhista Brasileiro, que perfilhavam os nomes daqueles candidatos, tinham expressiva delegação das correntes populares majoritárias. Seus candidatos foram eleitos.

Todavia, a eleição do Sr. Jânio Quadros, ao contrário das anteriores, vem demonstrar que, de modo geral, a estrutura partidária do País está em crise, está desajustada à realidade social. Revela, assim, uma crise de representatividade de nossas instituições político-partidárias e, agora, com o Sr. Jânio Quadros investido nas funções de Presidente da República — uma crise do poder. Por quê?

I

A resposta terá de ser analítica. Em primeiro lugar, deve ser assinalado que o Sr. Jânio Quadros foi candidato de oposição ao Governo e, portanto, que não teve apoio oficial nem do Partido Social Democrático, nem do Partido Trabalhista Brasileiro, agremiações que deveriam ser capazes de eleger o Presidente da República em 1960, se os eleitores obedecessem ao seu comando partidário, como em 1950 e 1955.

Primeira conclusão: em 1960, significativa parcela do eleitorado não votou partidariamente, mas segundo a sua própria decisão.

É óbvio que o ex-governador paulista não tinha vinculações partidárias consistentes. Jamais pertencera aos quadros da UDN e, em certo momento de sua campanha, chegou a desistir de ser candidato, alegando serem inadmissíveis os compromissos que lhe queriam impor, gesto que, de toda maneira, mostra a sua pouca disposição de reconhecer qualquer compromisso partidário. Em 1958 elegera-se deputado federal pelo Paraná na legenda do PTB e, mais de uma vez, na campanha sucessória, proclamou sua qualidade de trabalhista. Tal indiferenciação partidária, decerto, é desfavorável aos três grandes partidos, pois está a demonstrar que eles não exprimem efeti-

vamente as incompatibilidades de ideário que caracterizam as diversas camadas sociais do País.

Eis a segunda conclusão: *a diluição do significado social dos grandes partidos.*

Observe-se ainda que o Marechal Lott foi candidato perfilhado a contragosto pelos altos escalões do PSD e do PTB, tendo sido o seu lançamento feito originariamente por entidades e grupos marginais na vigente organização partidária. Por outro lado, na própria UDN, surgiram fortes resistências ao Sr. Jânio Quadros, considerado estranho às suas fileiras, que chegaram ao clímax no momento em que se tentou fazer candidato o Sr. Juraci Magalhães.

Estes fatos, por sua vez, sublinham que *os nossos três grandes partidos já não controlam mais a situação política do País.* É esta a terceira conclusão.

Finalmente, a vitória do Sr. Jânio Quadros por generosa margem de cerca de dois milhões de votos sobre o seu principal adversário parece ter-lhe assegurado um peso específico no dispositivo de forças que o apoiou, que lhe confere considerável direito a decisões próprias no exercício do poder. Conta-se que destacada personalidade paulista, dirigente da campanha Jânio Quadros, dissera na intimidade ser "necessário que o antigo prefeito de São Paulo ganhasse, mas por pouco". Só assim, certamente, poderiam ser-lhe cobrados dividendos partidários.

Quarta conclusão: *as proporções da vitória eleitoral do Sr. Jânio Quadros lhe conferiram considerável "quantum" de poder específico em relação às forças que lançaram a sua candidatura.*

Está assim justificada a afirmativa de que o último pleito e a investidura do Sr. Jânio Quadros na Presidência da República ilustram dupla crise: uma crise do poder e uma crise de representatividade das instituições político-partidárias. Cada uma delas merece consideração à parte.

O que importa, tendo em vista examinar a crise do poder, declarada pelo Governo Jânio Quadros ora em início, é que

no presente não são perceptíveis ou definidas as qualificações sociais dos que integram a segunda e terceira camadas da sociedade política, anteriormente descritas. Os resultados das eleições de 3 de outubro de 1960, não permitindo a essas camadas reclamar do Presidente eleito o seu dividendo partidário, pelos motivos já referidos, o Sr. Jânio Quadros passou a colocar-se *acima* da sociedade política.

III

Técnicamente, quando um Governo se põe *acima* da sociedade política, considerando-se livre de vinculações partidárias, verifica-se o quadro do bonapartismo. (7) O bonapartismo suspende a força política das classes sociais e as transforma por assim dizer em suplicantes diante do Estado. Então o povo, partidariamente desorganizado, passa a ser aparente sustentáculo do poder. O chefe bonapartista, por cima das classes, por cima dos partidos, busca o apoio direto do povo. Não há dúvida de que são evidentes os traços de bonapartismo na conduta do Presidente Jânio Quadros, em seu período inicial. Aí estão os seus famosos bilhetes, mediante os quais os ministros foram convertidos a meros executores de determinações presidenciais; aí está a sua tentativa de anular qualquer mediação entre a Presidência da República e os Estados e Municípios, corporificada na criação das Seções Estaduais do Gabinete Civil e do Serviço Nacional dos Municípios; aí está sua atitude diante dos produtores espelhada no modo altaneiro como recebeu os membros do CONCLAP, órgão que durante a campanha sucessória mal disfarçava as suas preferências pelo ex-governador paulista; aí está a sua sombranceria em face do Congresso e até das Forças Armadas.

O bonapartismo é, portanto, uma das possibilidades contidas na atual situação política do Brasil. Pode, no entanto, tornar-se fenômeno passageiro. Tudo depende da capacidade

(7) Sobre bonapartismo, vide Robert Michels, *Political Parties*. The Free Press, Glencoe, Illinois. 1949. Diz Michels: "bonapartism is the theory of individual dominion originating in the collective will but tending to emancipate itself of that will and to become sovereign in its turn". (Pág. 217)

das diferentes categorias e grupos sociais na defesa dos seus interesses. As medidas concretas do Governo tenderão a clarificar os seus suportes, ou seja, a levá-lo a tomar partido. A realidade econômica e social do País, ao que tudo indica é desfavorável à vigência de um bonapartismo duradouro. A razão dessa improbabilidade consiste em que as tendências econômicas e sociais na presente fase do País estão longe de se neutralizarem reciprocamente, caminhando, ao contrário, no sentido de crescente radicalização. É o que, por exemplo, se tornou claro com a adoção da primeira medida concreta do Governo no domínio econômico-financeiro — a Instrução 204. Aparentemente, esperava o Governo dela colher efeitos simultâneos que beneficiariam ao setor cafeeiro, ao setor nacional e estrangeiro da indústria brasileira, aos consumidores, aos meios financeiros no exterior, e também atenderiam as expectativas do Fundo Monetário Internacional, enquanto viesse diminuir a taxa da inflação. Mal começa, porém, a execução da medida e já se delineia divergência de posições, em face do Governo, entre as categorias sociais.

IV

Em primeiro lugar, a Instrução 204 determinou imediato aumento no custo de vida. Segundo confessam as próprias autoridades, dela decorrerá aumento de pelo menos 15% nas tarifas de transporte e no preço do pão. Sua incidência em outros serviços e bens de consumo popular ainda não pode ser conhecida neste momento, mas é certamente considerável, o que já levou ao Presidente da República vários líderes sindicais que lhe teriam comunicado as disposições dos trabalhadores de pedirem novos aumentos de salários. Elevando o câmbio de custo de Cr\$ 100,00 para Cr\$ 200,00, a Instrução 204 encarece os custos de produção da indústria, uma vez que diversas matérias-primas e equipamentos eram adquiridos no exterior por aquele câmbio favorecido. Particularmente as atividades industriais existentes e em instalação nas áreas subdesenvolvidas do Norte, Nordeste e Extremo-Sul serão oneradas, pois dependem de suprimentos oriundos do exterior ou do parque manufatureiro do Centro-Sul.

Presume-se que o encarecimento dos equipamentos reanimará a nossa indústria mecânica, visto que para ela deve transferir-se grande parte da demanda que vinha sendo atendida por importações. É ainda de supor que certas remessas para o exterior, à guisa de amortizações de investimentos estrangeiros registrados na SUMOC, agora terão de ser feitos na base de um dólar cem por cento mais caro em moeda nacional, se é que a prática dos superfaturamentos não virá anular essa vantagem a nosso favor.

Anote-se, no entanto, que não é de franco otimismo a reação dos órgãos representativos da indústria em face da medida, em contraste com o júbilo dos meios financeiros no exterior, do Fundo Monetário Internacional e dos exportadores. A cláusula V da Instrução 204 parece destinada a proteger certas emprêsas estrangeiras, pois assegura não lhes será aplicada a majoração do custo de câmbio, senão quando reajustarem as suas tarifas; em outras palavras, senão quando transferirem para o consumidor os ônus da providência.

A Instrução 205, baixada pela SUMOC em 12 de maio de 1961, que implica a elevação do dólar-café de 90 cruzeiros para cerca de 135 cruzeiros, parece indicar a preponderância no Governo da influência do setor parasitário e retrógrado da economia nacional. Para robustecer o sentido antipopular dessa política econômica, basta que o Governo deixe inalterados dispositivos como a Instrução 113 e outros, que asseguram excessivos favores ao capital alienígena. É lícito supor que assim acontecerá, pois de outro modo o Ministro da Fazenda, o Sr. Clemente Mariani, não veria coroadas de êxito as negociações que empreendeu nos Estados Unidos em tórno da operação de ajuda econômico-financeira ao Brasil, que atinge mais de um bilhão e 500 milhões de dólares, afora o que ainda se espera de países europeus e do Japão. Segundo o Ministro da Fazenda, a operação total excederá 2 bilhões de dólares. As consequências dessa política cambial cedo haverão de colocar o Presidente Jânio Quadros diante de dramático dilema.

É notório que a principal intenção do Governo ao adotar a Instrução 204 e recentemente a Instrução 208, que eliminam o chamado "câmbio de custo", foi diminuir a inflação. Mas a inflação no Brasil não pode ser reduzida à sua expressão nor-

mal se o Governo não tomar o partido dos empresários inovadores e dos assalariados. A inflação não é questão abstrata de contabilidade. É uma questão social, luta de categorias pela maior participação na renda produzida no País. Naturalmente, os setores anacrônicos e retrógrados da economia, desejando conservar as suas vantagens, são levados a uma visão quantitativa do problema inflacionário. Para eles, a inflação no Brasil deve ser corrigida pela restrição da produção de bens e serviços destinados a satisfazer às novas exigências quantitativas e qualitativas do consumo popular. Tais setores preconizam o equilíbrio entre os meios de pagamento e os bens e serviços, pelo corte no lado das atividades produtoras não-tradicionais. Somente desta maneira, podem manter os níveis de lucro a que estão habituados. Do ponto-de-vista das outras categorias, porém, a inflação só pode ser diminuída pela redistribuição de recursos dos setores que se tornaram parasitários (como o café e o alto comércio exportador) para o das atividades da lavoura, da indústria e dos serviços que atendem às novas exigências quantitativas e qualitativas do consumo popular, atividades que, por sua maior produtividade social, criam emprêgo, diversificam o sistema produtivo e asseguram o incremento do bem-estar social e a incorporação no mercado de mão-de-obra antes segregada na economia natural.

Eis por que a inflação é problema político. É pelo modo de tratá-lo que o atual Governo revelará o pacto político que o sustenta. É o modo de tratá-lo que mostrará quais as categorias ou grupos sociais que, através do Presidente da República, exercem o poder. Assim a sistemática articulação social do Governo é dado tècnicamente necessário para tratar o atual problema da inflação. As contradições entre o setor tradicional e o de vanguarda de nossa economia chegaram hoje a tal agudeza que não é possível o bonapartismo, ou seja, não é possível um Governo neutro, acima das classes sociais.

Se o Governo pretende corrigir a inflação sem afetar os níveis de renda do setor estacionário da economia, terá de recorrer à política de força, a um regime ditatorial e, portanto, colocará os empresários de vanguarda e os assalariados diante de um desafio que terá de ser conjurado pela revolução, a me-

nos que busque, em tempo útil, os seus suportes sociais nessas últimas categorias. Nestas condições terá de trocar o tratamento puramente financeiro da inflação por um tratamento institucional que implicará a reforma do próprio Estado. A solução histórica positiva de nossa inflação requer um Estado a serviço da expansão do mercado interno e do aumento do poder aquisitivo do povo, um Estado capaz de corrigir, pela redistribuição programada de fatores, os desequilíbrios intersetoriais da agricultura e da indústria, entre a agricultura e a indústria, entre as regiões desenvolvidas e subdesenvolvidas e também capaz de suprimir os favores excessivos até agora dispensados ao setor estrangeiro da economia e reformar a administração do País no sentido de vinculá-la às demandas atuais da sociedade brasileira, eliminando o papel assistencial e prebendário que ainda a caracteriza. Bem se vê que a execução dessas tarefas promocionais é subsidiária de um poder cujos verdadeiros titulares não são nesta hora aqueles em que o atual Governo reconhece os seus sistemáticos suportes sociais.

V

Mas é preciso observar que as veleidades bonapartistas do atual Governo não são fortuitas. Explicam-nas a perda de representatividade dos partidos, dos aparelhos partidários. Descaracterizados perante o público, viciados no jôgo de vantagens sem verdadeiro alcance social, os partidos não foram capazes de apresentar os termos da última sucessão de modo que refletissem a radicalidade que marca hoje os projetos das diferentes categorias sociais. Os resultados do pleito de 3 de outubro de 1960 revelam que expressivos contingentes do eleitorado presumível dos partidos (o PSD e o PTB) que, nas eleições de 1945, 1950 e 1955, garantiram o êxito dos candidatos à Presidência da República, negaram-se a seguir as suas palavras de ordem, votando no Sr. Jânio Quadros. Por outro lado, como já assinalamos, o Sr. Jânio Quadros jamais primou em reconhecer no partido que aparentemente decidiu de sua candidatura, a UDN, agremiação que tenha direito a cobrar-lhe dividendos no Governo.

Está posta, assim, nestes dias, tarefa de reorganização político-partidária, que traduza em termos institucionais as linhas de força da opinião eleitoral. Logo após o pleito de 3 de outubro, a consciência dessa tarefa levou alguns políticos a cogitar da criação de novos partidos, seja pela fusão de facções partidárias já existentes, seja pelo enquadramento de contingentes eleitorais cujas idéias se presumiam não estarem representadas nas agremiações em funcionamento. Todavia, pondo de parte esta pretensão, parece que preliminarmente o que se impõe é discutir o problema da organização partidária em seus devidos termos. Queremos dizer: a mera reforma das agremiações existentes pouco avanço significará se não forem modificados os métodos de trabalho partidário até aqui adotados. A questão do número de partidos, de seus programas, de seus estatutos se afigura secundária, enquanto não se admite que o que é mister é a implantação no Brasil de novos métodos de trabalho partidário, mediante os quais os partidos possam exprimir adequadamente os diferentes projetos das camadas sociais do País e, desta maneira, permitir a condução dos acontecimentos com um mínimo de previsibilidade.

VI

O cardinal fato político da vida brasileira nos dias de hoje é a existência do povo. Esta nova realidade sociológica necessariamente impõe reorganização social e política do País, apta a dar forma aos impulsos da nova sociedade que se constituiu. Por felicidade, podemos, hoje, ressaltar em vivas notas a novidade substancial da presente etapa do Brasil, concretizada na emergência do povo, como protagonista eminente do processo político. Trata-se de que dispomos de estudos objetivos da sociedade brasileira em período transcorrido, exatamente realizados no pressuposto da inexistência do povo. Com efeito, Gilberto Amado, ao fazer a crítica de nossas instituições político-partidárias, explicava as suas deficiências, a partir de uma constatação correta, na época — a de que não existia povo no Brasil. Hoje, que somos contemporâneos deste novo protagonista no cenário brasileiro, temos, por inversão, que partir da consciência de que ele existe, para melhor enxergarmos as lacunas do sistema social vigente.

Dizia Gilberto Amado em 1924:

“Povo propriamente não o temos. Sem contar a das cidades que não se pode dizer seja uma população culta, a população do Brasil politicamente não tem existência”. (8)

E num discurso em 1925 na Câmara Federal, retomava o assunto:

“... não temos corpo eleitoral ativo, democrático, à altura do sistema representativo (9)”. E continuava:

“Essas circunstâncias não são culpa de ninguém; resultam de condições do meio e não podem ser alteradas senão pelo fator tempo. O que aí está não resulta da vontade de ninguém; é porque não pode deixar de ser.”

Em 1931, repetia:

“Não temos povo eleitoral, não temos massa eleitoral esclarecida, ligada a homens políticos, a correntes políticas, a várias diretrizes de interesses e de ideologias nacionais, isto é, nenhum eleitor vai às urnas votar em Fulano de Tal porque ele é comunista (salvo a exceçãozinha aqui no Rio), socialista, radical-socialista, socialista nacional, liberal, democrata, conservador, monarquista, progresista, católico, personalista, antipersonalista, etc. O eleitor vota por motivos diversos — admitamos que sejam os mais nobres e elevados, mas não por motivos políticos no sentido direito da expressão”. (10)

Tudo o que afirmava Gilberto Amado era exato. O Brasil não tinha povo, não tinha condições para praticar um sistema representativo. Para fazer surgir-las era impotente a vontade de alguns homens esclarecidos, era necessário dar tempo ao tempo. Mas o tempo cumpriu sua tarefa. Ninguém hoje poderá reconhecer o Brasil no retrato do que ele foi até a década dos anos vinte. Aí estão diferenciados em seus estatutos

(8) Vide A. Carneiro Leão e outros, *A Margem da História da República*. Rio. 1924. Pág. 72.

(9) Vide Gilberto Amado, *Eleição e Representação*, Rio. 1931. Pág. 47.

(10) *Ibidem*. Pág. 216.

econômicos e psicológicos os remanescentes dos proprietários rurais, o alto comércio exportador, os empresários industriais, os pequenos e médios agricultores e comerciantes, a pequena burguesia, os trabalhadores rurais, a massa obreira urbana. Ai está toda uma variada gama de atividades concretas, orientadas no sentido de instalar no País um sistema produtivo cuja dinamização conta apenas com as transações do mercado interno. Ai está um eleitorado que reage cada vez menos sob a influência do compadrismo e do mero fascínio pessoal dos candidatos e cada vez mais sob a influência das idéias, dos programas, das concepções.

A crise de representatividade não pode ser mais explicada pela ausência de povo, mas essencialmente pela inadequação dos institutos partidários à nova realidade social e econômica do País. Nas condições anteriores, o que se verificava na esfera decisória do País era simples circulação de elites, (11) isto é, mero rodízio de ocupantes eventuais das posições de mando, sem alteração significativa do estatuto econômico e social. Hoje, entretanto, trata-se de organizar uma sociedade funcional, em cujo Estado se afirme o poder das camadas sociais na proporção do que contribuem para o enriquecimento da Nação. Suficientemente dotadas de consciência desse imperativo, as diferentes categorias do eleitorado brasileiro não mais aceitam comandos partidários munificentes. A recente eleição do Sr. Prestes Maia para a Prefeitura de São Paulo e a conseqüente derrota do candidato do atual Presidente da República àquele cargo constituem mais um fato que ilustra a inexistência no País de eleitorado cativo.

A rebelião do eleitorado, expressa nos resultados dos últimos pleitos, colocou em questão os nossos grandes partidos. Observe-se, porém, que a maneira de ajustá-los melhor à nova psicologia popular é menos reagrupá-los em outras agremiações do que torná-los idôneos com o projeto ideológico de seus associados e simpatizantes. Os três grandes partidos PSD, PTB e

(11) Ver, mais adiante, o capítulo "Política de Elites e Política de Quadros".

UDN, representando respectivamente os remanescentes da antiga classe dominante, as categorias sociais beneficiárias do desenvolvimento econômico e a classe média em seu sentido tradicional, ainda podem voltar a ter o controle decisivo do eleitorado e das correntes de opinião, se forem internamente reformados, adotando processos de trabalho político que, pela sua consistência, os articulem efetivamente às camadas sociais que lhes correspondem. Eis por que a luta interna se afigura remédio eficaz para debelar a crise que os acomete. Sob a forma de renovações, a luta interna já surgiu naqueles partidos e, na medida em que os leve à autocrítica, à prática da democracia interna e do estreitamento de suas relações com os seus adeptos, hão de vivificar. Se os altos escalões que atualmente os dirigem, pela prepotência e pelo arbítrio, esmagarem os agentes da luta interna, nesse caso veremos passar crescentemente para outras entidades mais sensíveis ao estado social da Nação as funções de liderança político-partidária. Surgidas a princípio como círculos dissidentes no interior dos partidos, essas entidades terminarão obtendo existência estatutária própria e independente, à semelhança do que acontece nestes dias com o Movimento Trabalhista Renovador do Sr. Fernando Ferrari, caso as cúpulas das agremiações se encastelem em seduzidas posições de confinamento.

O remédio para a atual crise de representatividade dos partidos é organização. Organização que os habilite à prática da democracia interna e do trabalho de massa em caráter sistemático e permanente. O problema da organização partidária é matéria que, por sua complexidade, escapa aos limites deste estudo, que pretende ser apenas sumário diagnóstico.

Trajatória Política do Brasil

(Do clã à ideologia)

I

A tomada de consciência de que o povo é a novidade radical do Brasil na presente época constitui requisito imprescindível, do ponto-de-vista teórico e prático. Muitas das mais categorizadas análises de nossa evolução política perderam validade justamente porque o seu pressuposto, lícito até recentemente, era o da inexistência da referida categoria histórica. Pela mesma razão se tornaram inoperantes as instituições políticas e administrativas adequadas ao antigo regime, recém-superado pelas transformações que sofreu o País nas últimas décadas. Do surgimento do povo como agente ativo do processo político resulta dupla exigência: a de reformar o Estado e as instituições político-administrativas, para que se ajustem ao caráter multifuncional contemporâneo da estrutura econômica, e a de elaborar a pertinente equação teórica da época, pois sem ela não se habilitarão os quadros dominantes a conduzir os acontecimentos com o mínimo de sistematicidade necessária para merecerem o qualificativo de dirigentes. Quem diz quadros dominantes não diz necessariamente quadros dirigentes, pois os titulares do mando podem exercê-lo de modo cego, sem compreender o seu significado histórico e, portanto, sem adotar a estratégia que convém aos seus interesses. A teoria da época não constitui simples necessidade acadêmica. É requerida para a boa condução dos negócios públicos e até dos negócios privados.

A sociologia política tem um momento novo no Brasil. Há que ser reformulada, induzindo as suas categorias da realidade

social do País. Assim procederam os publicistas que nos legaram as contribuições mais competentes, até agora, no referido campo do saber. Ocorre, porém, que o pensamento deles se referia a um Brasil que se tornou rapidamente obsoleto. Nem por isso, os seus estudos perderam utilidade. Ao contrário, se confrontarmos as suas observações com aquelas inspiradas nos acontecimentos de hoje, mais vivamente poderemos perceber o ineditismo de nossa época.

Neste trabalho, recorreremos, para efeitos elucidativos, ao confronto de nossas afirmativas com as de dois autores eminentes: Oliveira Viana e Gilberto Amado, na convicção de que, dêsse modo, lograremos revelar aspectos para os quais a rotina nos torna cegos.

A teoria da presente época no Brasil será irrecorrivelmente frustra, enquanto não refletir a consciência sistemática de um dado ordinário hoje na vida brasileira, porém que faltou nas épocas passadas. Esse dado é o povo. Somos contemporâneos da emergência dessa categoria histórica e, por isso, temos dificuldade em apreendê-la. Releamos, portanto, alguns textos que eram corretos e nos quais se dava como pressuposto a inexistência de povo no Brasil e indaguemos se ainda têm validade para o nosso tempo.

Começemos por Oliveira Viana. Alguma razão tinha o sociólogo fluminense, ao afirmar em *Instituições Políticas Brasileiras* (1949):

“Quando vista objetivamente, a nossa vida política nos dá uma impressão de vacuidade — essa mesma vacuidade, que deixava em Nabuco um indefinível sentimento de desencanto e melancolia: de um “combate com sombras.” (Pág. 324).

Ou então:

“no Brasil, dá-se, por isto, o fenômeno da *vacuidade da vida pública*, assim desprovida da sua matéria-prima”. (Pág. 354).

Ou ainda:

“Em tôda esta psicologia da *vacuidade ou ausência de motivação coletivas* da nossa vida pública, há um traço geral, que só por si bastaria para explicar todos os outros aspectos, traço que eu já assinaléi, para a região Centro-Sul, em *Populações*. Este: a *tenuidade ou fraqueza da nossa consciência do bem coletivo, do nosso sentimento da solidariedade social e do interesse público*. Esta tenuidade ou esta pouca *densidade* do nosso sentimento do interesse coletivo é que nos dá a razão científica do fato de que o interesse pessoal ou de família tenha, em nosso povo — no comportamento político dos nossos homens públicos — mais pêsô, mais força, mais importância *determinante*, em geral, do que as considerações do interesse coletivo ou nacional.

“Este estado de espírito tem uma causa geral, que eu já expliquei em outro livro, uma razão lógica, uma razão científica — e esta razão científica é a ausência da compreensão do poder do Estado como órgão do interesse público.” (Pág. 340).

A “razão científica”, a “razão sociológica” da época de Oliveira Viana era a “vacuidade de motivações coletivas”, a ausência de povo no Brasil. A razão sociológica de nossa época é a existência do povo na sociedade brasileira. Disso resulta que a nova sociologia política do Brasil é algo a ser fundado. A vida política deixou de ser privilégio e cada vez mais empolga largas camadas sociais. Até do ponto-de-vista quantitativo pode ser apreciado em que escala mudou o conteúdo político ou de “motivações coletivas” da sociedade brasileira. Examine-se o quadro apresentado na página 32. Por ora resalte-se o significativo aumento da participação popular nas eleições. Segundo depoimento de João Francisco Lisboa, não deveria ultrapassar 0,2% da população o número dos eleitores de 1841. Depois de proclamada a República, modificou-se a situação, é verdade, mas não tanto de modo a permitir que se falasse em “povo político” no Brasil. Antes de 1930, em nenhuma eleição para Presidente da República compareceu

número de votantes superior a 4% da população, oscilando essa percentagem entre um mínimo de 1,44% em 1906 e um máximo de 3,44% em 1902. Na República Velha, o máximo a que atingiu essa percentagem foi de 5,63% em 1930, ano em que se elegeu Júlio Prestes. Nos últimos quinze anos, é crescente a participação política do povo. Em 1945 compareceram às eleições 13,42% da população, percentagem que se elevou a 19,14% em 3 de outubro de 1960. Deixemos de lado outros aspectos do quadro que serão devidamente discutidos adiante.

É oportuno indagar, neste ponto, quais os antecedentes da nova realidade política do Brasil. Fá-lo-emos aqui, utilizando categorias que se aproximam do que Max Weber chama de “tipos ideais” ou “conceitos puros”. Podem ser distinguidos vários tipos de política, em nossa evolução, os quais tendem a ser sucessivos, embora em diversos momentos se apresentem simultaneamente. Não devem ser tomados rigorosamente como realidades históricas. São referências teóricas, úteis para aprofundar a compreensão dos fatos. Tais tipos são: a) a *política de clã*; b) a *política de oligarquia*; c) a *política populista*; d) a *política de grupos de pressão*; e) a *política ideológica*.

II

A *política de clã* é, na verdade, característica de uma situação pré-política ou protopolítica. Era dominante no Brasil colonial, em cujo território vicejava uma poeira de núcleos populacionais, mônadas fechadas e auto-suficientes. Tinham diferentes nomes, engenhos, fazendas, estâncias, currais. O clã é unidade social cujos integrantes acham-se fortemente ligados por laços de parentesco, em suas várias formas, e de dependência residencial, e não têm consciência de nenhum instituto de direito público. A autoridade do senhor territorial é onicompreensiva, seu poder privado não se distingue do poder público. Os que se encontram no clã lhe devem irrestrita solidariedade. As razões da vida coletiva são aí essencialmente locais. Quando, no período colonial, se apresentava a oportunidade de praticar atos políticos, como, por exemplo, na ocasião de se eleger os membros das Câmaras municipais, só a “no-

breza da terra" participava dos comícios eleitorais, isto é, em ordem decrescente de importância, os *nobres de linhagem*, os *fidalgos* e os *infanções* da Casa Real, os *descendentes dos povoadores e descobridores que exercem cargos militares ou civis*, os *proprietários territoriais com status de nobreza*, os burgueses abastados pela riqueza acumulada no comércio. (1)

Oliveira Viana, que estudou minuciosamente esse agrupamento social, escreveu:

"Dêsse corpo eleitoral estavam excluídos taxativamente todos os peões; quer dizer: a quase totalidade da população colonial. Peões eram todos os *mercadores*, que formavam a classe média das cidades e vilas. Peões, todos os oficiais mecânicos — os ferreiros, os funileiros etc. Peões todos os *carregadores braçais e homens de soldada*; os vendedores ambulantes (*mas-cates*); os *trabalhadores dos engenhos*; os *trabalhadores urbanos* de toda ordem; os *colonos*; os *foreiros*, os *agregados*; os *mestres de açúcar*; os *caixeiros*; em geral, todos os moradores do sertão. E também os *homens de côr* — os pardos, os índios, os cafuzos, os mamelucos, os negros alforriados — isto é, a fração mais numerosa da plebe colonial, o grosso da massa rural. Tudo isto formava, no seu conjunto, a *peonagem colonial*: por isso, não votava; não podia ser votada; não tinha o nome nos pelouros; nem exercia cargos públicos; em suma: carecia do que os romanos chamavam *jus suffragii e jus honorum*. Rumorejava e repululava apenas em torno da classe aristocrática — a nobreza da terra, na qual residia exclusivamente o monopólio do sufrágio e do governo local. Uma espécie da classe dos *cives sine suffragio*, da antiga Roma". (Pág. 298).

III

Convém distinguir entre *política de clã* e *política de oligarquia*. A primeira não vai além do estreito limite local. A

(1) Ver Oliveira Viana, *Instituições Políticas Brasileiras*. Rio. 1949. Pág. 297.

política de oligarquia é um grau superior. No Brasil, ela aparece sob a forma que Oliveira Viana chamava de *clã eleitoral*, quando se organiza o Estado-Nação com suas três ordens de governo: o municipal, o provincial (estadual, na República) e o geral ou nacional. Com a Independência, em 1822, os antigos clãs rurais foram reunidos em agrupamentos maiores, as oligarquias, e assim passaram a disputar o poder. A *política de oligarquia*, embora reconheça, do ponto-de-vista jurídico abstrato, a coisa pública, utiliza-a, na prática, como coisa privada. As oligarquias exercem o poder em obediência a critérios familísticos ou de compadrismo. Daí não tolerarem nos serviços do Estado senão os seus apaniguados. As "derubadas" e "deposições", tão frequentes no período imperial e no republicano, até 1930, atestam a índole intolerante das oligarquias. Tarefa eminente dos que promoveram a Independência do Brasil em 1822 foi a de "meter os clãs em partidos nacionais". (2) Toda a vida brasileira no Império e na República Velha se baseava no compromisso entre as oligarquias e os poderes constituídos nas Províncias e no Centro.

Os Governadores atuavam nas Províncias como delegados do Centro e, usando os seus poderes, integravam os clãs rurais nos dois grandes partidos — o *Conservador* e o *Liberal*. Oliveira Viana assim descreve como funcionava o sistema de compromissos que articulava os três níveis de governo:

"O agrupamento local, que conseguia ter ao seu lado o Governador, dominava o município todo, passava a dispor de todos os *meios de aliciamento*, que o Centro — pelo seu preposto, o Governador — disputava: polícia civil; polícia militar; guarda nacional; títulos de nobreza; nomeações para postos de administração locais (delegados, subdelegados, comandantes, inspetores, fiscais etc.).

"Daí, todo o empenho desses chefes de clãs rurais, quando associados em clã eleitoral, era obter o apoio do Governador — e cada um deles só assentia congre-

(2) Oliveira Viana, *op. cit.*

gar-se num clã eleitoral para este efeito, e só para este efeito; nada mais. É esta a impressão que nos deixa a leitura das diversas monografias de História local, relativa à formação política e partidária das províncias e municípios.

“O “partido do coronel”, tornado uma seção ou fragmento municipal do “partido do Governador”, constituía um conjunto muito unido de clãs feudais e parentais, associados para explorarem em seu favor os cargos públicos locais. Tinha a sua base na solidariedade da família senhorial e da plebe, na dupla expressão *feudal* e *parental*, organizada pelos senhores dos domínios. Compunha-se de clãs dominicais, cujos chefes estavam ligados, em regra, por laços, ou de parentesco consanguíneo, ou de parentesco espiritual (*compadrio*) ao chefe local do “partido”. Nesse sentido, pode-se dizer que os nossos “partidos” locais eram verdadeiros clãs, ao modo antigo e na sua definição clássica.” (Págs. 288-289).

Na República Velha não era diferente o sistema. É certo que durante os Governos militares de Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto se interrompeu o domínio oligárquico. Mas desde Campos Sales, as bases antigas do poder foram retomadas para permanecerem tranqüilas até 1930. Os partidos republicanos, como o Partido Republicano Federal, dirigido por Francisco Glicério, e o Partido Republicano Conservador, dirigido por Pinheiro Machado, eram órgãos mediante os quais se coordenavam os chefes oligárquicos, nos Estados e Municípios.

Tanto no Império como na Velha República, os motivos dominantes nas organizações partidárias das Províncias e dos Estados eram essencialmente *locais* e *pessoais*. Por isso os partidos “não tinham conta, pêso ou medida”, notava J. F. Lisboa, em seu *Jornal de Timon*; “tais, tantos, de todo tamanho, nomes e qualidades têm eles tido”. E prossegue:

“As aves do céu, os peixes do mar, os bichos do mato, as mais imundas alimárias e sevandijas já não

podem dar nomes que bastem a designá-los, a êles e aos seus periódicos: os cangabás, jaburus, bacaraus, morossocas, papistas, sururuas, guaribas, catingueiros. Assim, os partidos os vão buscar nas suas pretendidas tendências e princípios — nos ciúmes de localidades, nas disposições antimetropolitanas, na influência dêste ou daquele chefe, destas ou daquelas famílias. (*Jornal de Timon*, J. F. Lisboa, “in” O. Viana, op. cit. (Pág. 293).

“Luta política” não existia pròpriamente. A bandeira dessas “parcialidades”, dêses partidos locais não eram idéias, princípios, questões doutrinárias ou programáticas e, assim, a luta pelo poder, muito longinquamente se inspirava no zêlo da coisa pública. A maneira do que ocorria no período colonial entre os Pires e Camargo em São Paulo, os Feitosas e Montes no Ceará, os Guerreiros e Militões na Bahia, a vida partidária no Império animava-se de dissensões entre oligarquias.

Sua designação é variada. São os *Oiticica*, os *Gejuba*, os *Pitanga*, os *Ferro*, os *Maçaranduba*, os *Imbuzeiro*, os *Cipó*, os *Cansação*, os *Sucupira*, os *Cajueiro*, em Alagoas; os *Breves*, os *Avelar*, os *Teixeira Leite*, os *Correia e Castro*, os *Macedo Soares*, na Província do Rio de Janeiro; os *Prado*, os *Morais e Barros*, os *Vergueiro*, os *Lara*, os *Alves Lima*, os *Cunha Bueno*, os *Silva Teles*, os *Paula Sousa*, os *Freitas Vale*, na Província de São Paulo; e assim por diante nas outras províncias. Quando se fizer o levantamento das oligarquias na Velha República, por certo, o estudo de Sílvio Romero *As Oligarquias e Sua Classificação* (in *Provocações e Debates*. Pôrto, 1910), será de grande utilidade. Distinguia em 1910 Sílvio Romero, como oligarquias ou *oikoarquias*, o *maltismo* em Alagoas; os *Lemos* no Pará; os *Pedro Velho*, no Rio Grande do Norte; os *Neiva* e os *Machado* na Paraíba; os *Benedito Leite* no Maranhão; os *Pires Ferreira* e *Anísio de Abreu*, no Piauí; os *Rosa e Silva* em Pernambuco; os *Glicério*, os *Rodrigues Alves*, os *Bernardino de Campos* e *Tibiriçá*, em São Paulo; os *Pena*, os *Bias Fortes*, os *Sales*, os *Pinheiro*, os *Peixoto*, os *Veiga*, em Minas Gerais; os

Vicente Machado no Paraná; os *Hercílio* e os *Lauro* em Santa Catarina; os *Ponce*, em Mato Grosso; o "castilhismo positivo" no Rio Grande do Sul, representado no Rio na pessoa do caudilho Pinheiro Machado.

Mas a diversificação econômica do País, o crescimento da população e, em particular, das aglomerações urbanas são fatores que progressivamente enfraquecem as oligarquias. No centro mais desenvolvido surge uma população que, pela natureza de suas atividades, não carece da proteção dos chefes oligárquicos. A diferença dos trabalhadores do campo que asseguram largamente sua subsistência do consumo direto da produção natural, os trabalhadores urbanos vivem da remuneração de suas atividades. Para os primeiros, têm grande força coesiva os vínculos de localidade. O solo adquire, todavia, outra significação para os trabalhadores urbanos, não os prende e torna-se-lhes algo abstrato. O que os modela crescentemente é a natureza social de suas atividades, que os leva a transcender a dependência territorial. A categoria social aqui vai tomando o lugar da localidade, da residência. O teor social da existência dos trabalhadores urbanos é mais rico do que o da vida camponesa, eleva a sua consciência. Gradativamente compreendem que o atendimento de suas reivindicações depende da escala em que possam influenciar os governantes. O Estado começa a se lhes mostrar menos como botim de oligarcas e seus protegidos do que como órgão a serviço de categorias sociais. Procuram estabelecer com os chefes políticos um vínculo distinto do que relaciona o oligarca com os seus clientes. Vêm no chefe político um homem identificado com os seus problemas e não pessoa a quem deva fidelidade e obediência. Escrevia Tavares de Lira, em 1922:

"A não ser nas capitais e nos centros populosos, onde há espírito público esclarecido e a opinião se faz respeitar, este quadro — com traços menos vivos e cores mais apagadas — é de perfeita atualidade, porque no interior do país a resistência à intolerância e ao exclusivismo dos partidos, aos abusos e à onipotência do

poder é, em regra, impossível. E daí a relativa ineficácia das nossas leis eleitorais". (3)

IV

É exatamente onde começa a surgir "espírito público esclarecido" e "a opinião se faz respeitar" que aparecem as condições para a *política populista*. O *populismo* não apela para a consagüinidade, o parentesco em suas várias formas, a dependência residencial, a lealdade. Apela para uma vaga solidariedade social. O chefe político, no caso, é um delegado de interesses e, uma vez no poder, seus adeptos esperam vantagens para as suas categorias sociais, seja sob a forma de cargos, seja de favores ou facilidades asseguradas mediante a manipulação dos órgãos do Estado. O vínculo que liga aqui os liderados aos chefes é a *confiança pessoal* e não de *fidelidade clânica*. O líder *populista* é sempre um homem que fez algo pelas categorias sociais de seus adeptos e que, por isso, as sensibiliza politicamente. Na *política populista* não há ainda exigência ideológica, há expectativa de que o líder no Poder assegure benefícios diretos ou indiretos aos que o elegeram. Por volta de 1930, escrevia Gilberto Amado:

"Nenhum eleitor, por exemplo, votou no Sr. Frontin, porque ele era católico, conservador, protecionista, nem no Sr. Maurício de Lacerda, porque ele era radical, socialista, nem no Sr. Bergamini, porque ele era liberal ou coisa parecida. Votaram neles por quaisquer outros motivos — admiração, amizade, simpatia, pedido, sugestão da imprensa, motivos porventura nobres, elevados, mas não por idéias, por interesses ligados ao do País, por motivos políticos. Os eleitores que votaram no Sr. Azevedo Lima, em São Cristóvão, quando ele era comunista, foram os mesmos que votaram nele, quando ele se tornou prestista. E note-se

(3) In Barbosa Lima Sobrinho, *Sistemas Eleitorais e Partidos Políticos*. Fundação Getúlio Vargas. Rio. 1956. Pág. 57.

que citamos a Capital Federal, o centro mais adiantado do país." (4)

Mas é preciso observar a superioridade desses eleitores em comparação aos integrantes dos clãs. Eles são sensibilizados por "admiração, amizade, simpatia, pedido, sugestão da imprensa, motivos porventura nobres". Não foram oligarcas Maurício de Lacerda, Bergamini, Azevedo Lima. Não foi oligarca Getúlio Vargas. Não o é João Goulart. Não o é Ademir de Barros.

Embora tenha repontado já na Velha República, a *política populista* domina significativamente o período posterior ao Estado Nôvo. Anteriormente, controlados os pleitos pelos governantes e seus correligionários, era difícil ou quase impossível o êxito eleitoral de líderes populistas, moldados à distância dos quadros oligárquicos. A vigência da *política populista* pressupõe um mínimo de proibidade nas eleições que, notadamente no âmbito federal, só tivemos a partir de 1945.

O populismo é um avanço em relação à *política de clã* e à *política de oligarquia*. Esta superioridade decorre de sua infra-estrutura peculiar. Corresponde a um momento da evolução econômica em que a industrialização, perdendo o caráter marginal e ocasional, vai-se constituindo em processo consistente. Mas é claro que as primeiras gerações dos centros urbano-industriais ainda não podem apresentar aquela mentalidade classista que costuma caracterizar as gerações de trabalhadores providos de longa tradição de lutas. O populismo é uma ideologia pequeno-burguesa que polariza a massa obreira nos períodos iniciais da industrialização, em que as diferentes classes ainda não se configuraram e apenas despontam, de maneira rudimentar. Em tais condições, a debilidade relativa do incipiente sistema produtivo não permite que as categorias dos trabalhadores tomem parte nas lutas políticas em obediência a programas próprios ou diferenciados. Ao contrário, justapõem-se num agregado sincrético, que pode ser considerado

(4) Giberto Amado, *Eleição e Representação*. Rio. 1931. Páginas 216-217.

como o povo em estado embrionário. Esses contingentes recém-egressos dos campos ainda não dominaram o idioma ideológico. Seu escasso ou nulo enquadramento e treino partidário, sua tímida consciência de direitos, eis o que os torna incapazes de exercer influência pedagógica em seus líderes, os quais por isso mesmo, não precisam de ir além de um libertarismo superficial em suas maneiras e ação. Com as suas diferentes qualificações, constitui expressão do populismo no Brasil o varguismo, e em suas coordenadas movimentam-se até agora os líderes João Goulart, Jânio Quadros, Tenório Cavalcanti. As condições em que se formaram esses políticos não lhes permitem atingir o nível da política ideológica, pois nenhum deles representa, com um mínimo de rigor técnico e prático, coerente concepção militante a serviço de camadas sociais definidas.

V

A *política de grupos de pressão* é contemporânea de avançada estrutura econômica e social e de períodos em que é ponderável a influência nos negócios do Estado da opinião pública e de vastas camadas sociais partidariamente organizadas. Se assim não fôsse, eles não apareceriam. Sua presença atesta que estão longe as bases materiais rudimentares que permitiam fôsem os governos no Brasil exercidos discricionariamente, ou escassamente sujeitos a controles institucionais. Os grupos de pressão constituem maneira de se arremetarem as pretensões dos diferentes círculos. Atuam junto às autoridades do Executivo, do Legislativo, do Judiciário com o objetivo de condicionar as suas decisões em seu proveito. Não são "donos" do poder como as oligarquias. Por isso mesmo que reconhecem o fundamento público do poder, a êle se dirigem como postulantes.

A tomada de consciência dos grupos de pressão se verificou inicialmente num clima de "indignação moral". Alegava-se que desnaturavam as instituições democráticas, fazendo-as operar em detrimento do interesse geral. É conhecido o ataque formulado por Wilson ao Congresso, em cujos comitês,

afirmava, "morre a legislação não-desejada pelo interesse afetado" ou "se redige a legislação desejada pelos interesses". Tendia-se assim a conferir aos grupos de pressão o papel de "força sinistra", (5) agindo nos bastidores das decisões governamentais. Essa maneira de ver merece, porém, alguns reparos. Nos regimes habitualmente chamados democráticos, em nossa época, é, em princípio, requisito de salvaguarda do interesse geral que os diversos interesses das camadas e grupos sociais se organizem, pois somente assim podem tornar efetivas sua presença e sua influência nos órgãos que emitem normas compulsórias para a coletividade. Ordinariamente, nenhum direito é reconhecido, nenhuma reivindicação atendida pelos poderes públicos, quando não operam em seu favor pressões sociais. O público de uma sociedade industrial moderna é extremamente heterogêneo e dividido e, por isso, o interesse geral, a menos que não passe de abstração, só pode ser visto na perspectiva de cada situação particular em que se encontra o indivíduo. As pressões e os grupos que em razão delas se formam são inevitáveis. Condená-los, simplesmente, em nome da moralidade, é escamotear a questão que implicam. A questão consiste em apreciar se são, ou não, lícitas as pressões, ou, na hipótese positiva, qual a escala em que devem ser atendidas na proporção de seu significado social.

Na prática se reconhece em tese a legitimidade dos grupos de pressão, quando nos conselhos de órgãos públicos vem sendo admitida a participação regular de representantes de categorias sociais, seja de patrões ou empregados, seja de produtores ou consumidores. Agricultores, comerciantes, industriais têm voz hoje no Brasil em muitas repartições do Governo e ultimamente essa praxe está sendo estendida a assalariados. É o caso, por exemplo, de recentes determinações do Governo para que delegados de trabalhadores participem da direção de entidades como a Companhia Siderúrgica Nacional e os institutos de previdência. Pouco a pouco, democratiza-se a ação governamental, distanciando-se da concepção dominante na Velha República, segundo a qual, "as questões sociais são casos de polícia".

(5) Ver Carl J. Friedrich, *Teoría y Realidad de la Organización Constitucional Democrática*. México.

É certo que, por serem mais bem organizados, e exercerem, ordinariamente em caráter de verdadeiro monopólio, o controle dos meios de informação (atividades editoriais, imprensa, rádio, televisão, cinema), certos círculos do mundo econômico e financeiro mais poderosamente influenciam as decisões dos poderes públicos. A grita contra o chamado "poder econômico" deriva do conhecimento desse fato. Mediante o financiamento de partidos e de candidatos isolados, o "poder econômico" atua nos pleitos eleitorais. Não seria temerário admitir no pleito de 3 de outubro de 1960, em que o deputado Sérgio Magalhães foi derrotado por diminuta margem de votos em favor do Sr. Carlos Lacerda, o reflexo de combinações articuladas sob a inspiração do "poder econômico". Mas a influência ilícita de determinados grupos de pressão será tanto mais incontrastável quanto menos encontrarem resistência organizada. Os grupos de pressão têm de ser realisticamente considerados como dispositivos inevitáveis nas sociedades industriais não-unificadas, do ponto-de-vista ideológico, pela ditadura de uma classe.

No Brasil têm atuado algumas vezes como grupos de pressão, as Associações Comerciais sempre dispostas a apoiar medidas liberalizantes, principalmente no que concerne ao comércio exterior; a Sociedade Rural Brasileira, adepta da eliminação do "confisco cambial"; o Conselho das Classes Produtoras (CONCLAP), aguerrido combatente da intervenção estatal na economia; o Clero, que recentemente se empenhou em campanha contra a escola pública; o Clube Militar que, nos últimos anos, se tem notabilizado por eficiente participação nas lutas em defesa da Petrobrás e outras causas igualmente emancipacionistas; a Associação de Servidores Cívicos da União, Sindicatos, Federações, Confederações, Associações e entidades de múltipla denominação. Todas as vezes que as medidas pleiteadas são da alçada do Congresso, em seus corredores e salas aparecem os emissários daqueles grupos, os *lobbyists* de que falam os tratadistas norte-americanos.

Nas sociedades em que a *política ideológica* tem função residual, os grupos de pressão encontram a atmosfera própria para medrarem. Não foi por outro motivo que o Governo Kubitschek teve de apoiar-se em grupos de pressão, cujos inte-

rêses contraditórios se refletiram nas marchas e contramarchas que caracterizaram a sua ação. As mesmas deficiências de nossa estrutura político-partidária parecem compelir o Governo Jânio Quadros a buscar suportes em grupos de pressão.

VI

A *política ideológica* é a exigência fundamental da presente fase do Brasil, em que se acham constituídas as diferentes classes sociais. É uma política, exercida do ponto-de-vista sistemático, de classes ou de categorias sociais, que supõe o povo eleitoralmente livre, em que a adesão dos eleitores tem de ser conquistada pela representatividade dos candidatos e dos partidos. A crise dos partidos em nossos dias resulta de que ainda continuam em grande escala viciados pelas superadas práticas oligárquicas e populistas, sem se darem conta da mudança qualitativa ocorrida nos últimos anos na psicologia coletiva do eleitorado. Este se orienta cada vez mais por critérios ideológicos e, assim, perdeu o temor reverencial pelos grandes nomes que, em outros tempos, mantinham-se indefinidamente nas posições de mando, graças à docilidade de eleitores cativos.

Os diversos agrupamentos sociais do País têm hoje suportes econômicos específicos. A explicação de sua nova mentalidade política deve ser buscada nesses suportes. Quando o Brasil era um país essencialmente agrícola e seu quadro empresarial e sua massa obreira estavam essencialmente ocupados no sistema agrícola, tinha por isso mesmo que ser marcado de larga uniformidade. Ao escasso grau de divisão do trabalho social correspondia a solidariedade por semelhança de que fala Durkheim. Não se formam agrupamentos ou classes sociais, distintos em sua psicologia, onde as atividades produtivas são pouco diferenciadas.

Tinha razão Gilberto Amado quando, logo após à Revolução de 1930, escrevia:

“A extrema uniformidade de opiniões políticas da massa corresponde à extrema uniformidade de opiniões da elite dirigente. Mostra que somos ainda um

corpo amorfo onde o processo de diferenciação política ainda não começou. Somos politicamente um organismo embrionário, uma matéria protoplásmica latente onde passam apenas alguns estremecimentos de vida como os movimentos inarticulados do blastema. A última revolução foi um destes estremecimentos e não chega a significar a coordenação de órgãos animados na formação de um novo ser nacional. O ser é o mesmo; a nação ainda é o mesmo indivíduo fechado em si mesmo como a célula não-cissiparizada na sua membrana informe. As partes que a compõem têm a mesma forma, a mesma cor. Todo êle mostra no microscópio o mesmo aspecto, o mesmo contorno, as mesmas vibrações.” (6)

Trinta anos depois da publicação do livro de Gilberto Amado, *Eleição e Representação*, em que se encontravam essas considerações, outra é a realidade nacional. Com efeito, não pode mais ser comparada a uma “célula não-cissiparizada”, a um todo cujas partes “têm a mesma forma, a mesma cor”, que ao microscópio “mostra o mesmo aspecto, o mesmo contorno, as mesmas vibrações”. Não possuímos, infelizmente, para aquela data um cálculo da contribuição dos setores da agricultura, indústria e serviços na formação do produto nacional. É lícito, porém, supor que a parcela do primeiro devesse ultrapassar de muito a do segundo. Podemos obter idéia da multifuncionalidade da estrutura econômica e social pela verificação de que em 1958, segundo estimativa do Conselho Nacional de Economia, a população economicamente ativa ocupada na indústria e nos serviços teria alcançado 10,2 milhões de pessoas contra 14,3 milhões na agricultura. Em 1940 eram 4,8 milhões contra 9,8 milhões. Em 1950, eram 6,7 milhões contra 10,4 milhões. A agricultura ainda é dominante no trabalho nacional mas, por pequena margem, que, em breve estará anulada.

A estrutura econômica do Brasil está em acelerada mudança. Com o incremento da produtividade do trabalho ten-

(6) Gilberto Amado, *op. cit.* Págs. 210-211.

de a diminuir, em termos absolutos e relativos, a mão-de-obra ocupada na agricultura e a crescer a empregada na indústria e nos serviços. Diz-se que o último censo de 1960 teria registrado cerca de 70 milhões de habitantes no Brasil, o que permite estimar em cerca de 12 milhões a população economicamente ativa, ocupada fora da agricultura. Essa considerável massa de trabalhadores, em sua variedade ocupacional, confere à sociedade brasileira um conteúdo político sem precedente. Antigas ocupações secundárias e terciárias, hoje existentes em maior quantidade e exercidas em mais elevado nível qualitativo, acrescidas de outras que não existiam, promoveram subjetivamente os cidadãos brasileiros. O eleitorado brasileiro já possui os atributos subjetivos que, em toda parte, constituem o lastro da política ideológica. Está "cissiparizado" em grandes agrupamentos, cada qual tendendo a participar das lutas políticas em função do conjunto de seus interesses. A ideologia é precisamente justificação de interesses. Cada agrupamento é compelido a procurar influenciar o aparelho estatal e mesmo a controlá-lo, proclamando a racionalidade de suas pretensões, a vantagem coletiva do prevalectimento de seu ideário no exercício do poder.

VII

É surpreendente o progresso do eleitorado brasileiro. Em 1930, observava Gilberto Amado:

"Quando se analisa assim o País, vê-se que luta "política" não existe. Naturalmente os homens são diferentes uns dos outros. Uns vestem paletó-saco, outros fraques; uns usam chapéu de palha; outros chapéu de feltro; uns bengala, outros guarda-chuva; mas como não há no seio da massa, direções, correntes, zonas diferentes de opinião, os indivíduos são tão uniformes como a massa. Só se representa o que existe." (7).

(7) Gilberto Amado, op. cit. Págs. 212-213.

Era correta a observação para 1930. Hoje, porém, há no País, "direções, correntes, zonas diferentes de opinião", e os "indivíduos não são uniformes". As últimas eleições revelam quanto vem perdendo terreno o paternalismo político. (8) O Quadro da pág. 32 ilustra a afirmativa. Mostra como costumava ser esmagadora a vitória dos candidatos à Presidência da República, apoiados pelas oligarquias e pelas situações. Até 1926, quando foi eleito Washington Luís, a maioria deles obteve mais de 90% dos votos. Foi o caso de Campos Sales (90,93%), de Rodrigues Alves (91,71%), de Afonso Pena (97,92%), de Venceslau Brás (91,59%), de novamente Rodrigues Alves em 1918 (99,06%), do próprio Washington Luís (97,99%). É significativo que, na Velha República, os Presidentes eleitos com as menores percentagens de votos tenham sido aqueles que assinalam momentos de aguda crise na sociedade brasileira, em que os contingentes eleitorais, resistindo às

(8) A perda de terreno do paternalismo está associada ao que Osvaldo Trigueiro chama de "crise legislativa". Os Presidentes da República não têm hoje, como outrora, o controle do Congresso. Escreve Osvaldo Trigueiro: "Compare-se o Presidente de hoje ao da primeira República. Nesta — principalmente de 1898 a 1930, isto é, de Campos Sales a Washington Luís — o Presidente era o grande líder legislativo. Salvo num ou noutro caso de reconhecimento de poderes, naquele longo período o Congresso nunca votou contra o Presidente, nunca rejeitou veto deste, nunca recusou ou retardou lei ou providência em que a administração estivesse realmente interessada". E acrescenta: "Não é difícil explicar o declínio que, depois de 1945, sofreu o prestígio do Presidente como líder legislativo. Antes de 30, não havia voto secreto, não havia justiça eleitoral, não havia representação proporcional. O Presidente brasileiro, a despeito dos freios e contrapesos que figuravam na letra da Constituição, era uma figura política mais aproximada do *El Supremo* da realidade latino-americana que do modelo criado na Convenção de Filadélfia. Dependia mais dele que do eleitorado a sorte das eleições. Dependia mais dele que dos partidos o domínio da política estadual. A um presidente que elegia, que depurava, que intervinha constantemente nos Estados, não era de admirar que o Congresso servisse com docilidade." E ainda: "Hoje, o quadro jurídico permanece o mesmo, em suas linhas gerais, mas a cena política é muito diversa. O Presidente não influi na escolha de candidatos a Governador, nem ameaça a autonomia dos Estados com o espantinho das intervenções. Já não tem força para assegurar a reeleição de um só deputado ou senador. Já não comanda um partido que lhe possa dar, no Congresso, maioria compacta e disciplinada. A representação proporcional distribui os man-

pressões, saíam da penumbra para manifestar a sua intenção reformista ou revolucionária. Assim Hermes da Fonseca foi eleito em 1910 com apenas 57,07% dos votos, o que possibilita avaliar a carga de descontentamento popular de então e a eficácia excepcional da Campanha Civilista de Rui Barbosa. Epitácio Pessoa, Artur Bernardes e Júlio Prestes, aos quais se associam os movimentos subversivos de 1922, de 1924 e 1930, foram eleitos respectivamente com 71%, 56,03% e 57,74%. A partir de 1945, é gritante o progresso subjetivo das massas no Brasil. Depois de Eurico Dutra, eleito em 1945, com 52,44% dos votos, nenhum candidato se elegeu com mais da metade dos votos. Getúlio Vargas, em 1950, elegeu-se com 46,63% dos votos. Juscelino Kubitschek, com 33,83%. Jânio da Silva Quadros, com 44,78%.

Como, pois, falar, nesta altura de nossa História, em eleitores "uniformes", sem "direções, correntes, zonas diferentes de opinião"? Também proclamava Gilberto Amado em 1930 a indiferenciação política das regiões.

"Desçamos do Amazonas ao Rio Grande do Sul. No Amazonas — quais são as idéias políticas; deixemos de lado as idéias; quais as opiniões; deixemos de lado as opiniões; quais os pontos-de-vista; deixemos de lado os pontos-de-vista; quais são as noções políticas, hoje, que são diferentes no Amazonas; quais são as idéias, opiniões, pontos-de-vista e noções dos homens de hoje, dos homens da Revolução *diferentes* das idéias, opiniões, pontos-de-vista e noções dos homens que vigoravam antes da Revolução? Há alguma diferença de opiniões (já não falamos em idéias), de pontos-de-vista, entre o interventor do Amazonas e o governador anterior? Não há nenhuma. Certo, haverá diferença

datos populares por uma dúzia de partidos, o que não só permite a presença no Congresso de oposição numerosa como torna a maioria governamental dependente de alianças, coligações e ajustamentos que fazem a liderança parlamentar errática e vacilante." (Ver "A Crise Legislativa e o Regime Presidencial", in *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. N.º 7. Novembro de 1959).

de processo, de modo de agir, de sensibilidade pessoal, mas diferença *política* não existe. Um e outro, ou melhor, uns e outros, têm a mesma mentalidade, desejam a mesma coisa; vivem no mesmo ambiente de vagos desejos de *melhoria* para as condições econômicas do Estado e só. Haverá naturalmente gradações na maneira de governar, mas só na maneira. Mais fiscalizados pela opinião porque chegados como uma novidade, cheios de promessas, ao poder, realizarão porventura êstes alguma coisa mais do que aquêles puderam ou quiseram realizar, mas em face da cultura política, êles são irmãos gêmeos. No Pará, a mesma coisa. Quais são os livros publicados, os discursos proferidos antes da Revolução assinalando no Pará, homens ou grupos diferentes *politicamente* dos homens do antigo regime? Nenhum. O "povo", que se achava com o Sr. Eurico Vale e se acha hoje com o interventor do Pará, é a mesma figura de retórica. Em todo o país se verifica o mesmo fato, tanto nos Estados que entraram na e fizeram a Revolução, como nos que foram vencidos pela Revolução. O empirismo completo domina. Notemos ainda que nem mesmo *divergência* na maneira de encarar certos problemas se acentua; notemos que não há *preferência* por certas medidas em comparação com outras; medidas de ordem econômica, social, administrativa cujo conjunto forma a *Política*. Por exemplo, o interventor atual do Maranhão será mais ou menos protecionista do que o governador anterior? Quais são as suas "idéias" gerais sobre a política econômica do país em comparação com as "idéias" do Sr. Magalhães de Almeida? Ninguém sabe." (9).

Quem não vê que o País mudou? Suas regiões hoje não são uniformes, nem politicamente apáticas. Cada uma delas se conduz agressivamente na defesa de causas próprias, embora sem as sobrepor às conveniências nacionais. Em tempo algum, no Brasil, o problema dos desequilíbrios regionais foi tão viva-

(9) Gilberto Amado, *op. cit.* Págs. 211-212.

mente discutido como no presente. Militam nas diversas regiões do País quadros ativos que exprimem no plano político as reivindicações de seus habitantes, inconformados com os níveis de vida comparativamente precários em que se encontram. O voto livre, nos últimos anos, ganhou eficácia nas regiões e os pleitos eleitorais ali ocorridos evidenciam quão superada está a época em que escrevia Gilberto Amado aquelas observações. Não é por acaso que as oposições derrubam prefeitos e governadores nos Estados menos desenvolvidos e que o próprio Governo Federal vem sendo compelido a aplicar recursos consideráveis no desenvolvimento regional. A Companhia Hidrelétrica do São Francisco, a Comissão do Vale do Rio São Francisco, o Banco do Nordeste do Brasil, a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, as atuais reuniões periódicas de Governadores coordenadas pelo Presidente da República constituem índices de mudança positiva, que não é lícito escamotear.

Já em 1949, quando foi publicado *Instituições Políticas do Brasil*, Oliveira Viana olhava para o passado, ao escrever:

“Hoje ainda, decorrido um século, a situação não é diversa. Salvo uma pequena elite diminutíssima, o brasileiro, em geral, nunca consegue elevar-se, na sua atividade quotidiana e normal de cidadão e de homem político, à consciência e ao sentimento da sua comunidade nacional. Normalmente, vive dentro do seu limitado horizonte de interesses dos pequenos grupos locais, a que se prende, de clã, de família, de partido ou de campanário.” (10)

Hoje o povo brasileiro está historicamente maduro e constituído. A Nação brasileira está historicamente madura e constituída. É necessário ser sensível ao ineditismo da vida brasileira no presente e dar aos problemas do momento sem precedente que vivemos as soluções próprias e originais que exigem. A eleição de Getúlio Vargas em 1950, a de Juscelino

(10) Oliveira Viana, *op. cit.* Pág. 365.

Kubitschek em 1955, a de Jânio Quadros em 1960, exprimem a motivação ideológica dos brasileiros e seu interesse pelas soluções dos problemas do País, menos do ponto-de-vista das pequenas vantagens locais do que do ponto-de-vista da comunidade nacional. A política ideológica é a principal demanda do povo brasileiro nos dias presentes.

Neste ponto, alguns esclarecimentos finais. Os conceitos “puros” de *política de clã*, *política de oligarquia*, *política populista*, *política de grupos de pressão* e *política ideológica* tendem a ser momentos sucessivos da nossa evolução. Todavia, ao surgir no País um tipo de política, os que lhe são historicamente inferiores não desaparecem necessariamente. Continuam em vigência em determinadas áreas, em determinadas esferas da vida nacional com diferentes graus de intensidade. Pode-se afirmar que, atualmente, se registram no Brasil todos aqueles tipos de política. Nos meios rurais é máxima a vigência da *política de clã* e da *política de oligarquia* e mínima, por exemplo, a eficácia da *política ideológica*. Prevalece a equação ideológica, ao se focalizarem questões de âmbito nacional. Quanto menos gerais e mais locais são os assuntos, mais provável é a incidência da política de tipo histórico inferior. (11)

(11) Para ilustração desses enunciados de caráter genérico, é útil consultar os estudos de sociologia eleitoral que têm sido publicados na revista mineira: *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, dirigida pelo Prof. Orlando M. Carvalho.

Política de Elites e Política de Quadros

I

A emergência do povo na História contemporânea do Brasil é fato cardinal que constitui ponto de partida não somente de um esforço de teorização da realidade nacional como de reorganização do aparelho institucional do País. O Brasil deixou de ser recentemente País "sem povo" e se tornou País "com povo". A mutação foi, porém, tão rápida que não se fez acompanhar, no nível das instituições, dos reajustamentos necessários. A equação institucional que remanesce, dado seu obsoletismo, freia o movimento global da sociedade brasileira em direção de seus novos alvos. A organização é assim, nos dias atuais, questão de primordial importância, do ponto-de-vista teórico e prático.

Focalizaremos no presente capítulo um aspecto do problema de organização nacional — o da reforma das instituições partidárias. A exposição que se fará a seguir procurará demonstrar os seguintes enunciados:

1) Durante o longo período em que o Brasil foi um País "sem povo", nossa organização partidária funcionava sob o pressuposto de que a mera circulação de elites era suficiente para conjurar os impasses que se apresentavam no âmbito da sociedade política. (1) Mediante o recurso da circulação de elites, a classe que empolgava o poder conseguia manter suas posições, embora, de quando em quando, nela incorporasse os

(1) Sobre o que entendemos por "sociedade política" ver o capítulo O Governo Jânio Quadros e a Crise do Poder (1.^a parte).

círculos de ativistas formados nas camadas inferiores da sociedade. Dêsse modo, sem alterar o estatuto da sociedade global, a antiga classe latifundiário-mercantil preservava o seu papel de dirigente do processo histórico-social.

2) A perda do controle da situação política do País, pelos escalões superiores das entidades partidárias, crescentemente nítida desde as eleições gerais de 1945, e o surgimento do povo como principal dirigente da sociedade política tornaram restrita ou nula a eficácia da circulação de elites. A organização partidária, adequada à nova etapa do País, é compelida a funcionar sob outro pressuposto — tal é o da participação no poder dos quadros das diferentes categorias sociais que se constituíram, na proporção da importância objetiva de sua contribuição ao esforço coletivo de criação de riqueza: a velha *política de circulação de elites* tende a ser substituída pela *política de quadros*.

II

A elite é um círculo de cúpula, de formação por assim dizer aristocrática, visto que atua na presunção de que os governados não são capazes de exercer funções dirigentes ou políticas. Pelo seu preparo, pelos seus atributos essenciais, a elite se propõe missão tutelar. Não é correto apreciar o fenômeno da elite de modo romântico. Acontece, de fato, que, nas sociedades ou nos períodos em que a maioria das pessoas, dada a natureza rudimentar de suas ocupações e ao seu estilo de vida, carecem de consciência pública, não há como evitar o privilegiado exercício do poder político. Não é por acaso que uma classe dominante logra excluir do poder aqueles que sofrem o seu domínio. Ela é dominante por força de um conjunto de relações objetivas. Só na proporção em que se alterem essas relações, as outras categorias sociais conseguem ingressar na esfera decisória da sociedade. Desde 1822, até recentemente, só temos tido governos de elites, só temos tido política de elites e, isso, necessariamente em virtude das condições estruturais da sociedade brasileira. Do ponto-de-vista sociológico, não há que vociferar. Há que diagnosticar e contestar. Até por-

que as elites que nos conduziram e governaram nem sempre se houveram mal no papel que os acontecimentos lhes reservaram.

III

Tinha razão Paulino José Soares de Sousa, o Visconde de Uruguai, quando, enfrentando a onda de federalismo que os românticos de seu tempo pretendiam implantar no Brasil, pôs-se a combatê-lo e, com êxito, contribuiu para a reforma do Ato Adicional, a fim de restringir os poderes das Províncias e fortalecer o Poder Central. Viu, corretamente, Paulino, (2) que não existia povo no Brasil, que as populações esparsas em nosso território não tinham hábitos políticos, eram incapazes de autogoverno, e a autonomia das Províncias, em tais condições, seria perigoso instrumento de desagregação nacional. Tinha razão Campos Sales quando articulou a "política dos Governadores", pois não teria sido possível, sem tal expediente, ou coisa parecida, promover o mínimo de consenso entre as forças que realmente comandavam as situações nos Estados na época.

(2) Sobre as idéias políticas de Paulino José Soares de Sousa, consulte-se a sua obra, *Ensaio Sobre o Direito Administrativo*. Rio. 1862. Justificando o centralismo do Império, escreveu Euclides da Cunha: "Um estrangeiro ilustre, Augusto de Saint-Hilaire, depois de caracterizar o estado revoltado das repúblicas platinas, volvia naquela época o olhar para o Brasil, e apontava-lhe idêntico destino, se acaso fôssem satisfeitos, pelo regime federal, os desejos de mando das patriarquias aristocráticas, que o retalhavam: "...que os brasileiros se acautelem contra a anarquia de uma multidão de tiranetes mais insuportáveis do que um despota único" (in *Da Independência à República* capítulo de *A Margem da História*. Pôrto. 1909). E em rodapé, reproduzia as palavras de Saint-Hilaire, em 1832: "Les brésiliens ne sauraient établir chez eux le système fédéral sans commencer par rompre les faibles liens qui les unissent encore. Impatients de toute supériorité, plusieurs chefs hautains de ces patriarchies aristocratiques dont le Brésil est couvert, appellent sans doute le fédéralisme de tous leurs vœux; mais que les brésiliens se tiennent en garde contre une déception qui les conduirait à l'anarchie et aux vexations d'une foule de petits tyrans, mille fois plus insupportables que ne l'est un seul despote".

Podemos assim resumir a história dos partidos desde a Independência até quase os nossos dias na fórmula: foram instrumentos institucionais a serviço da circulação de elites. E não podiam ter sido outra coisa. Em resumo, convém fixar aqui os principais momentos de nossa evolução partidária.

Declarada a Independência do Brasil em 1822 por D. Pedro I, surgem logo em seguida os primeiros agrupamentos partidários, cujas diferentes denominações dão idéia da reinante variedade de pontos-de-vista. Tais são: os *liberais*, os *realistas*, os *liberais exaltados*, os *liberais moderados*, os *federalistas*, os *restauradores*, os *conservadores*. Não eram propriamente partidos, mas facções dominadas por personalidades influentes na época.

Todavia, depois da Abolição, passaram a empolgar o cenário político o *Partido Liberal* (fundado em 1831) e o *Partido Conservador* (fundado em 1837). Na década de 1860 constituíram-se o *Partido Progressista* (1862), a *Opinião Liberal* ou *Partido Liberal-Radical* (1868), o novo *Partido Liberal* (1869) e o *Partido Republicano* (1870).

A principal função dos dois grandes partidos durante o antigo regime (o *Liberal* e o *Conservador*) foi a de organizar o que Oliveira Viana chama o Estado-Nação, isto é, a de submeter as "parcialidades", as oligarquias, os clãs rurais, dispersos em nosso território, ao poder geral, representado pelo Imperador. Era uma função eminentemente tutelar, exercida por personalidades de elite, as raras que, então, tinham consciência de uma tarefa organizatória em escala nacional. O Centro ou a Côrte era o ponto de irradiação do poder. No resto do País, tudo lhe era submetido. Para garantir o funcionamento dos partidos nacionais, o Centro, por intermédio de seus delegados, os Presidentes de Província, nomeados pelo Imperador, recorria a meios diretos ou indiretos, entre os quais o *recrutamento*, "a arma mais poderosa de intimidação que o antigo regime conheceu, usada especialmente contra a gente desprotegida, o povo-massa das parcialidades contrárias"; (3) a Guarda Nacional, "a base do partido dos Governadores, que era sem-

(3) Ver Oliveira Viana, *Instituições Políticas Brasileiras*. Rio. 1949. Pág. 283.

pre o partido que estava no Poder (Partido do Gabinete) de que eram eles os representantes de imediata confiança — porque demissíveis *ad nutum*"; (4) os títulos nobiliárquicos, "outro poderoso agente de agregação partidária, utilizado largamente pelos Governadores", pois cabia-lhes indicar ao Centro "os nomes dos grandes proprietários rurais que lhes pareciam mais merecedores do ambicionado título de "Comendador", "Barão" ou "Visconde", bem como "pleitear honraria para os de sua parcialidade." (5)

Partidos de elites eram as associações partidárias do regime monárquico. Suas débeis diferenças doutrinárias pouco ou nenhum efeito proselitista alcançava na massa dos eleitores. Os pleitos exprimiam invariavelmente em seus resultados os desejos das facções ocasionalmente no poder. (6) O conhecido sorites do Conselheiro Nabuco é resumo feliz dessa constante: "O Poder Moderador" — dizia Nabuco — "pode chamar quem quiser para organizar ministérios; esta pessoa faz a eleição, porque há de fazê-la; esta eleição faz a maioria". Em tôda a História da Monarquia só uma vez o Governo perdeu eleições, em 1882, quando se iniciou a execução da lei Saraiva, promulgada no ano anterior. Nunca mais se repetiu o fato no Império e só em 1950, com a volta de Getúlio Vargas à Presidência da República, teve lugar pela segunda vez tal ocorrência em nossa história eleitoral.

IV

Proclamada a República em 1889, não desapareceram os partidos de elites. Não há diferença de natureza entre os par-

(4) Ibidem. Págs. 283-4.

(5) Ibidem. Págs. 284-5.

(6) Referindo-se ao pleito presidencial de 1910, escreveu Rui Barbosa: "Aqui, já no alistamento, se fabrica o eleitorado. Depois, ou lhe simulam a presença ou lhe obstam, na eleição. Quem vota e elege são as atas, onde se figuram, umas vezes com o requintado apuro dos estelionatas hábeis, outras com a negligência desasada e besuntosa das rapinagens vulgares, os comícios eleitorais, de que nem notícias houve nos sítios indicados pelos falsários, como teatro de cada uma dessas operações" (in Barbosa Lima Sobrinho, *Sistemas Eleitorais e Partidos Políticos*. Fundação Getúlio Vargas. Rio. 1956. Pág. 59).

tidos da Monarquia e os da República. É certo que desapareceram no nôvo regime os antigos Partidos *Liberal* e *Conservador*. Aliás na Velha República não surgiu nenhuma agremiação que se comparasse em imponência ao que foram no antigo regime o Partido Liberal e o Conservador. A mentalidade republicana — observa Afonso Arinos de Melo Franco (7) — era antipartidária no sentido nacional. Nos momentos das eleições, improvisavam-se partidos com o só objetivo de ocorrer às campanhas de ocasião. A exceção do Rio Grande do Sul, em que dominava o Partido Federalista, nos outros Estados proliferaram os P. R., invariavelmente dóceis à vontade dos chefes oligárquicos locais. Atuação destacada, dentre êsses P. R., tiveram o PRP e o PRM, os Partidos Republicanos de São Paulo e de Minas Gerais que, a partir da "política dos Governadores", serviram para assegurar o domínio dos dois grandes Estados no Governo Federal. Embora mais disfarçado, continuava na República o mesmo centralismo político-administrativo da Monarquia, centralismo que levava Gilberto Amado a escrever: "No regime em que vivemos, o Brasil não é um país, não é uma nação; o Brasil é apenas São Paulo, Minas; Minas, Rio Grande; seria Bahia e Pernambuco se nesses Estados houvesse maior riqueza e intensidade. Os pequenos Estados nesse regime vivem segregados da direção nacional. Um ministro orginário de pequeno Estado que tem apenas o apoio de sua bancada, se não é homem de mérito excepcional, que será em comparação com o ministro do grande Estado, a que pertença o Presidente, ou do Estado que pode "fazer mal" ao Presidente?" (8). Os partidos eram verdadeiras "ficções constitucionais", simulacros sob os quais se ocultavam os clãs eleitorais. Em escala nacional, registraram-se três tentativas de criação de partido que não tiveram êxito. Foram o Partido Republicano Federal, fundado por Francisco Glicério no fim do Governo Floriano Peixoto, o Partido Republicano Conservador, fundado em 1910, em cuja direção se destacavam Pinheiro Machado e Quintino Bocaiúva, o Partido Republicano Libe-

(7) Ver Afonso Arinos de Melo Franco, *História e Teoria do Partido Político no Direito Constitucional Brasileiro*. Rio. 1948.

(8) Ver Gilberto Amado, *Eleição e Representação*. Rio. 1931. Pág. 203.

ral, fundado em 1913, sob a chefia de Rui Barbosa. Mais fugazes ainda do que essas agremiações foram a Campanha Civilista, a Reação Republicana e a Aliança Liberal que se destinaram a apoiar as candidaturas de Rui Barbosa, Nilo Peçanha e Getúlio Vargas, respectivamente contra o Marechal Hermes da Fonseca, Artur Bernardes e Júlio Prestes. Ainda em 1933, por ocasião das eleições para Assembléia Nacional Constituinte, é notório o caráter de expediente de conveniência que assumem as diversas agremiações que aparecem nos Estados. Nas referidas eleições, os títulos das legendas vitoriosas eram os seguintes: Amazonas: União Cívica Amazonense e Aliança Trabalhista-Liberal; Pará: Partido Liberal; Maranhão: Partido Republicano e União Republicana Maranhense; Piauí: Partido Nacional Socialista e Lista "Hugo Napoleão"; Ceará: Liga Eleitoral Católica e Partido Social Democrático; Rio Grande do Norte: Partido Popular do Rio Grande do Norte e Partido Nacionalista; Paraíba: Partido Progressista; Pernambuco: Partido Social Democrático, Partido Republicano Social; Alagoas: Partido Nacional em Alagoas; Sergipe: União Republicana de Sergipe e Lista "Liberdade e Civismo"; Bahia: Partido Social Democrático e Lista "A Bahia ainda é a Bahia"; Espírito Santo: Partido Social Democrático e Partido da Lavoura; Distrito Federal (hoje Estado da Guanabara): Partidos: Autonomista, Economista; Rio de Janeiro: União Progressista Fluminense, Partido Popular Radical e Lista "Constitucionalista"; Minas Gerais: Partido Progressista e Partido Republicano Mineiro; São Paulo: Lista "Chapa Única", Partido Socialista Brasileiro e Partido da Lavoura; Goiás: Partido Social Republicano; Mato Grosso: Partido Liberal Mato-Grossense e Partido Constitucionalista; Paraná: Partido Liberal Paranaense e Partido Social Democrático; Santa Catarina: Partido Liberal Catarinense e Aliança "Por Santa Catarina"; Rio Grande do Sul: Legenda "Frente Única" resultante da aliança dos Partidos Libertador, Republicano Liberal e Republicano Rio-Grandense. (9)

(9) Ver A. J. Pinto do Carmo, *Diretrizes Partidárias*. Rio. 1948. Págs. 26-27.

Desde a década de 1930, expressivas modificações na estrutura social do País já não se compadeciam com o amorfismo (10) partidário característico dos períodos anteriores. A própria Revolução de 1930, com sua bandeira da "verdade eleitoral", era sintoma inequívoco de que largas camadas sociais, inconformadas com o mutismo político a que foram sempre relegadas, estavam impacientes por ingressar na sociedade política, de modo regular e organizado. No tocante à legislação eleitoral, grande avanço se verificou em 1932, quando foi promulgado o Código Eleitoral. Com êle, aparecem o voto secreto, a representação proporcional, o sufrágio feminino, o regime de partidos, a Justiça Eleitoral e um sistema democrático de apuração dos resultados dos pleitos. As falhas do Código, reveladas nos pleitos de 1933 e 1934 foram corrigidas na Constituição de 1934 e na Lei n.º 48, de 4 de março de 1935. Refletindo o novo estado social da Nação, onde já se delineavam os rudimentos das classes sociais, a Constituição de 1934 consignou a representação das profissões nos órgãos legislativos. Isto era sinal de novos tempos. Cumprindo a Constituição, o Tribunal Superior da Justiça Eleitoral fixou em 50 o número de patões e empregados, representantes das profissões, cabendo oito lugares para Profissões Liberais e Funcionários Públicos, e quatorze para cada uma das seguintes categorias: Lavoura e Pecuária, Indústria, Comércio e Transportes. As principais conquistas sancionadas por êsses preceitos legais são mantidas e complementadas pela legislação posterior: o Decreto-Lei n.º 7.586, de 28 de maio de 1945, a Lei de Emergência (Lei n.º 85, de 6 de setembro de 1947), o Código de 1950 (Lei n.º 1.164, de 24 de junho de 1950), a Lei n.º 2.550, de 25 de julho de 1955, a Lei n.º 2.582, de 30 de agosto de 1955. (11) Digno de

(10) Sobre amorfismo, ver Guerreiro Ramos, "A Problemática da Realidade Brasileira", capítulo de *O Problema Nacional do Brasil*. Rio. 1960.

(11) Ver Barbosa Lima Sobrinho, *Sistemas Eleitorais e Partidos Políticos*. Fundação Getúlio Vargas. Rio. 1956.

especial menção é o fato de que o Decreto-Lei de 1945 e a Constituição de 1946 determinam um regime de partidos nacionais, por assim dizer vindo ao encontro da nova realidade econômica e social do País, que naquela data deixara de ser justaposição de regiões mal articuladas e se tornara um espaço político, cujas unidades componentes estavam integradas num mercado interno em acelerado desenvolvimento.

Nos partidos que, após o interregno do Estado Nôvo, apareceram em 1945 e em 1947 se fazem sentir características inéditas. Denominam-se Partido Republicano Democrático, Partido Trabalhista Brasileiro, Partido Social Democrático, Partido Libertador, Partido Republicano, Partido Comunista do Brasil, União Democrática Nacional, Partido Democrata Cristão, Partido Orientador Trabalhista, Partido de Representação Popular, Partido Social Trabalhista (antes Partido Proletário do Brasil), Partido Trabalhista Nacional, Partido Socialista Brasileiro, Partido Social Progressista (resultado da fusão de três partidos surgidos em 1945, o Popular Sindicalista, o Republicano Progressista e o Agrário Nacional).

Em nenhuma época de nossa História foi tão marcada a nota populista na atividade partidária, como a denunciam os adjetivos "popular", "trabalhista", "sindicalista", "comunista". Alguns chefes desses partidos são políticos de tipo desconhecido no passado, como Getúlio Vargas, que simbolizava ampla reforma social; Ademar de Barros, Luís Carlos Prestes e Plínio Salgado, êsses dois últimos, líderes dos maiores movimentos ideológicos surgidos no Brasil, ao qual se filiavam ou seguiam considerável massa de cidadãos. Na organização partidária posterior ao Estado Nôvo, eram evidentes as características da nova sociedade brasileira, as quais se exprimiam no populismo de Getúlio Vargas e Ademar de Barros e na política ideológica em que se procuravam pautar as manifestações públicas de Luís Carlos Prestes e Plínio Salgado. No quadro anexo, poder-se-á ver que os Partidos de tipo clássico, como o PSD e a UDN, de 1945 a 1958, revelam tendência para o declínio ou quando muito para a estagnação de sua força eleitoral. A tendência populista-ideológica é a dominante. Resulta disso que, no período, é o PTB que se encontra em franca ascensão, do ponto-de-vista da força eleitoral.

CONFRONTO DA FÔRÇA ELEITORAL RELATIVA DOS PRINCIPAIS PARTIDOS NAS ELEIÇÕES FEDERAIS DO APÓS-GUERRA

PARTIDO POLÍTICO	Percentagem de votos obtidos			
	1945	1950	1954	1958
P. S. D.	44,1	32,4	32,6	32,4
U. D. N.	27,5	24,0	20,1	20,5
P. T. B.	10,5	17,6	18,8	19,3
P. S. P.	—	8,6	11,2	7,8
P. R.	3,8	4,7	5,3	5,8
Outros	14,1	12,7	12,0	14,2
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: *Desenvolvimento e Conjuntura* — Setembro de 1959. Número 9.

VI

Nos dias atuais, o sistema partidário formado no após-guerra chegou a um momento crítico. A última campanha sucessorial e os resultados do recente pleito de 3 de outubro de 1960 mostram que nossa vigente organização partidária não reflète as qualificações do eleitorado. Visivelmente as direções dos três grandes partidos, o PSD, o PTB e a UDN, não foram

capazes de encaminhar a sucessão nos termos que lhe convinhem. Os candidatos, Marechal Lott e Jânio Quadros, são personalidades cujo lançamento na vida pública ocorreu à revelia dos grandes partidos. O segundo tem feito questão de assinalar que está acima dos partidos e, na campanha, quando reconheceu alguma ligação partidária, declarou-se militante do PTB, justamente o Partido que apoiava o seu principal adversário. O candidato à Vice-Presidência da República, João Goulart, líder do PTB, companheiro de chapa do Marechal Lott, nem por isso deixou de ser também apresentado aos eleitores, notadamente em São Paulo, pelos clubes Jan-Jan, ou seja, como companheiro de chapa de Jânio Quadros. Por outro lado, o Marechal Lott foi originariamente candidato à Presidência da República por entidades extrapartidárias e jamais militou em qualquer partido. Nas eleições passadas, patenteou-se que grande número de eleitores não votou partidariamente, votou segundo suas próprias preferências. Esse desenquadramento partidário do eleitorado é precisamente o aspecto mais grave da crise aqui focalizada. Não é preciso especial agudeza para perceber que, hoje em dia, os altos escalões dos grandes partidos sentem escapar-lhes das mãos o controle da situação política do País. Em discurso proferido a 11 de abril do corrente ano, o Presidente Jânio Quadros proclamou ser o seu "um governo sem donos e sem influências", e até agora se conduz como quem deseja entender-se diretamente com o povo, acima dos partidos. Todos esse fatos levam à conclusão de que, neste momento, está suspenso no Brasil, o *Estado de partidos*, que Kelsen proclamava ser a essência do regime democrático. É lícito, pois, afirmar que o problema atual de nossa organização partidária é um *problema de enquadramento dos contingentes eleitorais nos diversos partidos, de acordo com as suas respectivas características sociais*.

A indiferenciação partidária é incompatível com a etapa de uma sociedade constituída de parte heterogêneas, de classes ou categorias sociais dotadas de traços idiossincráticos, de uma sociedade que superou o amorfismo de suas primeiras fases de evolução. Uma sociedade assim pede necessariamente uma *política de quadros*. Em que consiste ela?

O quadro (12) é uma formação democrática, visto que ordinariamente se constitui de pessoas cujas qualificações para o exercício de postos e tarefas são reveladas, aprimoradas e testadas no âmbito das agremiações a que pertencem. O quadro não se destina a funções tutelares, mas a servir aos interesses dos que os elegem, escolhem, ou indicam, a cuja crítica e a cujo controle estão permanentemente sujeitos. Quanto mais idôneamente representativo de uma categoria ou classe social é um partido, mais se faz sentir a necessidade de rigor e consistência em suas manifestações, mais em tais condições se tornam imprescindíveis os quadros. A diferença da elite, em que predomina o critério da personalidade, no quadro predomina o critério da competência. Os que integram o quadro não são pessoas às quais se deva obediência compulsória porque nêles

(12) Um dos mais conhecidos tratadistas de sociologia política, Maurice Duverger, caracteriza o partido de quadros de modo que julgamos inadequado. Para ele, o partido de quadros é partido de personalidades notáveis e influentes, cujo prestígio serve de caução ao candidato e para atrair votos. (Ver *Les Partis Politiques*. Paris, 1951. Pág. 85). A palavra "quadro" é típica do linguajar corrente de autores comunistas e socialistas, tendo entre eles outro significado. Cumpre à sociologia científica incorporar o termo no seu arsenal de conceitos, sem todavia, destorcer as suas implicações de origem. Liu Shao-shi, em seu livro *On the Party* (Pequim, 1954), num capítulo, *The Problem of Cadres*, trata da questão. Aí diz o atual Presidente da China Continental (Pág. 109): "Nossos quadros vêm das massas e trabalham entre elas. Devem ser líderes de massas do povo e ao mesmo tempo conduzir a linha de massas. São núcleos de liderança entre as massas, emergindo das lutas das massas e, ao mesmo tempo, dirigindo suas lutas. Os quadros são por isso *parte das massas* que merece nosso especial interesse. É precisamente em virtude de nosso interesse pelas massas e suas causas que nos preocupamos particularmente com os quadros. Nosso interesse pelos quadros se origina de nosso interesse pelas massas. Não é isolado de nosso interesse pelas massas, nem o é pelos quadros em si mesmos. Por isso, os quadros que se isolaram das massas ou que, em vez de servirem às massas, prejudicaram-nas, não merecem o nosso interesse. O Partido deve reformar esses quadros pela estrita educação. Assim, um dos mais importantes critérios para avaliar os quadros reside no ponto-de-vista de massa e na linha de massa e na intimidade de suas conexões com as massas".

se reconheçam atributos extraordinários. Tais atributos podem eventualmente favorecer o sucesso de um elemento de quadro, podem ser reconhecidos, mas por si sós não importariam, se não estivessem subordinados aos imperativos da coletividade política partidária. O quadro é parte da coletividade partidária, dela sai, nela se forma pelo treino, pela educação. Os partidos de quadros mais conseqüentes mantêm escolas para formá-los. Partidos de quadros foram entre nós o Comunista e o Integralista, e não é casual que até agora tenham sido, nos tempos em que funcionaram livremente, os únicos que conseguiram arregimentar expressivos contingentes eleitorais e militantes, e sobre eles exercer um comando firme, sem o qual, nas condições contemporâneas, dificilmente se consegue levar ao centro do poder a vanguarda de camadas sociais situadas na periferia (13) da esfera decisória de uma sociedade.

Quando, numa sociedade, as soluções dos problemas emergentes são incompatíveis com o sentido conservador do exercício do poder, surge a *hora da política de quadros*. A *política de elites* só tem eficácia durante e enquanto os interesses dos titulares eventuais do poder não perderam de todo o sentido social genérico. Se esse sentido desaparece, o processo social impõe orgânicamente a revocação desses titulares ou, pelo menos, o seu compromisso com novos titulares.

Mas a conversão do trabalho partidário à *política de quadros* demanda esforço de organização. É necessário que não se escamoteie o papel da organização (14) no campo das atividades políticas. Não se trata aqui do sentido habitual de organização enquanto racionalização administrativa. Como simples técnica administrativa, a organização é requisito im-

(13) Para uma conceituação de centro e periferia no domínio político, ver Guerreiro Ramos, *Introdução Crítica à Sociologia Brasileira*. Rio, 1957. Especialmente o capítulo "*A Dinâmica da Sociedade Política no Brasil*".

(14) Sobre a organização como questão teórica, especialmente como assunto de teoria política, ver Georg Luckács, *Histoire et Conscience de Classe*. Paris, 1960. Especialmente o capítulo "*Remarques Méthodologiques sur la Question de l'Organisation*". Para Luckács, a organização é uma "questão intelectual" de grande importância.

prescindível da boa marcha dos negócios de qualquer natureza. Assim, os partidos de elites podem ser bem organizados como qualquer associação e nem por isso deixam de ser partidos de elites. Todavia, nos partidos de quadros a organização tem sentido e importância especiais, transcendentais. (15) A organização é ingrediente insuperável do partido de quadros, nêlo assumindo o caráter de condição indispensável, sem a qual não realiza seus objetivos essenciais — que é o de propiciar ao conjunto dos associados participação ativa na formulação das decisões e diretrizes da agremiação bem como exercer permanente controle sobre os atos de seus representantes. Sem organização, a massa do partido fica excluída do processo das deliberações, reduzida a legião de espectadores passivos. A organização é, assim, pedra de toque do partido de quadros — o tipo de militância institucionalizada mais consentânea com a fase em que se acham constituídas as classes sociais ou em que, numa sociedade determinada, os problemas emergentes não podem ter solução sem que sejam promovidas à área decisória do Governo, mediante delegados representativos de seus interesses, as categorias sociais antes relegadas à periferia do poder.

VIII

De modo esquemático, pode-se admitir que a organização tem as seguintes funções nos *partidos de quadros* e na atividade partidária em geral:

1) *conferir objetividade ao conhecimento dos fatos sociais em geral e dos acontecimentos políticos, em particular*. A organização não é mero requisito técnico do funcionamento racional, ordenado, de uma associação. É preceito metódico, a que não devem fugir os que desejam obter um conhecimento objetivo da realidade social e, notadamente, política. Somente onde há prática (*praxis*) se verifica o conhecimento rigoroso dos fatos. A organização partidária, permitindo o que Luckács chama de "mediação entre a teoria e a prática" e "entre o homem e a

(15) Escreveu Lênine: "Não se pode separar mecânicamente as questões políticas das questões de organização" (*in* Luckács, *op. cit.* Pág. 331).

História”, assegura aos militantes, quadros e dirigentes emitir pensamentos e diagnósticos ajustados às situações e problemas em pauta. (16) Ela institucionaliza permanente fluxo de informações e observações da base ao topo e do topo à base do partido, confronto, choque e luta de opiniões e pontos-de-vista que clarificam o sentido dos acontecimentos — do que necessariamente resultam racionalidade e justeza na conduta partidária e firme consciência coletiva. Trazendo os seus problemas e suas reflexões à organização partidária e aí os submetendo à análise e discussão, os militantes participam de um pensamento cooperativo que, ordinariamente, supre as deficiências dos recursos individuais de percepção e entendimento. O conhecimento é um ato social, tanto mais penetrante, quanto o for a consciência deste seu caráter. Os partidos em que as decisões são tomadas unilateralmente pelos dirigentes estão mais expostos a malogros perante os seus associados e simpatizantes do que os partidos homogeneizados pelo pensamento organizado. A política não é questão acadêmica. É questão prática, de interesses em jogo, e assim a discussão política se desnatura, quando se prende aos aspectos imanentes ou abstratos dos argumentos e proposições. Nos partidos de quadros, toda discussão política é concreta, refere-se a situações efetivas e portanto, a teoria e a prática se encontram estreitamente unidas. A indiferenciação teórica e programática dos partidos no

(16) Luckács: “A organização é a forma de mediação entre a teoria e a prática. E como em toda relação dialética, aqui também, os membros da relação dialética só adquirem concretidade e realidade na e pela mediação. Este caráter da organização, mediadora entre a teoria e a prática, aparece mais claramente no fato de que a organização manifesta, pela divergência entre as tendências, uma sensibilidade maior, mais fina e mais segura que qualquer outro domínio do pensamento e da ação políticos. Enquanto, na teoria pura, concepções e tendências mais díspares podem coexistir em paz, suas oposições tomando apenas a forma de discussões que podem verificar-se tranquilamente no quadro de uma mesma organização sem desintegrá-la, as mesmas questões se apresentam, quando se aplicam às questões de organização, como tendências rígidas, excluindo-se reciprocamente. No entanto, toda tendência ou divergência de opinião “teórica” deve instantaneamente se transformar em questão de organização, se não quer permanecer simples teoria, opinião abstrata, se tem realmente a intenção de mostrar o caminho de sua realização”. (Pág. 338)”.

Brasil é, por isso, sintoma de sua inorganicidade, de sua desarticulação interna, da segregação em que se acham as suas direções em relação às suas bases respectivas. Só a organização dará a esses partidos características programáticas específicas e os tornará ideologicamente idôneos com os seus associados e simpatizantes no plano teórico e prático e, ainda, eliminará, o subjetivismo de seus dirigentes, subjetivismo que, nestes dias, é uma das causas principais do apartidarismo crescente das massas, ou, em outras palavras, da inconstância e debilidade do voto partidário.

2) *eleva a massa à consciência global do processo.* Diversamente dos partidos de elites, os partidos de quadros tendem a buscar um fundamento teórico para a sua atuação. Os quadros têm instrução, treino teórico e seu papel é precisamente justificar as reivindicações e pontos-de-vista da massa filiada ao partido, demonstrando sua vinculação ao movimento geral da sociedade. Mediante a fundamentação teórica de suas teses e diretrizes, o partido de quadros habilita os associados a uma participação consciente nas lutas sociais. Contemporâneos de etapas em que a sociedade se encontra polarizada, os partidos de quadros se definem por suas respectivas concepções. A luta política em tais circunstâncias é uma luta de concepções acerca do Estado e da sociedade. No partido de quadros, as massas adquirem o “querer consciente”, de que fala Luckács, a “vontade consciente do conjunto”, o impulso para dominar e dirigir a sociedade segundo o seu ponto-de-vista e seus interesses, impulso cuja legitimidade não é entendida como simples manifestação da vontade de poder, mas como imperativo de racionalidade mesma dos acontecimentos. (17) A referência de toda

(17) Nossos partidos e sindicatos em moldes tradicionais mantêm a luta de massas, no nível do chamado espontaneísmo. É a tais organizações que se refere Luckács quando escreve: “estas organizações trabalham conscientemente para manter a simples espontaneidade dos movimentos do proletariado (dependência em relação à ocasião imediata, fragmentação por profissão, por país etc.) no nível da simples espontaneidade e para impedir sua transformação em movimentos dirigidos para a totalidade, tanto para a união territorial, profissional etc. como para a unificação do movimento econômico com o movimento político. A função dos sindicatos consiste em atomizar e despolitizar o movimento, em dissimular a relação com a totalidade...” (Op. cit. Pág. 350).

luta episódica à totalidade é a razão de ser dos partidos de quadros, onde, por isso mesmo, é saliente o valor da disciplina, sem a qual a "vontade consciente" não se efetiva de modo eficaz. Os partidos de quadros são dotados de forte articulação interna, pois se assim não fôsem, não poderiam funcionar como a consciência militante das categorias sociais que representam. No Brasil de hoje, a questão de organização partidária não pode ser dissociada de uma teoria da sociedade brasileira.

3) *conferir caráter sistemático à ação partidária.* Os partidos de feição antiga atuam à mercê das vicissitudes, sem dominá-las teoricamente, sem referi-las à totalidade histórica de que são parte. Domina, em tais condições, a militância espasmódica, fragmentária, o que, na literatura socialista e comunista, tem sido chamado de "trade-unionismo", "economismo", "espontaneísmo" e "oportunismo". Sem consistência programática e organizacional, não vão além das posições débeis de circunstância. São associações de categorias sociais imaturas que se contentam com soluções tópicas de seus problemas. A organização partidária, no entanto, submetendo o elemento espontâneo à regulamentação consciente, confere sistematicidade à ação dos militantes, habilita-os a subordinar as lutas episódicas em que se empenham à estratégia geral de transformação da sociedade. As reivindicações tópicas, desligadas dessa estratégia, condenam as classes sociais à categoria de objeto e elemento passivo dos acontecimentos. Não é possível agir com sistematicidade no domínio político sem organização partidária. Daí o imperativo do partido de quadros nos períodos históricos de aguda polarização dos diversos interesses.

4) *contribuir para a superação da economia política pela política econômica, em outras palavras, pelas decisões políticas.* Os problemas econômicos só são assunto técnico, enquanto se verifica a alienação política dos cidadãos. Trazendo a questão do poder para o centro das atenções dos militantes, os partidos de quadros clarificam a natureza da economia, a qual lhes apa-

rece não mais como algo *reificado*, (18) coisificado, acima de seu poder, mas como sistema de decisões políticas. Os diferentes graus de participação econômica das classes sociais refletem seus diferentes graus de força política. É assim que, para ilustrar a afirmativa, o chamado salário-mínimo não é outra coisa senão a expressão da força política dos assalariados. Não resulta de relação entre coisas, e só subsidiariamente é questão econômica. A precariedade econômica das camadas sociais desfavorecidas jamais se erradicará pelo desenvolvimento espontâneo. É pela ação autônoma, específica, politicamente organizada, que tais camadas lograrão eliminá-la. Do mesmo modo, a inflação é uma questão política e não problema abstrato de contabilidade. É o nome de uma briga contínua entre categorias sociais. Todo Governo, apoiado no pacto político dominante, toma partido nessa briga, em favor, naturalmente, da parcialidade politicamente mais forte. É a consciência da subordinação do desenvolvimento econômico à política que estão gradativamente chegando as massas no Brasil de hoje. Eis por que os partidos de quadros se tornaram as instituições partidárias mais adequadas para atender as suas necessidades históricas.

IX

É preciso, neste ponto da exposição, esclarecer que o *partido de quadros* foi descrito como "conceito puro". Na realidade, nunca se concretiza com os seus atributos ideais. Além disso, o partido de quadros é indicado particularmente para nuclear a ação de categorias sociais animadas por um intento reformista ou revolucionário e, portanto, em dissídio com os beneficiários da ordem estabelecida. Estes últimos só têm interesse em dificultar a formação dos partidos de quadros e, com esse propósito, dispensando favores às cúpulas de tais agremiações, aliciam-nas e durante algum tempo conseguem postergar a institucionalização das massas em termos militantes sistemáticos.

(18) Sobre "reificação", ver Lucien Goldmann, *Recherches Dialectiques* (Paris, 1959), capítulo "La Reification".

Há que observar ainda que a organização não tem méritos intrínsecos. Abundante literatura trata da teoria da organização partidária. Muitos autores, como Robert Michels e Claude Lefort, advertem que a organização partidária pode acarretar os males da burocratização e da ditadura dos "aparelhos" no partido. O ideal da perfeição e da pureza é um crime em política, diz Gilberto Amado. O fato é que não existe ação política sistemática e eficaz sem organização. Diante da inevitabilidade da organização, o que cumpre realisticamente fazer é encaminhá-la segundo critérios plásticos, hábeis para assegurar, tanto quanto possível, a prática da democracia interna nas associações partidárias. Não existe nenhum esquema ideal de organização partidária. Para cada situação partidária, seu específico modelo, sempre à luz do princípio segundo o qual *é o processo que organiza o processo*.

Houve um momento, no passado, em que o problema da organização no Brasil ascendeu à esfera do pensamento sociológico. Alberto Tórres, em vários estudos, escritos na década de 1910, reunidos no livro *A Organização Nacional*, tratou da questão. A despeito das observações corretas sobre a sociedade brasileira contidas, à guisa de diagnóstico, em sua obra, incidiu no erro fundamental de pensar que a organização do País pudesse ser outorgada de cima para baixo. Assim, concretizando suas conclusões, chegou a elaborar um projeto de reforma constitucional que consagrava um regime democrático autoritário entregue à tutela de elites. Tinha fé nesse remédio para os males do Brasil naquela época. O projeto de Alberto Tórres só tem valor histórico em nossos dias. Nenhuma solução ideal para o problema organizacional do Brasil de hoje pode sair perfeita da cabeça do pensador isolado. Há de ser encontrada no choque de pontos-de-vista, das experiências e dos interesses e com a participação ativa das categorias sociais para as quais se destina. *É o processo que organiza o processo*.

II

Antes e Depois de Outubro de 1960

O Problema da Representatividade Político-Partidária

I

A frustração dos partidos nas eleições de 3 de outubro de 1960 levou os grupos políticos tradicionalmente dominantes a cogitarem de um reagrupamento partidário como meio de reassumirem o controle do eleitorado. Houve um momento em que se falou a sério de constituir-se novo partido, pela fusão de grupos afins desgarrados nas diferentes associações partidárias. Não se contemplou, no entanto, o aspecto magno da questão nos dias correntes — o da representatividade. O atual problema partidário não será adequadamente equacionado, enquanto não se relacioná-lo com a mudança de conteúdo da sociedade brasileira, expressa no elevado nível de discernimento que atingiram recentemente as massas no Brasil. Este avanço em nossa psicologia coletiva pode ser avaliado, particularmente quando se examina a evolução do trabalhismo desde a fundação do PTB, em 1945, até hoje. Tudo indica o encerramento do trabalhismo como corrente beneficiária do carisma pessoal de Getúlio Vargas. Não é lícito disfarçar a crise interna que lavra dentro do PTB, ou seja, o divórcio entre as diretrizes paternalistas do Sr. João Goulart e os militantes nas bases daquele agrupamento mais sensíveis ao imperativo de ajustá-lo à melhoria da consciência social de seus presumíveis adeptos. Em período passado, esboçara-se no PTB tentativa de lhe conferir consistência programática. O extinto Senador Alberto Pasqualini é a figura ordinariamente associada a esse primeiro esforço que, entretanto, não alcançou resultados ponderáveis, dele restando nobre intenção. Posteriormente, renovação dou-

trinária e prática foi tentada pela cúpula do PTB, quando a êle se incorporou o Sr. San Thiago Dantas, sob o patrocínio do líder João Goulart. Esta renovação *por cima*, esbatendo-se com atitudes reticentes das bases do PTB, igualmente não obteve êxito. Atualmente, declarou-se a luta interna no Partido, da qual as ilustrações mais eloqüentes são as atividades de expressivo número de parlamentares trabalhistas em dissídio cordial com a liderança do Sr. João Goulart, enquanto posta em termos paternalistas e, ainda, a eleição do Sr. Almino Afonso para a liderança da bancada do PTB na Câmara dos Deputados, aparentemente contrariando as preferências do conhecido prócer gaúcho.

Em tais condições, parece útil examinar do ponto-de-vista sociológico, embora sumariamente, a situação do trabalhismo no Brasil de hoje e o papel renovador que deverá assumir a luta interna no PTB, como de resto, nos outros partidos.

O trabalhismo brasileiro ainda está passando pelos testes das doenças infantis. Está longe de ser movimento adulto. Os resultados eleitorais de outubro de 1958 e de 1960 parecem indicar nitidamente que um ciclo inicial de nosso trabalhismo chegou ao fim. Mas existe sem dúvida no País a demanda de um conjunto sistemático de princípios e idéias, hábil para conduzir as massas na luta pela elevação de seus níveis de existência material e não-material. Como ocorrerá o aparecimento desse consistente trabalhismo? Seria de desejar que se verifique mediante a regeneração do Partido Trabalhista Brasileiro. Por suas origens e por sua atuação, o PTB merece ser o órgão, por excelência, das aspirações da coletividade trabalhadora do País. Não logrará sê-lo, porém, se esclerosar-se, ou não ajustar-se ao nível de maturidade política das massas obreiras, expresso nos dois últimos pleitos.

Podemos afirmar que as doenças infantis até agora padecidas pelo nosso trabalhismo têm sido o varguismo, o janguismo, o peleguismo e o expertismo. Assinalemos preliminarmente que doença e saúde são fenômenos complementares, são fatos normais e necessários, de limites muito tênues. Padecer

as doenças da infância e superá-las constituem condição mesma de robustez na idade adulta. Não seria, assim, pertinente ou objetivo invectivar as doenças-fases de nosso trabalhismo como se elas não fôssem manifestações incoercíveis de um processo.

O varguismo, por exemplo, só tem significado negativo? Ou é também indicação positiva de avanço, em nossas práticas políticas? O varguismo é o culto de Getúlio Vargas, personalidade à qual, por certo, não se associa propriamente sólido pensamento político, conjunto de diretrizes sistemáticas. Getúlio Vargas foi uma espécie de gênio do empirismo e, por isso mesmo, dócil à resultante dos fatos. Em seus dois períodos governamentais, de 1930 a 1945, e de 1951 a 1954, dir-se-ia por tentativas e aproximações, logrou conduzir o País atendendo no justo limite aos seus imperativos de mudança. Naqueles períodos, o Brasil passou por transformações, sem dúvida marcadas de conteúdo progressista. Esboçou-se um aparelho administrativo de intervenção estatal na economia, implantou-se o sistema do mérito, introduziram-se técnicas de racionalização nos serviços federais, elaborou-se uma legislação trabalhista, foi pôsto em vigor estatuto sindical englobando patrões e trabalhadores e, de Volta Redonda à Petrobrás, um conjunto de medidas foi efetivado tendo em vista a promoção do desenvolvimento econômico e social do País. Não é êste o ensejo para a avaliação minuciosa das realizações de Vargas, mas é inquestionável que, qualquer que sejam as suas lacunas, em conjunto marcaram a atuação do estadista gaúcho de um sentido historicamente positivo. Ademais a morte dramática do Presidente Vargas, em agosto de 1954, e a mensagem cantante da famosa carta que dirigiu ao povo tocaram o sentimento nacional, alertando-o contra a ação de seus inimigos externos e internos. O varguismo não se consubstanciou numa doutrina, é um resíduo emocional, precipitado de impressões, crença popular na bondade intrínseca de Vargas, como governante, e daqueles que o seguem. Nestas condições, à medida que passa o tempo, vai perdendo os efeitos eleitorais e as duas últimas eleições gerais ilustram a quase extinção de sua eficácia.

O janguismo é o legado político do varguismo. É forma de seguidismo. Fundamenta-se no reconhecimento de amplas

camadas populares de que o Sr. João Goulart é continuador da obra do Presidente Vargas. O Sr. João Goulart tem excelentes dons de personalidade que o habilitam a entender-se facilmente com as massas e a captar-lhes a confiança. Lançado por Vargas na vida política, como Ministro do Trabalho, procurou, nesta condição, criar entre nós uma central sindical, medida que polariza até hoje as aprovações dos mais avançados setores da massa obreira. Apresentando-se sempre na liderança das reivindicações por aumento de salários, pronunciando-se com frequência ao lado de causas populares, o Sr. João Goulart ganhou prestígio incontestável no meio dos trabalhadores. Todavia, se é certo que o Sr. João Goulart, neste momento, é dos poucos homens dêste País a quem as massas obedeceriam, se se dispusesse a uma jogada revolucionária, tudo indica encontrar-se numa encruzilhada de sua carreira. Ou renova os seus processos de atuação política, abandona o sistema de manipulações de cúpula partidária e sindical e empreende trabalho de base com o objetivo de nuclear em todo o País, mediante o PTB, efetivas forças populares, à maneira do que, por exemplo, faz Julião com as Ligas Camponesas, ou será superado pelos acontecimentos e verá declinar a sua influência.

O peleguismo é subproduto do varguismo. É irmão siamês do janguismo. Seria surpreendente que tivéssemos um sindicalismo qualitativamente superior aos métodos de trabalho partidário que lhe são coetâneos: o varguismo e o janguismo. Muita injustiça se tem cometido no julgamento dos pelegos. Se os líderes sindicais tentassem, por hipótese, ser melhores do que têm sido se desajustariam. O pelego é um burocrata sindical que mantém posições ambivalentes entre o Governo e os trabalhadores. Sua habilidade consiste em realizar um jogo de conciliações que permita atender esporadicamente às reivindicações dos trabalhadores, quando as dificuldades dêstes atingem o limite da tolerância, sem prejuízo da segurança ocasional do Governo. O peleguismo na realidade impede a concretização de um movimento obreiro na exata expressão da força política que têm já os trabalhadores no Brasil, mas, por outro lado, se não existisse, é provável que as massas estivessem ainda

hoje expostas ao espontaneísmo em suas lutas sociais. O peleguismo só poderá ser ultrapassado se, por exemplo, um partido como o PTB, estruturar politicamente a massa obreira, em moldes sistemáticos de doutrina e ação adequados à realidade brasileira.

Que é o expertismo? É a mais recente enfermidade de nosso trabalhismo. O substantivo deriva da palavra *experto*, que quer dizer *perito* e lembra o termo inglês *expert*. Quando entre nós se reconheceu a necessidade de dar expressão ideológica-sistemática ao trabalhismo, recorreu-se a um doutor, encomendou-se-lhe uma teoria sob medida. Assistimos não há muito à tentativa de fazer, por determinação munificente, de cima para baixo, o teórico de partido. Ora, êste procedimento contraria frontalmente as leis da sociologia do conhecimento político. O que faz o teórico é essencialmente a situação vital de que participa, a sua biografia, e subsidiariamente a sua informação livresca. O teórico de partido jamais poderia ser um bacharel *ad hoc*, um perito em elaborações *ad usum delphini*, ao sabor das circunstâncias, alguém por assim dizer capaz de elaborar ideologias à minuta. Teóricos de partido os há, mesmo, que não são necessariamente versáteis. Stalin era médio como teórico, não obstante ter guiado o seu Partido durante quase três décadas. A teoria de um partido nasce de suas entranhas, forma-se mediante a luta interna.

Eis por que a luta interna que se anuncia no PTB, de que são episódios as manifestações do Grupo Compacto e os pronunciamentos individuais de parlamentares como os deputados Nélson Omegna, Almino Afonso, Temperani Pereira, Bocaíuva Cunha, Osvaldo Lima e outros, constituiu salutar indício. O PTB poderá revigorar-se com esta luta no interior de seus quadros, desde que não se verifique em termos personalísticos, desde que não assuma o propósito invariável de hostilizar o líder João Goulart, mas se submeta a princípios. Somente a luta interna no PTB, assim entendida, logrará conjurar as doenças infantis de que padece e converter essa agremiação partidária à sua verdadeira missão de estruturar politicamente as aspirações do povo trabalhador no Brasil.

II

Dispõe hoje o Brasil objetivamente de tôdas as condições econômicas e políticas para tornar-se potência média mundial de primeira ordem. Do ponto-de-vista subjetivo, porém, o País se conduz muito abaixo dessa possibilidade. Por quê? A principal razão disso consiste numa inaptidão que se declara cada vez mais evidente e alarmante na maioria dos titulares das funções de comando da sociedade brasileira. Nos últimos tempos vêm-se multiplicando os acontecimentos que ilustram em que considerável medida aquêles titulares perderam o contrôle da situação nacional. Diante do fato, tão fácil de ser identificado, torna-se necessário, por um princípio de ordem, render, no que se poderia chamar a guarda do País, aquêles elementos que se deixaram ultrapassar. Todo mundo percebe que estamos caminhando para o agravamento intolerável dos problemas econômicos e não haverá saídas para eles, a não ser mediante decisões políticas, as quais demandam renovação de nossos quadros dirigentes. Nossos problemas econômicos do momento decorrem menos da falta de recursos do que da distribuição dos recursos já existentes, desde que subordinada a critérios públicos. Em outras palavras, queremos dizer que êsses problemas são, em última análise, essencialmente políticos. Sem decisões políticas adequadas, tendentes a promover o reemprego de fatores da economia, as dificuldades do povo rapidamente chegarão ao limite de tolerância.

A direção política da sociedade brasileira, questão chave, não pode mais permanecer nas mãos de agentes cegos dos acontecimentos, ou seja, de pessoas que não tenham um mínimo de compreensão sistemática dos reclamos do País. É nesta ordem de idéias que se poderá compreender que nada tem de fortuito o surgimento de grupos renovadores no interior de nossos três grandes partidos, o PTB, o PSD, a UDN. Considerá-los como resultando da maquinação de espíritos diabólicos, constitui infantilidade. A luta interna nos grandes partidos está declarada, é irreversível, pois atende à necessidade fundamental de organização, não apenas daqueles institutos partidários, mas do

próprio processo brasileiro. E não é por acaso que as renovações dos três partidos apresentam ideários e propósitos de ação afins. Desde que os integrantes dêsses grupos se pautem rigorosamente por princípios e não façam qualquer concessão a objetivos personalísticos, certamente prestarão enorme serviço, levando os seus partidos a exprimir o estado real das forças políticas. O fato é que a regeneração dos partidos não poderá ocorrer pela iniciativa munificente de seus chefes; só se verificará pela luta.

A luta interna, desde que contínua, tem efeitos que não devem ser descurados: vertebra o partido, dá-lhe consistência ideológica e doutrinária, permite-lhe incorporar nos seus quadros de militância os elementos mais capazes, abre-o às influências populares e, portanto, dota-o de um *quantum* de força em cuja proporção logrará pressionar o Governo. A sorte de um Governo como o do Sr. Jânio Quadros dependerá muito da representatividade dos partidos. Na ausência de tal representatividade — e nas condições atuais somente pela luta interna os partidos podem adquiri-la — em sua ausência, dizíamos, tenderá o Sr. Jânio Quadros a ser absorvido por dispositivos confinados das camadas populares, que tentarão contê-lo em suas tendências mais avançadas. Este perigo existe e pode ser facilmente identificado. A efetivação das melhores potencialidades do Governo Jânio Quadros depende de um dispositivo político-partidário que, por sua idoneidade ideológica e, por isso mesmo, pelo seu poder de massa, seja capaz de dar ao Sr. Jânio Quadros a base de que precisará para levar a efeito reformas de grande envergadura, sem as quais a ordem no País só poderá ser mantida pela força.

Os grupos renovadores dos partidos estão assim investidos de excepcional responsabilidade histórica. É de desejar que, sem sair do terreno dos princípios, levem às últimas consequências a luta nos partidos, transpondo a esfera da mera crítica e das simples advertências e que se apliquem numa tarefa de organização, visando a nuclear o poder de massas, a fim de que estas não fiquem entregues ao espontaneísmo das manifestações de desespero e, ao contrário, sejam conduzidas para constituir os suportes de uma ação governamental progressista.

O Governo Jânio Quadros e os Problemas de Organização Partidária

I

A vitória eleitoral do Sr. Jânio Quadros está longe de significar a consagração popular de qualquer partido. Admitir que o êxito do ex-deputado paulista pode ser creditado por exemplo à UDN é permanecer na superfície dos fatos. O Sr. Jânio Quadros é suficientemente lúcido para não aceitar esta conclusão, que não encontra apoio na análise objetiva dos resultados eleitorais de 3 de outubro, conclusão que é proposta com evidente má consciência, com o intuito de envolver o Presidente da República. O Sr. Jânio Quadros jamais pertenceu aos quadros da UDN. Diversamente, foi pela legenda do PTB do Paraná que se elegeu deputado em 1958 e mais de uma vez tem proclamado, não sem ironia, sua filiação ao partido de Vargas. A votação expressiva conquistada pelo petebista Fernando Ferrari e a eleição do Sr. João Goulart para a Vice-Presidência da República seriam indicações terminantes da impropriedade do êxito eleitoral da UDN.

A recente campanha sucessória e o pleito de 3 de outubro demonstram que os partidos se descaracterizaram perante o povo e assim perderam o controle do eleitorado bem como perderam o controle da situação política do País. Com exceção de parcela minoritária de eleitores, o povo não votou partidariamente, isto é, não votou propriamente na UDN, no PTB ou no PSD, votou em personalidades, votou no sentido episódico e não-partidário dos candidatos. E votará assim outra vez se os partidos não obviarem a falta de caráter de que pade-

cem. Esclareçamos que a palavra caráter é usada aqui em sentido por assim dizer técnico. Ter caráter é ter forma, consistência, intolerância, inclinações decididas, propósitos firmes, comportamentos claros, enfim tudo o que falta a estas organizações complacentes a que chamamos, entre nós, *partidos políticos*. Por falta daqueles atributos em sua conduta prática, os nossos partidos se descaracterizaram. O Sr. Jânio Quadros teria equivalente votação se fôsse, por exemplo, apresentado pelo PSD. É ou não é verdade que o Sr. Jânio Quadros, em vez de ter sido candidato da UDN, poderia tê-lo sido tanto do PSD quanto do PTB? Como, portanto, não concluir que os nossos grandes partidos acabaram tornando-se ficções institucionais?

Em tais condições é perfeitamente compreensível que os escalões superiores dos grandes partidos e o Governo tenham perdido, de há muito, o controle da situação política do País. O Marechal Lott foi evidentemente um corpo estranho nos grandes partidos que perfilharam sua candidatura. O Sr. Jânio Quadros cresceu fora da UDN, renegou-a mesmo com a sua famosa renúncia, e só como tábua de salvação, como recurso para salvar aparências, foi mantido candidato da referida agremiação.

A crise não é, portanto, bem de partidos isolados, é da organização partidária do País, cujo descompasso com a realidade política se evidenciou no último pleito. Para melhor entendermos a atual situação do País há que recorrer um pouco à filosofia. Começemos. A realidade, qualquer que seja, nunca se deixa aprisionar por nenhum conceito, por nenhuma organização. Todo conceito é precário. Toda organização é insuficientemente adequada à realidade. Nada mais normal, pois, que se verifique, por exemplo, desajustamento permanente entre os partidos e a realidade política ou o eleitorado. Em nenhuma época e em nenhum lugar, as forças e os partidos exprimem fielmente o sentido das aspirações coletivas. Todo político verdadeiro tem consciência disso e deve intima-

mente sorrir do ideal do partido perfeito que professa muita gente livresca, transviada no domínio político. Todavia, além de certa escala, aquêles desajustamento passa a constituir algo temerário, pois expõe a sociedade a mover-se de modo cego.

A teoria da sociedade brasileira não é exigência acadêmica. É instrumento de que precisamos para comandar os acontecimentos. Antes de partir para a criação de novo partido, a lição dos fatos deve ser aprendida. A reforma partidária não pode resultar de elaborações de cúpula, pois foram elas que, por força de seu imediatismo e empirismo, se confinaram e conduziram os partidos ao esvaziamento em que se encontram. O que se impõe é converter os partidos em efetivas realidades sociológicas, pela crítica e correção de seus erros. O País está politicamente vertebrado. A descaracterização dos partidos é incongruência sociológica, na presente fase de nossa evolução econômica e social, muito diversa daquela em que Nabuco dizia, com acerto, que os partidos eram círculos que disputavam as vantagens do poder, aí se sucedendo em rodízio, por falta de substância popular.

Nada mais auspicioso, portanto, do que, entre outros movimentos renovadores, o esforço de autocrítica e de teorização que, dentro do PTB e da UDN, estão realizando os parlamentares integrantes do Grupo Compacto e da Bossa Nova. Depois que, por suas tropelias, o grupo que empolgou o ISEB ultimamente se transformou numa espécie de *Clube do Balança-Mas-Não-Cai*, é justo alimentar a esperança de que aquêles parlamentares, homens ainda não-gastos e sem frustrações, venham a exercer na vida nacional, eminente papel, tal como o de contribuir para que, em idôneos moldes políticos de pensamento e ação, seja habilmente encaminhado o processo emancipador do País.

Neste ponto, é oportuno indagar se a desarticulação partidária em que se encontra o Sr. Jânio Quadros é ou não é politicamente benéfica ao seu Governo e ao País. É o que faremos no tópico seguinte.

Com as suas decisões no âmbito da política externa, o Presidente Jânio Quadros está ganhando de modo crescente o favor popular. Até mesmo o incidente com o Embaixador Berle — se é que aconteceu mesmo como se conta — só desagradou a restrita minoria. Pondo de parte o modo como o Chefe da Nação teria recebido o Sr. Berle, se disse a este último que o Brasil não participará de qualquer movimento que vise a pressionar Cuba em nome de pretensa comunidade americana fez muito bem. O princípio de não-interferência nos negócios internos deve valer também na América Latina.

Não obstante o aplauso que estão suscitando essas e outras atitudes do Presidente nos círculos mais responsáveis de vanguarda no País, não se pode deixar de nelas reconhecer algo de temerário. É necessário ir a fundo nesta questão a fim de resguardar o que há de saudável na disposição e agressividade do Presidente. Na verdade, tanto o neutralismo positivo que caracteriza a política externa de países como a Iugoslávia, o Egito e a Índia quanto a abertura de relações diplomáticas e comerciais com os países socialistas constituem exigências, não somente da política, mas também e sobretudo da economia brasileira. Todavia, quando as esquerdas entre nós proclamavam e proclamam essa necessidade, não tinham e não têm ilusões, quanto ao caráter ingente da sua concretização. Elas sabiam e sabem que a adoção daquelas medidas, pela envergadura dos interesses que contrariam, pela inércia de situações constituídas que têm de vencer, só logrará produzir tôdas as suas conseqüências, enquanto resultar de organizado esforço social. Imaginemos que, de volta aos Estados Unidos, tendo já o Sr. Berle relatado o que ocorreu em seu encontro com o Presidente, as autoridades do Governo norte-americano perguntem ao Embaixador: “com quem está governando Jânio Quadros?” Naturalmente o Sr. Berle não poderá responder à pergunta. Por outro lado, ninguém no Brasil, neste momento, poderia dar-lhe resposta.

Com efeito, a nova política externa, de maneira discreta ou declarada, vem suscitando a oposição de amplos setores da imprensa conservadora, de organizações patronais da indústria

e do comércio, das Forças Armadas e da Igreja. Em contrapartida, predomina a reserva entre as entidades e pessoas titulares das correntes de esquerda. Como tais, o Sr. Jânio Quadros ignora a sua existência e até as lançou à frustração política, uma vez que, por generosa e livre outorga, dir-se-ia estar pessoalmente realizando a tarefa que constitui a razão de ser das esquerdas militantes. Com quem, portanto, está governando o Sr. Jânio Quadros?

Está governando com o povo, alegar-se-á. Sem dúvida o povo em sua maioria aplaude a política externa do Presidente. Mas o povo, política e partidariamente desorganizado, é entidade abstrata. E assim o do Sr. Jânio Quadros é um Governo exposto, pois carece, no presente, de suportes sociais organizados. A eleição do Sr. Jânio Quadros e sua conduta como governante da República provam o que temos afirmado, mais de uma vez: que os antigos quadros partidários e dominantes perderam o controle da situação política, o que só se está revelando para os mais míopes, agora, em que, com sua deservoltura, o Sr. Jânio Quadros demonstra que se acha fora do alcance dos que se presumiam portadores de autoridade social. Com a eleição do Sr. Jânio Quadros, o poder foi devolvido diretamente ao povo. Essas devoluções são momentâneas na História, pois o povo, sem a representação organizada de sua vontade, jamais alcança tornar-se sujeito dos acontecimentos. O Sr. Jânio Quadros se elevará à categoria de fundador de novo período histórico, se compreender o significado sociológico de sua eleição, renunciar ao sensacionalismo imediatista e agir do ponto-de-vista do médio e longo prazo, procurando sempre conferir às suas ações o máximo possível de real conteúdo social.

O maior erro que poderia perpetrar o Sr. Jânio Quadros consistiria em não compreender o problema da representação política e social que o momento brasileiro lhe apresenta e que lhe incumbe resolver. Com quem governa o Sr. Jânio Quadros? Eis uma pergunta que interessa em primeiro lugar ao próprio Sr. Jânio Quadros. Não se governa duradouramente sem suportes sociais organizados. Nenhum mandatário se sustenta como cabeça separada do resto do corpo. Corresponderia isto a admitir que se consiga pôr em suspensão a realidade

social de um País e reduzir a dinâmica do poder à psicologia singular de seu primeiro mandatário. Se os antigos quadros da esquerda, da direita e do centro se gastaram, organizem-se outros; eis um verdadeiro imperativo de fisiologia social. Qualquer inobservância desse imperativo é necessariamente fugaz. Só de modo fugaz o entendimento do acontecer numa sociedade é função da psicologia singular de um homem eminente, e não de acurado esforço de percepção objetiva da vontade e das necessidades coletivas.

A psicologia não substitui jamais, por muito tempo, a sociologia.

Nas condições em que se encontra, é de temer-se que, no período inicial do seu Governo, o Sr. Jânio Quadros, por falta de enquadramento partidário adequado a sua vocação ideológica, venha a tornar-se instrumento de círculos do terceiro escalão do Executivo, mediante os quais os setores estacionários da economia brasileira assegurem o seu predomínio nas decisões essenciais do Estado. A questão merece exame à parte.

III

O Sr. Jânio Quadros em sua plataforma de candidato prometeu despolitizar a administração pública. Tem pleno cabimento a promessa se a palavra *despolitizar* fôr entendida em seu sentido inferior, vamos dizer como sinônimo de deseletoralizar. Todo mundo reconhece a urgência dessa operação saneadora em vários órgãos do Governo, inclusive de fins científicos e culturais, que se transformaram em agências eleitoreiras a serviço do carrerismo. A despolitização não pode passar desse plano. Não há, nunca houve, administração politicamente neutra. Todo sistema administrativo é, deve ser instrumento das forças políticas dominantes. Não é este o lugar para dissertar sobre as relações entre política e administração. Vamos direto ao assunto concreto que nos interessa: o que é necessário é converter a administração pública ao estado real das forças políticas dominantes no País. Ela deve refletir a configuração de poder vigente na atual fase da vida brasileira. À luz desse imperativo, revela-se-nos tarefa gigantesca de cunho organizatório, que, em grande parte, consiste num esforço subs-

titutivo de titulares de funções públicas, segundo o critério da legítima representatividade. Não é bem de derrubada que se trata. O significado político essencial do Governo Jânio Quadros terá de afetar o aparelho do Executivo. E certamente aí existem velhas situações constituídas que, por sua discórdância com aquêle sentido, não podem permanecer.

No âmbito do Executivo podem-se distinguir três camadas de poder. Na primeira se encontram o Presidente da República e os que representam diretamente o sistema de forças que o apóiam. Na segunda estão os Ministros e os agentes das facções partidárias e econômicas que lhes dão cobertura. Finalmente a terceira é constituída pela burocracia técnica. Cada uma dessas áreas apresenta características e problemas específicos. Por exemplo, a realidade da área n.º 1 no Governo Kubitschek constitui um dos capítulos mais interessantes da história do poder no Brasil. Ainda neste Governo, uma observação cuidadosa do que se passou na camada n.º 2 habilitaria quem a fizesse a compreender o alcance da mudança que se operou no dispositivo de forças, nos últimos anos. Mas desejamos agora focalizar o terceiro escalão do poder.

O Sr. Jânio Quadros, elegendo-se do modo como se conhece, recebeu do povo delegação ou autorização sem limite para realizar reforma substancial nas bases do poder no País. Se o Presidente eleito, ou por temor reverencial a símbolos caducos ou por desistência *a priori* de lançar-se contra a inércia das situações constituídas, não colocá-las em questão ou não testar o que valem mesmo, diminuirá perigosamente as possibilidades ao seu alcance, de ser elevado à órbita mais eminente de nossa História e, sem exagero, do mundo contemporâneo. Porque o êxito do Governo Jânio Quadros vai depender da promoção às instâncias decisórias do País de titulares representativos das correntes que exprimem a nova realidade brasileira, correntes que constituem a infra-estrutura do poder, no momento, e que agora se encontravam marginalizadas.

Para cumprir sua missão substitutiva no domínio das decisões essenciais do Estado, o Governo Jânio Quadros terá de

voltar as suas vistas para os círculos de há muito enraizados no terceiro escalão do Executivo. Que é o terceiro escalão? É a parte mais consciente da administração e mais habilitada para a condução sistemática dos negócios públicos. Isso resulta de que seus integrantes são mais estáveis do que os do segundo e primeiro, como também e principalmente de que são, por ofício e treino acadêmico, capazes de teorizar. As autoridades do primeiro e segundo escalão, em geral a braços com vicissitudes imediatas, muitas vezes tornam-se prêsas de figuras terciárias, na medida em que, oferecendo-lhes esquemas concatenados sobre questões emergentes, suprem, de fato ou de modo ilusório, a sua perplexidade. O terceiro escalão manda, governa, decide, muito mais do que se supõe. É peça indispensável do Governo e nada tem de intrinsecamente pernicioso. Sem êle, as coisas estariam à matroca. No entanto, neste momento de transição do País, revelam-se naquela camada aspectos negativos que precisam ser corrigidos. Por falta de policiamento político, formaram-se ali ultimamente, com discreto suporte em grupos estrangeiros e entidades parasitárias, sindicatos, cliques, curriolas, círculos fechados que privatizaram as funções públicas, notadamente na administração econômica e financeira, graças a cuja atuação vem-se formando verdadeiro capitalismo burocrático ou prebendário. Com efeito, a indústria das viagens, representações, missões, comissões, cargos, o favor a pretensões de advogados de investimentos, de comerciantes de influência e "public relations men", têm propiciado a formação de pequenas e médias fortunas, beneficiando assim um tipo de capitalismo indígena muito curioso. Esclareça-se aliás que esse capitalismo não é necessariamente resultante de atos que possam ser inquinados de ilegais. Participa da natureza dos crimes perfeitos.

A constituição do Governo demanda a desprivatização do terceiro poder, e a sua vigilância contra a *societas sceleris* que, no interior dos órgãos públicos, pratica o jogo de ambigüidades, em proveito de escusos intuitos. Para tanto, é necessário, no momento oportuno, proceder à indagação analítica, minuciosa, a um *quem é quem* até à sutileza. O controle político do terceiro poder deve constituir tarefa sistemática, não apenas de autoridades do primeiro e segundo grau, mas tam-

bém de parlamentares. O Deputado Sérgio Magalhães em boa hora compreendeu que certas atribuições do Legislativo foram usurpadas pelo terceiro poder e apresentou ao Congresso projetos de medidas destinadas a eliminá-las. Mas os parlamentares, em aliança com elementos de outras esferas de atividade, devem compor dispositivo organizado, a fim de, em nome de princípios e de líquidos critérios públicos, contribuir para que se converta o aparelho do Estado à expressão real das forças políticas do País. O surgimento de blocos como o Grupo Compacto e as recentes renovações do PSD e da UDN são, nesta ordem de iniciativa, muito auspiciosos. É óbvio que os interesses contrariados tudo farão para dar às lutas contra as manobras dos pretendentes a proprietários do terceiro poder e de seus pivetes o caráter de questões pessoais, contando para tanto, ocasionalmente, até mesmo com a conivência do oportunismo ou da inocência útil de setores da extrema esquerda. Mas o público não deve confundir-se. Para compreender bem o sentido dessas lutas, basta situá-las num quadro mais geral de raciocínio e assim enxergar além das aparências.

Problemas da Esquerda no Brasil

I

A crítica ao Partido Comunista do Brasil pode ser procedida, seja do ponto-de-vista da direita, seja do ponto-de-vista da esquerda. Há os que condenam o referido partido por ser comunista, verdadeira encarnação do mal. Este modo de ver é sectário, pois confunde o interesse de parte da Nação com o de seu todo. A Nação brasileira seria organismo politicamente mutilado se, nesta altura da presente época, não tivesse um partido comunista. Temo-lo na clandestinidade. Devia ser-lhe conferida plena legalidade, para se atender a exigência de tornar o nosso um país do século XX.

Do ponto-de-vista da esquerda, o Partido Comunista merece reparos, não por ser propriamente comunista, mas porque se conduz como organização alienada do Brasil e das camadas sociais que presumivelmente deveria representar.

É notória a vinculação do Partido Comunista do Brasil à União Soviética. Em larga margem, ainda funciona segundo os interesses da política exterior desta potência. Dizer que isto acontece porque os comunistas brasileiros são financiados pelo *ouro de Moscou* constitui, senão calúnia, simplificação boçal. Antes é lícito admitir que a docilidade dos membros do nosso Partido Comunista às diretrizes provenientes da URSS reflete a convicção de que o destino universal do comunismo ou do socialismo se confunde com o destino da referida potência. Houve tempo em que tal convicção tinha razão de ser, isto é, logo após a revolução de outubro de 1917, em que a Rússia se tornou o primeiro país socialista da História. Ameaçada e

bloqueada pelo mundo capitalista, a primeira experiência concreta de socialismo no século poderia frustrar-se. Foi perfeitamente justo que socialistas de toda parte do mundo se organizassem como dispositivos de política externa do Kremlin. Hoje, porém, mudou a correlação de forças políticas no mundo. O socialismo não é mais força residual, constitui processo ecumênico que transcende a Rússia ou qualquer outro país e assume caráter polimórfico. O comando unificado do socialismo não tem mais razão de ser, desde que tal sistema não está localizado em nenhum país, mas, sob várias modalidades, configura a vida de diversos povos e, além disso, opera como força política e social no interior dos próprios países capitalistas. O conflito do século é, de fato, o conflito entre capitalismo e socialismo, do qual é episódio relevante, mas não exclusivo, a tensão entre Estados Unidos e Rússia. Nestas condições, os partidos comunistas de velha feição, isto é, que funcionam conforme o internacionalismo à 1917 são formas retardárias de luta, quando não retrógradas, reacionárias.

A subordinação do Partido Comunista do Brasil às diretrizes soviéticas, além de ser anacronismo do ponto-de-vista da realidade contemporânea do socialismo, freia a capacidade de seus militantes e impede essa agremiação de aplicar-se a fundo na defesa, em moldes nacionais genuínos, dos interesses da massa obreira. Não são escassos, naquele partido, elementos intelectuais válidos. Considerável parte da fina flor da inteligência brasileira estava ou está presente em seus quadros. No entanto, de modo geral, teórica e praticamente, a história das últimas décadas do PCB tem sido rosário de erros e desastres. Dir-se-ia que, sendo o homem um ser em situação, mesmo aqueles dotados de maior inteligência, uma vez no PCB, são induzidos à miopia por força da espécie de disciplina partidária que lhes é imposta e do horror ao isolamento. A exceção de raros documentos que têm aparecido ultimamente, na *Revista Brasiliense*, em *Estudos Sociais* e no semanário *Novos Rumos*, por exemplo, as recentes *Teses para Discussão*, os textos ortodoxos do PCB não passam de glosas das formulações primárias que têm caracterizado o marxismo na União Soviética.

Para ilustrar a domesticação do PCB, basta lembrar o seu ponto-de-vista sobre a revolução húngara e o seu modo atual de apreciar o socialismo na Iugoslávia. Um e outro refletem as conveniências da política externa da URSS.

A despeito da aspiração dos quadros mais jovens do PCB, revelada principalmente no recém-ocorrido V Congresso, no sentido de integrá-lo na realidade brasileira, essa agremiação não logrou até agora empolgar a massa obreira do País. Aquela aspiração ainda não se traduziu em trabalho de base e assim o PCB é essencialmente agência pequeno-burguesa, de débeis raízes no proletariado. A prova disso são os resultados das últimas eleições, notadamente em Pernambuco e na Guanabara, em que os seus candidatos tiveram votação pouco expressiva do que deva ser a eficácia partidária de um verdadeiro partido de massas. Diga-se, de passagem, as últimas eleições na Guanabara deixam entrever declínio na força eleitoral do PCB.

A esquerda no Brasil, todavia, não tem podido evitar que o PCB freqüentemente a force a caminhar a seu reboque. O PCB é a única organização partidária de esquerda no Brasil que dispõe de imprensa e quadros de militância organizados e disciplinados. Por isso a esquerda restante, esmagadora maioria, em virtude de sua inconsistência institucional, diante dos falsos dilemas de que não poucas vezes o PCB é fautor, vê-se constantemente compelida a adotar suas opções. O PCB é excelente aliado nas lutas políticas, quando não tem poderes dominantes de direção. Houve um momento, entre nós, em que o movimento nacionalista, com um mínimo de consistente coordenação ideológica, tornou o PCB politicamente subsidiário. Desde que, porém, os pecebistas e parapecebistas conseguiram controlar o movimento nacionalista, este desnaturou-se e foi atirado a lances temerários como a campanha pela candidatura e eleição do Marechal Lott. Segregado dos trabalhadores e das correntes políticas dominantes, além de teoricamente alienado, o PCB não é evidentemente instrumento hábil para liderar a esquerda no Brasil. O desastre de 3 de outubro impõe tarefa urgente à esquerda do Brasil, tal a de pesquisar e adotar os termos institucionais adequados à sua expressão real como pensamento e força política.

II

A crítica do Partido Comunista Brasileiro do ponto-de-vista da direita tem sido, entre nós, a mais freqüentemente exercida e aquela que dispõe de maior acolhimento em nossos órgãos de imprensa. Em resumo, consiste numa simplificação, enquanto se limita a considerar os militantes do PCB como russófilos, inimigos da pátria e agitadores contumazes. Essa crítica não reconhece nenhuma espécie de legitimidade na posição dos pecebistas e a ação destes, segundo ela, seria um caso de polícia. Na verdade, a presente situação nacional e mundial está a pedir mais qualificado exame da matéria. Convinhamos em que, como nos referimos anteriormente, até o momento em que a URSS, como único país socialista do mundo, estava ameaçada em sua existência pelos inimigos externos, constituía atitude historicamente válida a daqueles homens de esquerda, cujo ideal de concretização do comunismo ultrapassava os interesses de suas respectivas pátrias. Os pecebistas brasileiros que viveram esse momento da história contemporânea não podem ser tidos como famigerados ou traidores, senão numa perspectiva mais restrita do que a deles. A contrário, na perspectiva em que se colocavam, conduziram-se mesmo como um punhado de bravos, entre eles sendo digno de nota o Sr. Luís Carlos Prestes, cujos desacertos podem e devem ser proclamados, mas cuja grandeza humana não seria honesto negar. Foi, em grande parte, sensíveis ao positivo conteúdo histórico da posição dos comunistas e à exemplaridade de sua fibra, que as esquerdas genuinamente nacionais do Brasil relevaram os erros do PCB e evitaram criticá-lo de público, como faziam e fazem os trotskistas.

Agora, porém, acumulam-se as razões para que se proceda a uma crítica intransigente do PCB, do ponto-de-vista da esquerda. Não se trata de malquerê-lo. Trata-se de ajudá-lo a vencer a inércia de seus antigos hábitos e vícios, de ajudá-lo, sem pertencer às suas fileiras, a desembaraçar-se da pequena camarilha que ainda o domina e que confunde os seus interesses oportunistas com os interesses da agremiação. Segundo do-

cumentos que têm sido publicados em *Novos Rumos*, infere-se a ocorrência de intensa luta interna no PCB. *As Teses para Discussão*, publicadas, há tempos, no referido periódico contém audaciosas críticas ao PCB e, de certo modo, refletem o mesmo desejo de renovação e reformulação que levou os redatores da antiga *Imprensa Popular* a abrir nas páginas deste jornal ampla discussão dos princípios e métodos de trabalho político, vigentes no referido instituto partidário. Os autores das *Teses* seriam também "abridistas", isto é, adeptos da discussão pública das questões, mas, ao que parece, contra eles vêm-se opondo os chamados "fechadistas", mais apegados ao dogmatismo e ao refreamento da liberdade de apreciação. Somente a estes últimos não convém a crítica externa do PCB e, por isso, procuram reagir contra os que a exercem, à velha maneira stalinista, já destituída de eficácia. No entanto, há indícios de que os "abridistas" dispõem de condições para tornar prevalescente a sua orientação, aliás, a única saída hábil para evitar que o PCB se torne, de uma vez por todas, aparelho politicamente inócuo e segregado no País.

De qualquer forma, as esquerdas no Brasil carecem de formular, no domínio da teoria e da prática, uma posição revolucionária brasileira, que necessariamente transcenderá o Partido Comunista. No domínio do pensamento, verificar-se-á tal superação, já que o seu suporte sistemático não poderá ser o marxismo-leninismo, hoje inteiramente reduzido a uma sofística, de significado universal cada vez mais limitado. O socialismo é atualmente um processo ecumênico, multiforme, cujos interesses não se confundem necessariamente com os da URSS e mesmo com os do chamado "campo socialista". A emancipação de Cuba, da Guiné, de Gana, a luta libertária da Argélia, entre outros, são episódios do avanço mundial do socialismo, consumados fora dos quadros marxista-leninistas. Para a posição revolucionária brasileira, como para a daquelas nações, o marxismo-leninismo é uma ideologia restrita do campo soviético, que só tem valor subsidiário.

No domínio prático, a posição revolucionária brasileira implica tarefa organizatória das massas. É necessário tomemos

consciência sistemática da necessidade urgente de institucionalizar esta posição, a fim de que os problemas do poder nacional, que se vão colocar, recebam as soluções justas, consentâneas com as aspirações do povo brasileiro.

III

Admiráveis, intrépidos, abnegados são, em geral, os pecebistas, como indivíduos. Normalmente é um ideal generoso que os leva a ingressar no PCB. Em tais condições, é necessário qualificar a nossa episódica oposição a essa entidade partidária, enquanto permaneça em seus velhos moldes de órgão da política exterior da União Soviética. O PCB, tal como se encontra hoje entre nós, malbarata valiosos recursos intelectuais, desserve o pensamento e a ação da esquerda brasileira e atrapalha nossas relações com a URSS.

Com efeito, se, originariamente, o militante do PCB é, em regra, elemento de escol, que assim se caracteriza pela coragem de assumir um risco e por um superior propósito humanista, ao tornar-se pecebista sofre um processo de deterioração de seus atributos. É de ver-se o cidadão antes e depois de ter ingressado no PC. Quem neste país não assistiu ainda a êste desolador fenômeno de mutação psicológica? O PC "dopa" a mente de seus filiados, sacrificando a sua vida interior e o seu discernimento à exigência de cumprir diretrizes arbitrarias ajustadas às conveniências da política mundial como a entende a URSS. Uma suposta ciência, o chamado marxismo-leninismo, serve para dar aparente racionalidade às reviravoltas dos pecebistas. Mas o marxismo-leninismo é uma desnaturação do pensamento de Marx e Engels e mesmo de Lênine, é um oportunismo sistemático ou dialético, que consiste numa defesa intransigente das razões de Estado da URSS, quando não da camarilha que empolga o Partido em proveito de pequenas vantagens, como foi o caso que denunciamos há tempos, de estranha aliança de pecebistas com pelegos ligados a um pivete da Light, da Shell e da Cúria, com o objetivo de controlar o ISEB que aliás, graças ao seu concurso, se transformou num botequim eleitoreiro.

No entanto, o PCB tornou-se corpo estranho no meio dos trabalhadores brasileiros, como, entre outros líderes, atesta autorizado depoimento do Sr. Benedito Cerqueira, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, publicado na imprensa do Rio, que, decerto será "energicamente" repellido pelos pecebistas que o acusarão de estar vendido ao capital estrangeiro ou coisa que o valha. O Sr. Benedito Cerqueira diz que o PCB "alijou desistemidos combatentes operários de seus quadros". Por outro lado, também é verdade que aquela agremiação marginalizou numerosas inteligências de primeira ordem, enquanto as mantém em suas fileiras aprisionadas em fórmulas supostamente dialéticas e em cacoetes verbais que, a esta altura dos acontecimentos, já perderam eficácia. A sociedade brasileira tem o direito de exigir a restituição desses homens e mulheres de cuja capacidade precisa para ocorrer às ingentes tarefas de reorganização social, na ordem dos dias correntes.

Que dizer de um partido cujos líderes declaram ingenuamente que agora vão adotar linha nacional de política porque, na recente Conferência de Cúpula em Moscou, o Governo Soviético passou a preconizá-la? Que "linha nacional" poderá ser essa permitida por Moscou? Tal "linha" é uma contradição em termos. Não haverá esquerda brasileira, senão totalmente livre de permissões externas. Eis por que é imperioso que a esquerda no Brasil se organize em bases próprias, no tocante ao pensamento e à ação, partindo, para tanto, de uma discussão radical do PCB. É necessário deixar claro que a esquerda brasileira não se confunde com o pecebismo. Neste sentido, são da maior oportunidade as declarações do deputado Bocaiúva Cunha e do Sr. Benedito Cerqueira ao jornalista Ariosto Pinto, em recente série de reportagens para o *Correio da Manhã*.

Decerto a organização de genuína esquerda brasileira não importa necessariamente em hostilidade à URSS. Importa, sim, em dessectarizar nossas relações com a URSS. Amigos da URSS não são necessariamente pecebistas. Desta confusão vive o pena-botismo. (Aliás também Cuba deve evitar a mediação pecebista em seus contatos com o exterior por moti-

vos análogos). A URSS conta no Brasil com vastos círculos de amigos e admiradores que não são comunistas e muito menos pecebistas. É preciso colocar as relações do Brasil com a URSS no mesmo plano em que estão as nossas relações com os Estados Unidos, a França e outros países. Mas isso não será possível enquanto o PCB existir entre nós como torcida politicamente organizada, como uma espécie de time de futebol disposto sistematicamente a revides sectários e emocionais a toda apreciação da URSS de natureza não-apologética.

IV

Os partidos comunistas até agora se têm beneficiado largamente da merecida reverência e simpatia que a União Soviética inspira às esquerdas em toda parte. A constituição do Governo Soviético e suas realizações espetaculares representam marco definitivo na História da emancipação do homem. Mas a própria História criou novas condições nos últimos tempos e tornou o socialismo um processo multiforme e policêntrico. A URSS não é mais a pátria exclusiva do socialismo. É uma grande potência, cuja política mundial, embora de teor histórico mais avançado do que o de sua adversária mais temível, a nação norte-americana, nem sempre exprime os imperativos universais do socialismo, em sua realidade concreta em cada país. Desta maneira, as posições socialistas rigorosamente nacionais tendem cada vez mais a transcender as conveniências da URSS. Agora mesmo, no próprio campo soviético, estão agravando-se as discordâncias entre a URSS e a China, e na Conferência de cúpula ocorrida em novembro de 1960, em Moscou, não foi fácil conciliar os pontos-de-vista dos dois países. A China tende a exercer uma função de centro independente para a Ásia e África, no tocante à concretização histórica do socialismo. Ademais, na África, líderes como N'Krumah e Sékou-Touré mostram ter clara consciência da importância específica de seus respectivos países na condução dos negócios mundiais. A propósito, lembremos o comportamento de N'Krumah na XV Assembléia-Geral da ONU, o qual se caracterizou por uma qualificação de autoridade a que o próprio Khruchtchev teve que render-se. Aliás, o discurso de N'Kru-

mah na Assembléia teve mais repercussão do que o de Khruchtchev. Na América Latina, Cuba é impelida a exercer o papel de um novo pólo de atração e irradiador de influência, demonstrando assim que estão longe os dias em que o modelo soviético se afigurava paradigmático. Os cubanos, graças à rica experiência que realizam, já estão lançando novas figuras sociológicas, de que é exemplo a "reforma urbana". Até há bem pouco, era a "reforma agrária", um dos ingredientes da seqüela do socialismo. Os cubanos trouxeram à baila a "reforma urbana" que, certamente, vai fazer carreira no mundo, especialmente na América Latina. Um novo direito do Homem foi proclamado pelos "barbudos" na Declaração de Havana: o de os trabalhadores urbanos e rurais defenderem armados os seus direitos. E até no domínio da teoria revolucionária, eles ensaiam passos de gigante: "Ché" Guevara disse, em *A Guerra de Guerrilhas*, que as "condições da revolução se criam", fugindo a certo necessarismo velhaco em que Stalin foi mestre, durante algum tempo, e que não estaria ausente da nova linha de bom-mocismo de Khruchtchev, discretamente expressa na Declaração de Moscou de novembro de 1960. Esse "Ché" Guevara vai longe como teórico. Repare-se na malícia contida em suas declarações, de volta de Moscou e de Pequim.

Os partidos comunistas de velha feição caíram em desgraça na história dos dias correntes. Somente a lembrança do que foram no passado e a admiração pelo efetivo significado libertário de atuais posições e realizações da Rússia é que ainda lhes asseguram alguma audiência nos meios da esquerda mais esclarecida. Tais fatos nos impõem, de toda maneira, paciência e tolerância com os pecebistas. Os pecebistas como coletividade são irrecuperáveis, enquanto aprisionados dentro de cacoetes de pensamento, ação e linguagem. Como indivíduos, os pecebistas são em geral boa gente, capazes, bravos e desinteressados, que poderão ter melhor papel no curso dos acontecimentos, na medida em que realizem o lógro a que os conduz necessariamente a sua vigente atitude sectária. O socialismo ou comunismo dos pecebistas é hoje mais emoção do que atitude metódica diante dos fatos, atitude de análise realista e objetiva.

Nestas condições, torna-se difícil dialogar com eles, pois tendem a responder às críticas que se lhes fazem honestamente com sedícios tropos verbais e processos extrínsecos ao plano da discussão franca. Mas isso passa. A experiência reconduzirá os pecebistas à lucidez.

Em toda parte estão aparecendo e adquirindo relevância, trabalhos e estudos de intelectuais de vanguarda que procuram assimilar as lições da História contemporânea, do ponto-de-vista da esquerda, sem militar nas fileiras dos partidos comunistas de velha feição. Entre eles se encontra, por exemplo, o sociológico norte-americano Wright Mills, que acaba de publicar um livro sobre Cuba e que, não há muito, publicou um dos estudos mais acurados sobre o conflito entre a URSS e os Estados Unidos, *As Causas da Terceira Guerra Mundial*. É à luz de contribuições como a de Mills, às quais acrescentaríamos, entre outras, as de Paul Baran, Paul Sweezy, Jean-Paul Sartre, Gunnar Myrdal, que o pensamento da esquerda poderá transcender o sectarismo e a apologética e reencontrar a objetividade científica e filosófica dos tempos de Marx e Engels. Nesta ordem de idéias, assinalemos finalmente, como indício auspicioso, o aparecimento na França de *Perspectivas do Homem*, escrito por Roger Garaudy, por assim dizer o filósofo oficial do Partido Comunista Francês, em que o autor faz um esforço visível para dialogar com autores de tendência e orientação diversas da "pecefista", mantendo-se fiel a um propósito integrativo. Na Casa do Senhor, há lugar para todos.

V

Este propósito integrativo é salutar. De fato, hoje cada vez mais o marxismo-leninismo se revela como sofisticada. Ou, ainda, como forma contemporânea de magia. Os imperativos da revolução nacional brasileira não se conciliam com as determinações e palavras de ordem que, em nome dessa suposta ciência infalível, os pecebistas pretendem impingir à esquerda em nosso País. Não é possível, neste ensejo, tratar da questão

com a profundidade que merece. Simplificando, observemos inicialmente que o marxismo-leninismo teve razão de ser, durante o período em que a URSS era o único país socialista. As vanguardas em toda parte do mundo se sentiam justificadamente comprometidas com o experimento soviético e compreendiam que era necessário garantir o seu êxito, a fim de que o socialismo provasse a sua superioridade sobre o capitalismo, concretamente. Com efeito, até certo momento, o socialista que não adotasse a linha chamada marxista-leninista, sabotava, por motivos idílicos, a revolução mundial. O trotskista é um desses socialistas idílicos, que não compreendem, como já se assinalou, que os ideais só se realizam pervertendo-se. Lênine compreendeu essa verdade e por isso mandou às favas os marxistas livrescos, os escolásticos, e tratou de instalar um aparelho, a Terceira Internacional ou o Komintern, a fim de organizar o pensamento e a ação das esquerdas no mundo, tendo em vista assegurar a viabilidade da revolução de 1917. Cumpriu, assim, de modo realista, missão historicamente necessária.

Depois veio Stalin que, após sua vitória sobre Trotsky em 1928, passou a utilizar, de maneira implacável e brutal o Komintern e, a seguir, o Cominform, em proveito das razões de Estado da URSS. Politicamente estava certo, em essência, a despeito de, no nível da psicologia individual, terem plena procedência as acusações que, em famoso discurso, lhe fez Nikita Khruchchev.

De há muito, porém, o marxismo-leninismo esvaziou-se de teor histórico positivo e, assim sendo, perdeu validade objetiva, tornando-se depressa uma tara política, famigerada, retrógrada, que precisa ser urgentemente posta à margem. A URSS hoje não é mais tão-só a pátria do socialismo. É uma grande potência. Conduz-se como grande potência e, não poucas vezes, tem subordinado os interesses da revolução socialista mundial aos seus próprios interesses, como demonstram seus conflitos com a China Continental e anteriormente com a Iugoslávia. Nestas condições, o marxismo-leninismo, enquanto justificação sistemática de diretivas e posições da URSS, tornou-se larvar apropriação maquiavélica do legado de Marx, Engels e Lênine. Dizem que Stalin, nos últimos anos de sua vida, referia-se aos militantes dos PC, fora da Rússia, como "honestos imbecis".

A expressão é cruel. Sem endossá-la, observemos que os militantes do PC, fora da Rússia, parece não perceberem que cumpriram já sua função histórica. A URSS é indestrutível. É indiscutivelmente a mais espetacular prova de superioridade do socialismo sobre o capitalismo. O socialismo, hoje, deixou de ser monocêntrico. É policêntrico. Multiforme. Tarefa infinita que em cada país tem exigências particularíssimas. Os velhos militantes do PC não chegam ao dia de hoje como derrotados. Chegam como vitoriosos, pois, com a sua disciplina e sacrifício, ajudaram a tornar o socialismo um processo político mundial concreto. Porém, enquanto permanecem fiéis ao que hoje se nos apresenta como marxismo-leninismo, tornaram-se comunistas ou socialistas históricos. Múmias.

Por mais simpatia que nos inspirem os mortos, não podemos consentir que eles dirijam os vivos. É de ver-se, por exemplo, uma das mais recentes encenações marxistas-leninistas, a Conferência de Cúpula em Moscou, cujo encerramento foi assinalado por conhecida Declaração. A Declaração de Moscou, que pretende ser documento marxista-leninista, é colcha de retalhos, manifestação de sincretismo político, que tenta conciliar pontos-de-vista da URSS e da China, principalmente, e não contém, por isso mesmo, análise objetiva da situação mundial. Querer passar este texto como científico constitui intolerável mistificação. É por esses e outros motivos que o marxismo-leninismo hoje vai-se tornando esdrúxula forma de magia.

VI

Foi amplamente divulgada no mundo a Declaração dos Partidos Comunistas e Operários cujos representantes se reuniram em Moscou, em novembro de 1960. Há muito o que comentar no referido texto. Para apreender cabalmente o significado e a importância do documento, é preciso transcender o seu aspecto puramente verbal. Por exemplo, o documento ataca os "revisionistas iugoslavos", e, no entanto, adota a diretriz de política internacional, "a coexistência ativa e pacífica", que os dirigentes iugoslavos, inspirados em Lênine, foram os primeiros a lançar de modo sistemático. Moscou condena com

palavras o Governo iugoslavo, mas, de fato, tal condenação não é de todo conseqüente. É óbvio que a severidade da Declaração em relação a Belgrado foi sobretudo recurso para censurar indiretamente a China. Mao Tsé-Tung foi mais atingido agora em Moscou do que o Marechal Tito. Contra o primeiro, são endereçadas, sem dúvida, as seguintes palavras: "Deve-se sustentar intensa luta contra o dogmatismo e o sectarismo que, na teoria e na prática, podem converter-se no principal perigo em determinadas fases do desenvolvimento de alguns partidos. Quando a reação imperialista une suas forças para lutar contra o comunismo, torna-se necessário consolidar por todos os meios a coesão do movimento comunista mundial". Por outro lado, se a China Continental, pela palavra de seu Presidente, o líder Liu Shao-shi, apóia com palavras a diretriz de Moscou, de fato aquele país se conduz como lhe parece conveniente.

A China Comunista tem hoje diretriz de política internacional independente da URSS. No caso, a específica posição da China já foi definida como "solidariedade ativa" e consiste em levar apoio aos países subindustrializados em luta contra o colonialismo, não apenas no domínio das "démarches" diplomáticas e mesmo da ajuda econômica e técnica, mas também no plano militar. Por isso, a China Popular ultimamente tem votado sua atenção em especial para Guiné, Cuba e Argélia. Sékou-Touré e "Ché" Guevara estiveram em Pequim e ali assinaram acórdos e receberam empréstimos. Mas o espírito da "solidariedade ativa" se exprimiu com mais nitidez por ocasião das conversações entre Ferhat Abbas e os governantes chineses, em outubro de 1960, verificadas em Pequim. Numa indireta a Khruchtchev, disse Abbas em Pequim que "quem desejar debilitar a NATO deve atacá-la na Argélia", pois "é tolice imaginar que se pode enfraquecer a NATO apaziguando De Gaulle". Chou-En-lai apoiou em toda linha a Abbas e diz-se que se voltou a falar em tais conversações no envio à Argélia de voluntários chineses para formar uma brigada internacional semelhante à que operou na Espanha em 1936-38. Moscou está em frontal desacórdo com o sentido dessas conversações, que dificultam a concretização de seu propósito de atrair De Gaulle com o objetivo de enfraquecer os Estados Unidos. Mas a China não se

intimida e continuará a perseguir os seus fins cada vez mais próprios e mais diferenciados dos de Moscou.

Proclama ainda a declaração que “todo povo tem o direito inalienável de escolher seu regime político” e que “a revolução não pode ser importada, nem imposta do exterior”. Esta tem sido a linguagem dos iugoslavos. Dar-se-ia o caso de ter sido a Iugoslávia a vitoriosa na reunião de Moscou? De qualquer forma a nova diretiz da URSS, de aparente estímulo à independência dos movimentos políticos no mundo, deveria aproveitar à ala renovadora do Partido Comunista do Brasil. É dela que depende evitar o total colapso dessa agremiação cuja cúpula perdeu totalmente autoridade nos setores de esquerda no País. De aventura em aventura acabou isolada politicamente e transformada numa espécie de bem de família, utilizada para objetivos oportunistas. Os elementos idôneos do PCB, agora fortalecidos pela Declaração de Moscou, podem muito bem obter êxito na luta para tornar a sua agremiação menos russófila e mais genuinamente brasileira.

Pós-Nacionalismo

(Um depoimento)

I

O nacionalismo é hoje no Brasil moeda gasta no domínio político. As eleições de 3 de outubro de 1960 demonstraram que a maioria do povo repeliu o “aparelho” que, em nome do nacionalismo, apresentou o nome do Marechal Lott como candidato à Presidência da República. Ao proceder assim, o referido “aparelho” repetiu a mesma prática em que têm sido useiros e vezeiros os nossos grandes partidos, tal a de munificentemente apresentarem às massas, subestimando a sua capacidade de discernimento, candidatos que nada ou pouco têm a ver com o conteúdo programático que se lhes pretende conferir. O honrado Marechal Lott, apesar de, enquanto exerceu o cargo de Ministro da Guerra, ter ocasionalmente tomado atitudes bravas em defesa de interesses brasileiros, jamais compreendeu o nacionalismo em seu sentido sistemático. Carecia o ilustre militar de qualificações subjetivas para representar o papel que lhe impuseram, o que se tornou patente durante a campanha eleitoral, em que, não raro, chocava, com suas declarações, os sentimentos do eleitorado progressista. Resultado, o “aparelho” nacionalista foi repudiado no pleito.

Evidentemente, em seu caráter de idéia-fôrça, não mudou o nacionalismo como conjunto de aspirações do povo, como projeto de elevar os níveis de existência das massas, pelo incremento das taxas de produtividade do trabalho e pelo desenvolvimento independente da economia nacional. Os esforços que neste sentido forem necessários despertarão invariavelmente a

adesão das massas. O que, no entanto, carece de influência sobre elas é o nacionalismo em tese, o nacionalismo lítero-filosófico, em que se disfarçam mal certos temperamentos literários, que erraram de enderêço procurando a política em vez de as belas-letas. O nacionalismo abstrato é alienação, como de resto tôda posição doutrinária que não é vivida com rigor existencial. (1) A comparativamente escassa polarização da estrutura social do Brasil deve ser apontada como a principal razão de não se ter formado até agora, entre nós, um movimento

(1) O mesmo se pode afirmar do irmão siamês do nacionalismo abstrato, o desenvolvimento abstrato. Tratando da questão escrevi em *Ultima Hora* (edição de 17 de novembro de 1960) um artigo intitulado *O Desenvolvimento e as Massas*: "O desenvolvimento, se quiserem o desenvolvimentismo, foi uma tese dos nacionalistas ou ainda o é daqueles mais retardatários. Todavia a lição última dos fatos da vida brasileira pode ser assim resumida: o desenvolvimento abstrato é entreguismo. Do ponto-de-vista da emancipação nacional, e da continuidade do desenvolvimento, não importa simplesmente que a renda contabilizada do País cresça a uma taxa alta, mas é necessário que as camadas populares participem desse crescimento a fim de que o mercado possa acompanhar a expansão da capacidade produtiva. Com uma renda nacional por habitante da ordem de 683 dólares em 1957, a Venezuela seria um dos países mais adiantados da América Latina. No entanto, são estrangeiros e escassa parcela de nacionais que, na Venezuela, beneficiam-se com a parte leonina do incremento da renda nacional naquele País. Cuba em 1957, com a renda por habitante de 312 dólares seria mais próspera que o Brasil, com cerca de 200 dólares por habitante, mas o seu sistema econômico estava praticamente dominado por estrangeiros, situação extrema a que não chegamos ainda.

Em termos gerais de contabilidade social, o Brasil se inclui entre os países de mais acelerado crescimento, no mundo ocidental, particularmente em alguns anos do Governo Kubitschek. O nosso produto interno bruto cresceu 7,2%, de 1957 para 1958, e mesmo 9,4%, de 1956 para 1957. Estas são taxas excepcionais nos países capitalistas. Nos últimos dez anos, por exemplo, a taxa média anual do crescimento econômico dos Estados Unidos tem sido cerca de 3%. Certamente as camadas populares do Brasil têm sido atingidas pelo desenvolvimento, notadamente de modo indireto, pelos efeitos da melhoria das condições gerais da coletividade. Basta, porém, examinar os preços correntes das mercadorias, para se concluir que o consumo popular está longe de acompanhar a escala de nosso desenvolvimento global. Nas eleições de 3 de outubro, o povo repudiou o desenvolvimento de que ele não seja o principal beneficiário. Na verdade votou contra o desenvolvimento abstrato e ilusório, do estilo venezuelano, para o qual estávamos sendo encaminhados".

político de objetivo sentido emancipatório, correspondente, do ponto-de-vista programático e prático, aos que existem em países como Cuba, Gana, Guiné, Egito, entre outros. Reveladores do caráter laxo do nosso nacionalismo são numerosos fatos, que seria ocioso mencionar. Até o momento em que escrevo estas linhas, temos, entre as repartições públicas, uma, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros, mais conhecido sob a sigla ISEB, considerada o Santo Ofício do nacionalismo, que chegou mesmo a funcionar como agência doutrinária. O nacionalismo, que implicaria a reforma radical do Estado vigente, impondo inclusive a mudança dos titulares do poder, nem por isso deixou de lograr enquadramento burocrático oficial. Maior paradoxo ainda é a circunstância de muitos nacionalistas não reconhecerem haver incompatibilidade entre o exercício da função de catedrático de nacionalismo (sim, há catedráticos de nacionalismo no Brasil) e a de advogado da Light, nome por que é conhecida neste país a empresa concessionária estrangeira do ramo de eletricidade, símbolo da exploração colonialista. Pois, nos últimos meses do Governo Kubitschek, líderes do antigo "aparelho" nacionalista chegaram a propor para o cargo de diretor do ISEB, um professor desse estabelecimento que era ao mesmo tempo revendedor da Shell e funcionário do serviço jurídico da Light.

Basta êsse tom de *cartas persas* para documentar que o movimento nacionalista, antes verdadeira moda lítero-sociológico-filosófica do que arregimentação de massas, não passou de fenômeno de superfície, na modalidade acima descrita.

II

Não é fortuito que o nacionalismo como corrente de pensamento político tenha frustrado. Os mesmos fatores que têm impedido a radicalização ideológica dos partidos condicionaram também a debilidade do chamado movimento nacionalista. O caráter antagonico das contradições vigentes na estrutura social do País ainda não se revelara de maneira aguda ou em termos suficientemente claros, de modo a permitir a pureza das posições partidárias assumidas pelos militantes. A incon-

sistência do nosso nacionalismo é, assim, menos reflexo da inconsistência psicológica dos seus líderes do que expressão de condições estruturais gerais da sociedade. Em todo caso, não é para descurar-se a parcela de responsabilidade que tiveram ocasionalmente aqueles que comprometeram o movimento nacionalista na candidatura Lott. Não posso, neste ponto, deixar de oferecer depoimento pessoal sobre o assunto. Larga participação tive na fundação do ISEB, de onde me afastei em dezembro de 1958, e no movimento nacionalista, o que constitui suficiente justificativa para lembrar certos fatos que acredito não serem de todo irrelevantes, pois, servindo para aumentar a inteligência de um processo, ultrapassam o mero alcance pessoal. Inicialmente, convém transcrever na íntegra entrevista por mim concedida a *O Metropolitano* (*Diário de Notícias* de 3 de janeiro de 1960), quando se encontrava no *clímax* a campanha no sentido de fazer candidato à Presidência da República o Marechal Lott. Ei-la, na forma como a redigiram os repórteres César Guimarães e Francisco Bernardo Cabral, sob o título: *Será a Candidatura Lott uma Ameaça de Bonapartismo?*

Em número recente deste jornal, o Professor Guerreiro Ramos nos concedia uma entrevista a propósito de Aragarças, na qual externava algumas opiniões sobre o panorama político e a sucessão presidencial. A repercussão foi enorme e tanto nossa redação quanto o entrevistado foram abordados por leitores desejosos de esclarecimentos.

São estes esclarecimentos que vão nesta nova entrevista, em que o conhecido sociólogo aprofunda a análise da sucessão e da atual conjuntura política. A pesquisa — observarão os leitores — prende-se mais à candidatura do Marechal Lott, sobre a qual Guerreiro Ramos tece considerações inéditas.

Afirma o Professor Guerreiro Ramos: 1) o atual panorama da sucessão se afigura conflagrador e decepcionante; 2) o nacionalismo não se esgota em nenhuma posição partidária; 3) o dilema Jânio-Lott é um médio-

cre dilema; 4) a maneira como está sendo configurada a candidatura Lott a inclina para o bonapartismo; 5) os suportes da candidatura do marechal são essencialmente militares e residualmente político-partidários; 6) é uma insensatez formidável transformar o nacionalismo num comitê Lott; 7) mas, "se me fosse permitida uma opinião pessoal diria que entre Jânio e Lott, não hesito um instante: prefiro Lott".

A equipe de "O Metropolitano" agradece a contribuição do sociólogo para a melhor compreensão do problema e, conservando a equidistância a que se impôs entre os diversos partidos ou eventuais candidaturas, abre deste modo o debate.

* * *

— O sociólogo, o médico e o sacerdote têm imunidades. Podem dizer verdades aos que lhes consultam, mesmo que sejam incômodas. A situação do problema sucessório está a merecer exame objetivo, à distância das emoções e dos pequenos interesses. Estou disposto a fazer este exame.

Iniciou dizendo o sociólogo.

— Como vê o panorama da sucessão presidencial?

— Para quem vem participando na formação do movimento nacionalista brasileiro, o atual panorama da sucessão presidencial se afigura conflagrador e decepcionante. Houve um momento em que os nacionalistas conseguiram aglutinar as diferentes tendências e interesses em dois pólos: o entreguismo e o nacionalismo. Tudo indicava que o problema sucessório iria ser colocado em termos da polaridade: estabilidade ou desenvolvimento. Todavia, diversas circunstâncias conduziram a uma diluição daqueles termos.

— E o que é entreguismo?

— Eis uma pergunta oportuna cuja resposta dará rigor a esta entrevista. Em texto muito divulgado no País por iniciativa de estudantes e militares, procurei caracterizar o entreguista nos seguintes itens:

- 1) O entreguista não acredita no povo como principal dirigente do processo brasileiro.
- 2) Não acredita que o Brasil pode, com os recursos internos, resolver os seus problemas e tende a considerar o desenvolvimento brasileiro essencialmente dependente da entrada de capitais estrangeiros e de ajuda externa.
- 3) Acredita que o destino do Brasil está invariavelmente vinculado ao dos Estados Unidos.
- 4) O entreguista contribui objetivamente com seu trabalho para o êxito de empreendimentos lesivos aos interesses nacionais.
- 5) O entreguista não participa conscientemente pelo seu trabalho de nenhum dos esforços coletivos tendentes a promover a emancipação nacional.

E acrescentou:

— O nacionalismo poderá ser caracterizado em termos opostos aos do entreguismo. Esta questão apresenta aspectos outros que não posso discutir de modo pormenorizado, como, por exemplo, o faço em capítulo do meu livro *O Problema Nacional do Brasil*, que será lançado dentro de poucas semanas.

ENTREGUISMO E NACIONALISMO

— Em todo caso, é necessário discutir três sortes de entreguismo, aos quais correspondem três sortes de nacionalismo. Tais são, de um lado, o entreguismo de indústria ou por interesse, o entreguismo ingênuo, e o

entreguismo metódico; e, de outro lado o nacionalismo de indústria, o nacionalismo ingênuo e o nacionalismo metódico. O entreguismo de indústria é o de pessoas que, embora conscientes do sentido antinacional de determinados interesses, colocam-se a seu serviço e disso tiram proveito pecuniário. Bem se vê que os entreguistas de indústria são quantitativamente restrita minoria. O entreguista por interesse é raro caso de monstruosidade moral. A maioria dos entreguistas se incluem na categoria do entreguismo ingênuo. São indivíduos que, por irreflexão e condicionamentos biográficos de diversas ordens, esposam idéias e crenças de sentido antinacional. Restam os entreguistas metódicos: pessoas que, adotando literalmente as categorias e conceitos da ciência social de países dominantes, sucumbem ao modo de ver que vicia tais conceitos e categorias. O entreguismo é uma ciência. Tem seus doutores, pontífices e insígnias universitárias. Por outro lado, há um nacionalismo de indústria no qual se inclui legião de carreiristas, energúmenos, picaretas e arrivistas, que perfilham essa ideologia, seduzidos pelas vantagens que isso lhes possa trazer. Também constitui parcela expressiva do nacionalismo o contingente dos ingênuos. Na medida em que se reduza esta parcela, o movimento nacionalista se tornará mais consequente e menos exposto a distorções oportunistas bem como à literatice de submaquiavéis.

NACIONALISMO-CIENCIA

E continua, em sua análise, Guerreiro Ramos:

— O nacionalismo-ciência consiste num ponto-de-vista sistemático, tal como o descrevi em meu livro *A Redução Sociológica*, e como o redefino no meu próximo livro *O Problema Nacional do Brasil*. É uma ciência social histórica exercida do ponto-de-vista dos países periféricos ou da mundialização dos benefícios da civilização. Como posição metódica ou ciência, o

nacionalismo não se esgota em nenhuma posição partidária, nem poderá encarnar-se em nenhum "aparelho" de militância partidária. Deve-se estimular o aparecimento de organizações político-partidárias de cunho nacionalista em número tão grande quanto possível, pois é preciso não repetir certas situações nefastas que nos mostra a história recente dos movimentos ideológicos, ou seja, é preciso não permitir que se forme no Brasil uma espécie de Santo Ofício do nacionalismo. Isto significaria a vitória do charlatanismo e a paralisação do esforço de pensar e de análise livre e permanente dos acontecimentos em proveito do domínio de uma *Vulgata*, constituída de *slogans*, lugares-comuns e meias-verdades. A instância científica do nacionalismo só pode ser exercida por pessoas de líquida vocação teórica e não por filistinos ou estranhas criaturas da cibernética, "robots" mentais. Os filistinos, como os palhaços de circo, são também úteis, mas com a condição de que sejam mantidos em seus devidos lugares. No movimento nacionalista decerto há determinadas funções úteis que eles devem exercer.

JÂNIO E LOTT

Até aqui discorria o professor sobre problemas ligados ao nacionalismo. Pedimos-lhe então que analisasse a conjuntura política atual, perguntando-lhe como via as duas candidaturas à presidência, já lançadas:

— Podemos examinar esta questão em vários níveis de profundidade. O mais superficial deles, embora de certa relevância, é o da psicologia individual dos candidatos. Neste plano, é indubitável que o candidato Lott leva grande vantagem sobre o candidato Jânio. O Deputado Jânio Quadros, é, sem dúvida, um homem mais plástico do que o seu adversário, porém, mais temerário e incerto em suas atitudes que o marechal. A função presidencial exige firmeza, nitidez

de conduta, coerência de atos e, neste particular, o Marechal Lott se qualifica de modo superior ao candidato Jânio. O Marechal não parece ser homem capaz de expor o País a surpresas desastrosas ou a jogadas intempestivas, o que é algo a ser estimado numa fase em que precisamos de fazer um esforço de programação severa do desenvolvimento econômico e social do País. Se me fôsse permitida uma opinião pessoal diria que entre Jânio e Lott, não hesito um instante: prefiro Lott.

— E do ponto-de-vista político, como vê as candidaturas?

— Do ponto-de-vista político, o dilema Jânio-Lott não reflete as tensões reais do País. É um medíocre dilema. O Brasil está maduro para dilema de maior envergadura. É certo que objetivamente predomina do lado do Sr. Jânio Quadros as tendências entreguistas, embora conte com o apoio de sinceros nacionalistas como os deputados Gabriel Passos e Seixas Dória. É também certo que do lado do Marechal Lott predomina o apoio dos nacionalistas, embora alguns ases do entreguismo sejam entusiastas do candidato militar. Se a despeito da veemência do nacionalismo de palavra do Sr. Jânio Quadros, é iniludível o objetivo significado entreguista de sua candidatura, todavia, o timorato e "prudente nacionalismo" do Marechal é, de qualquer modo, restrição ao conteúdo revolucionário do nacionalismo. O Marechal Lott tem prestado relevantes serviços ao nacionalismo, tem adotado posições nacionalistas tópicas ou fragmentárias, mas não compreendeu o fenômeno nacionalista em sua globalidade. Não é propriamente um líder nacionalista, mas um responsável e honrado homem público a quem as vicissitudes de carreira têm conferido significado historicamente positivo. É, no máximo, um líder de circunstância. Não fôra o cargo de Ministro da Guerra, que ocupa, e já estaria restituído à vida privada. Ora, se o Marechal Lott tivesse assumido exaustivamente o conteúdo

político e ideológico do nacionalismo, o cargo de Ministro da Guerra ser-lhe-ia coisa de pouca monta, na consolidação de suas bases eleitorais e populares. Tem-se mais o Ministro da Guerra do que a representatividade política e ideológica do cidadão Lott. E nesse ponto está a maior ameaça da candidatura do Marechal se ela vier a firmar-se e lograr a vitória.

A AMEAÇA BONAPARTISTA

— Observe-se preliminarmente que a ameaça de que tratarei é uma possibilidade. Pode não efetivar-se. Pode acontecer que o Marechal no poder redunde em mais um governo programaticamente inconsistente ou marcado de formalismo jurídico como o do Marechal Eurico Dutra. Mas não é preciso ser profeta para perceber que a maneira como está sendo configurada a candidatura Lott a inclina para o bonapartismo. O bonapartismo é um governo exercido à distância das forças políticas, desarticulado da dinâmica efetiva da sociedade política, é um governo cujo titular é “independente”, não se reconhece como funcionário dos interesses que o elegeram. Eleito o mandatário, passa a governar aparentemente, por assim dizer, por sua cabeça, livre de servidões partidárias. Ora, o Marechal Lott está recebendo o poder de modo munificente. Como que mantém os políticos do lado de fora dos portões de sua residência. Pode ser que eventualmente haja políticos que mereçam ser tratados assim. Um bonapartismo esclarecido pode ser mesmo salutar, quando os políticos se deterioram, esvaziam-se de representatividade e amofinam-se no jogo das vantagens e concessões cômodas e se demitem de seus deveres perante o povo. Em condições normais, porém, os políticos são a consciência militante dos fins da sociedade, e sem eles a sociedade se desarticula internamente.

OS INDÍCIOS

— Já existem — perguntamos — êsses indícios de bonapartismo?

— Sim, decididamente. É público e notório que a candidatura Lott está sendo adotada a contragosto em vastos setores políticos. Tais setores estão afetados de ventriloquismo. Sobre o candidato, dizem uma coisa para o grande público, e outra em *petit comité*. Seria concebível que um candidato que tivesse nítida fisionomia doutrinária, que representasse um pensamento político consistente e cuja autoridade popular decorresse de longa provação em lutas ideológicas pudesse impor condições aos partidos, ou não aceitar “conchavos”. Não é êsse, porém, o caso do honrado Marechal Lott. Como se explica, portanto, a conduta munificente do Marechal, senão pela condição de Ministro da Guerra? Um critério estranho à política, no caso, já está em vigência política. Só na vigência do bonapartismo é que a questão política não é tratada politicamente. Só em pleno bonapartismo, julgam-se ou dirimem-se as pendências políticas à luz de critérios estranhos à política. Nas ruas da cidade, encontram-se faixas onde se lê: “Lott não aceita conchavos”. É claro que se entendermos à risca a expressão, teremos de adotá-la. Mas se fizermos interpretação construtiva da frase, como se diz em linguagem técnico-jurídica, imediatamente enxergamos a desarticulação política da candidatura Lott, ou seja, que os seus suportes não estão no espaço político-partidário.

OS SUPORTES DE LOTT

— Os suportes da candidatura Lott são essencialmente militares e residualmente político-partidários. Ao pronunciar esta verificação fatural, não emito julgamento de valor. Pode acontecer que esta situação seja necessária do ponto-de-vista das exigências do processo.

A candidatura Lott pode traduzir uma falência merecida dos partidos e uma deficiência na organização das correntes de opinião popular. Então ela terá surgido para declarar a crise e, assim sendo, pelas reações que vai promover em breve, suscitar uma depuração dos quadros políticos e ideológicos, em que o vivo substituirá o morto, o legítimo substituirá o bastardo.

Acrescenta então o Professor Guerreiro Ramos:

— A história política é um tribunal. É preciso que se entenda bem o sentido de nossas declarações. Não abrigam nenhum intuito menor, muito menos qualquer consideração de ordem pessoal. Estamos preocupados com a candidatura Lott como fenômeno político, ou por suas implicações sociológicas.

QUESTÃO ABERTA

— Considera como definitiva a candidatura do Marechal?

— A candidatura Lott ainda é uma questão aberta. Não se encerrou sua discussão no nível partidário. Enquanto isso não acontecer, os nacionalistas devem fazer tudo para achar um candidato melhor do que o Marechal Lott, do ponto-de-vista do movimento emancipador brasileiro. Virtualmente há outras alternativas melhores do que a do Marechal. É insensatez formidável transformar o nacionalismo num comitê Lott. O movimento nacionalista transcende o candidato Lott. É animado por idéia-fôrça que está longe de ser encarnada pelo ilustre militar. Se os termos da sucessão não se modificarem, a trincheira dos nacionalistas é Lott.

Veio a baila o discurso do marechal na convenção do PSD. O sociólogo foi incisivo em sua opinião:

— Foi um péssimo discurso. Sem garra ideológica. Com algumas alterações de forma, tanto poderia ser dito por Lott como por Jânio Quadros.

— E o futuro político do País, professor?

— Sou otimista, neste particular. Muito se pode esperar de valores novos que estão surgindo em todos os setores, notadamente de parlamentares que ainda não têm no cenário nacional a posição que merecem. No domínio da política, entre nós, está ocorrendo certa apropriação indébita de mais-valia. Mas esta situação não durará por muito tempo.

Como última pergunta, procuramos saber qual deveria ser, no caso de eleito o Marechal, a posição dos nacionalistas, na sua opinião:

— A de franco-atiradores. Apoiar o Governo Lott tópicamente nas medidas acertadas e combatê-lo e criticá-lo quando se desviar das posições corretas. Educar e formar o governante pela crítica e discussão de seus atos. Se eleito o Marechal, os nacionalistas vão ter muito trabalho.

Não é preciso dizer que esta entrevista causou profunda irritação entre os lotistas. Embora nenhum deles tenha vindo a público para discuti-la, o autor se tornou alvo de toda sorte de ataques formulados à boca-pequena. Esses ataques, porém, não lhe impediram de a, menos de um mês das eleições de outubro de 1960, publicar na coluna permanente de *Última Hora*, *Do Ponto-de-Vista Nacional*, o seguinte artigo sob o título: *Confronto de duas Candidaturas* (edição de 6/9/60):

III

A menos de trinta dias de 3 de outubro, expressiva parcela da opinião brasileira, tendente a ser fiel na balança eleitoral, sente-se em visível constrangimento para decidir-se por uma das duas principais candidaturas — a do Sr. Jânio Quadros e a do Marechal Lott. Nenhum dos dois satisfaz os requisitos do que deveria ser um Presidente da República, supostos pelas condições internas e externas do Brasil no quinquênio 1961-1965. Falta-lhes garra ideológica, falta-lhes mí-

nimo de visão sistemática dos problemas nacionais e mundiais e de suas conexões recíprocas. Com qualquer dos dois, o exercício do supremo poder, no Brasil, não alcançará as qualificações que apresenta hoje, por exemplo, na Guiné com Sékou Touré, em Gana com N'krumah, em Togo com Sylvanus Olympio, em Cuba com Fidel Castro. No Senegal de um Léopold Sédar Senghor nenhum deles faria carreira política. Em comparação com esses pequenos países, a potência média mundial de primeira ordem que é o Brasil, permanecerá sub-representada, a menos que nos esteja reservado assistir a um fenômeno de mutação psicológica no candidato eleito. O fato de não se ter logrado encaminhar os termos da sucessão presidencial de modo diverso do vigente já indica desajustamento entre as condições subjetivas e objetivas do País, que merece análise à parte. Não é fortuito. É resultado necessário de lacunas organizacionais de nosso sistema social, cuja eliminação vai constituir a essencial tarefa política do período imediatamente posterior às eleições. Não tenhamos dúvida, a presente campanha sucessória, tal como foi delimitada, postergou, para o quinquênio vindouro, o inevitável ajuste de contas entre a nação e a antinação.

Ocorre, neste ponto, indagar-se: dada tal situação, é indiferente se eleja um ou outro candidato. A resposta fundada é negativa. As conseqüências da eleição do Sr. Jânio Quadros ou do Marechal Lott são distintas. É relevante sublinhar a distinção. As diretrizes dos contextos de cada um são diversas. Só poderemos tomar pé, no julgamento dos dois candidatos, se usarmos o procedimento da crítica indireta, que não se louva, apenas no que eles dizem, mas nas circunstâncias gerais que os configuram.

O Sr. Jânio Quadros é o candidato que tem feito as declarações mais avançadas. Foi a Moscou e entrevistou-se com Khruchtchev. Foi à Cuba e palestrou com Fidel Castro. Até severas restrições à política ex-

terna dos Estados Unidos teriam sido emitidas pelo ex-Governador. No tocante aos problemas internos (capital estrangeiro, reforma agrária, energia e recursos naturais, entre outras questões), seus pronunciamentos procuram manter-se na órbita do nacionalismo. Pelo ideário que adotou na campanha, é difícil sustentar não esteja em consonância com as aspirações populares. Mas é claro que os elementos que lastreiam a convicção a respeito de um candidato não são puramente verbais. O conceito de qualquer homem público decorre de múltiplas interferências, elabora-se mediante longa sedimentação e o Sr. Jânio Quadros não foge a esta regra. No plano nacional ele é, para consideráveis contingentes de eleitores, um político marcado por servidões que o contra-indicam à Presidência da República. Uma delas, a que o vincula à plutocracia do café, o maior reduto de inimigos do contróle cambial. O Sr. Jânio Quadros, sustentáculo de Juarez Távora, foi o anti-Kubitschek em 1955. Quando governador de São Paulo, permitiu que órgãos respeitáveis de nossa imprensa divulgassem opiniões suas desfavoráveis à Petrobrás. Tais antecedentes contam para o eleitorado. Ademais, muitos grupos e personalidades que fazem profissão de exaltado janimismo são exatamente os mais execráveis, segundo o modo de ver comum dos nacionalistas. Observe-se ainda que é justamente a imprensa mais carrancuda para tudo o que tenha mínima conotação não-conservadora, que se apressa em apresentar o Sr. Jânio Quadros como o arauto das reivindicações de esquerda, a mesma imprensa que não perde ocasião para alarmar o País contra o que considera elementos comunistas entre os partidários do Marechal Lott. Essa ambigüidade da imprensa conservadora tem menos eficácia do que imaginam os seus virtuosos.

O Marechal Lott, do ponto-de-vista do nacionalismo, é o candidato que tem feito as declarações mais infelizes. Não foi a Moscou. Não foi a Cuba. Con-

fessando-se tradicionalista quanto à política internacional do Brasil, quase ultrapassou o limite da tolerância de seus adeptos quando condenou o neutralismo e assim entregou ao adversário uma bandeira que todos supunham fôsse sua. É o cúmulo! Mas diversos episódios de sua vida pública o assinalam como homem de vanguarda no movimento emancipador do País. Não é portador de nenhuma servidão material que o invalide para a magistratura suprema. Tem posição clara quanto ao café. Em programa de televisão chegou a dizer que admitiria fôsses arrancados pés de café, a fim de livrar o Tesouro da política inflacionária de compra e estocagem de excedentes. Defende o controle cambial, tendo compreendido a importância que assumem para o desenvolvimento as taxas diferenciais de câmbio. Sua posição quanto ao monopólio estatal do petróleo e a defesa de nossos recursos naturais é indiscutivelmente corajosa. Os acontecimentos que culminaram em 11 de novembro de 1955 dêle fizeram o anti-Juarez e o sustentáculo de Kubitschek. Polarizou contra sua pessoa as diatribes e os ódios dos setores mais comprometidos com a reação. Em torno do seu nome se uniram tôdas as esquerdas, inclusive a mais radical. O fato de ter assinado um manifesto de militares contra Vargas não tisna os méritos que lhe conferiu sua atuação quando Ministro da Guerra. Em resumo, tudo leva a admitir um sentido progressista no contexto biográfico do Marechal Lott, nos últimos cinco anos, o qual sem dúvida, até agora, parece contrabalançar as suas conhecidas claudicâncias ideológicas. Tivesse o Marechal Lott a imaginação, a desenvoltura e a audácia do Sr. Jânio Quadros, desde já estaria governando o País. Se o Sr. Jânio Quadros tivesse o contexto biográfico do Marechal Lott, poderia considerar-se desde já eleito.

Há alguns pontos comuns entre os dois candidatos. Ambos são criações da Fortuna. Líderes de circunstân-

cia. Por isso mesmo, no próximo quinquênio, seja qual fôr o eleito, a maioria política do País terá de organizar-se para conduzir as circunstâncias de modo sistemático e tornar o futuro Presidente da República um funcionário efetivo de sua vontade e de seus interesses.

IV

Após as eleições, procurei interpretar em vários artigos o significado sociológico de seus resultados. No presente contexto de idéias, é oportuno reproduzir o que intitulei *Lavagem Cerebral nos Nacionalistas (Última Hora, edição de 17/10/60)*, a seguir transcrito com pequenas alterações de forma:

O povo evitou desnaturação do nacionalismo, conduzindo-se nas eleições de 3 de outubro da maneira como é conhecida. Foi radical a sua decisão de não votar sob tutela. Mostrou a sua aversão a qualquer forma de Santo Ofício no domínio da política. Tentou-se criar no País o Santo Ofício do varguismo. Nas eleições passadas, o povo o destrôçou. O varguismo como indústria política está extinto. No pleito recém-ocorrido, foi a vez do nacionalismo. O povo não aceitou o nacionalismo nos termos em que lhe apresentaram — isto é, como instituição, como simples “aparelho” partidário portador de ilimitado crédito popular. Para o povo, não há indulgências plenárias. Não têm futuro maquiavéis de bôlso ou de círculos plutocráticos, candidatos a teóricos do varguismo, advogados da Light, professôres de nacionalismo. Tais empulhações não enganam mais a ninguém.

O povo não acolhe o nacionalismo como corrente lítero-filosófica, nem mesmo como corrente política. Aliás, isto não acontece apenas no Brasil. Nos países em que, em nossa época, se verificam as mais dramáticas descolonizações ou emancipações nacionais, não existe nacionalismo em tese. Jomo Kenyatta, Sékou Touré, Sylvanus Olympio, Léopold Sédar Senghor, Burguiba, Lumumba, N’Krumah, Ferhat Abbas, Fidel

Castro, jamais fizeram dissertações doutorais sobre nacionalismo. É provável que até hoje ninguém intelectualmente válido teve tempo de escrever o tratado do nacionalismo em Cuba. A experiência atual das nações recém-emancipadas e o último pleito no Brasil esclarecem que o nacionalismo em tese constitui alienação, subproduto da ociosidade intelectual, especulação mais ou menos gratuita de camadas letradas mal articuladas ao processo. O povo não se sensibiliza com esta espécie de nacionalismo. Não se conclua de tais evidências que o legado de Vargas perdeu eficácia, que o trabalhismo se desmoralizou, que a defesa e promoção sistemáticas dos interesses nacionais é tarefa vã. Os inimigos do legado de Vargas, do trabalhismo e dos interesses nacionais pretendem confundir a nação, interpretando os resultados eleitorais, o que chamam "derrota do nacionalismo", como consagração do que representam. Seria erro aceitar a discussão nos termos em que eles a colocam. Os patriotas brasileiros, que estavam, de boa-fé, numa briga errada, confessem o seu engano, mas não se deixem embarçar nas malhas de um mal-entendido, de um "aparelho" mal composto. Não se amofinem com um episódio e procurem compreender a intenção do povo.

O sentimento de emancipação nacional nunca foi tão liquidamente expresso pelo povo brasileiro, como nas eleições de 3 de outubro. Qual o sentido essencial dos resultados do pleito?

Com o seu voto, o povo criou as condições para que, daqui por diante, o nacionalismo brasileiro seja colocado em termos econômicos e sociais. O dispositivo partidário que se instalará em 31 de janeiro vai transferir o poder a titulares que não gozam de imunidades nacionalistas, que não integram a sagrada família nacionalista. Todos eles, porém, juraram cumprir o "verdadeiro", o "bom" nacionalismo. De modo que, agora sim, a legitimidade das posições terá de ser demonstrada no domínio prático-concreto.

Naturalmente, um esforço organizado das correntes políticas se impõe com urgência. Esforço que visa à promoção de entendimentos de pessoas, grupos, círculos, associações partidárias em torno de reivindicações que não devem ser apenas enunciadas ou propostas, mas cumpridas em toda a linha. Implica isto reconhecer a necessidade de constituir dispositivo político-parlamentar, representativo de uma frente única, com o propósito de efetivar os projetos e providências de alcance popular. A mera apresentação ao Congresso de projetos ditos progressistas já não é suficiente por si só, para credenciar o político perante o eleitorado. Muito projeto radical foi apresentado ao Congresso para fins puramente demagógicos. O povo já aprendeu a caracterizar a revolução da palavra e o nacionalismo de palavra.

A derrota eleitoral dos nacionalistas e lottistas não deve perturbar a sua capacidade de raciocínio, a ponto de fazê-los perder de vista as novas condições de exercício do poder no Brasil. Cada vez mais, nos últimos anos, o poder se vem deslocando do Executivo para as agências capazes de constituir e fazer valerem, de modo organizado, as pressões da opinião popular. As eleições de 3 de outubro revelaram a acurada lucidez das massas, as quais não desamparam os que interpretam com justeza as suas aspirações.

O povo, no último pleito, conduziu-se como severo pedagogo político. Não renegou propriamente os nacionalistas. Impôs-lhes, em caráter urgente, uma lavagem de cérebros.

III

Três Momentos Ideológicos
do Brasil

A Ideologia da Ordem

I

No domínio da vida intelectual, há famílias. Isto é, grupos cujos integrantes são marcados sutil ou ostensivamente por um ar de família. Existe uma morfologia social do espírito ou da inteligência. Neste livro, tratamos de duas delas: a "jeunesse dorée" e os "sociólogos anônimos", estes últimos, escritores sem qualificações acadêmicas, que, no entanto, contribuíram para o esclarecimento da Revolução de 1930 e suas conseqüências, com estudos objetivos. Do ponto-de-vista dessa morfologia, constituem também, no Brasil, uma família, apesar de suas peculiaridades individuais, homens como Jackson de Figueiredo, Hamilton Nogueira, Alceu Amoroso Lima, Alcebíades Delamare, Durval de Moraes, Perilo Gomes, o Padre Assis Memória, o Cardeal D. Jaime Câmara, o Arcebispo D. Helder Câmara, Gustavo Corção, Gladstone Chaves de Melo, Juarez Távora, Eduardo Gomes, Fernando Carneiro, Carlos Lacerda, José Artur Rios e outros menores. Todos professam o catolicismo. Não quer dizer isso que todos os intelectuais católicos, entre nós, pertençam a essa família. Nela não incluo, por exemplo, os Padres Fernando Bastos de Ávila e Henrique Vaz, até o momento em que escrevo, intelectuais abertos ao novo sentido da época e, por isso, situados na corrente de vanguarda, de que são ilustrações na França o grupo da revista *Esprit*, e, entre outros, Henri Bartoli, Jean-Yves Calvez. Aí também não incluiria, por ser especial fenômeno humano, a merecer exame à parte, o trêfego conde papal Cândido Antônio Mendes de Almeida, espécie de Sebastião Pagano em edição novíssima, multifacetado, viva síntese de contradições, pois, ao que parece,

consegue ser homem de confiança da Light, da Cúria, da Shell, do ISEB e do PCB.

Nas caracterizações daquela família, a que vamos proceder em seguida, cumpre observar que não nos anima qualquer sentimento anticatólico. Ao contrário, desejaríamos que a Igreja, para maior eficácia de sua ação temporal, se descomprometesse da ação equívoca de certos cidadãos que falam em seu nome, sem todavia terem compreendido a verdadeira significação de seu magistério. Focalizando uma das anomalias mais corriqueiras vigentes nos meios intelectuais católicos, o integrismo, escrevi certa vez:

O integrismo é, entre outras coisas, um excessivo compromisso com as formas temporais da Igreja e, assim, vítima aquêles que não distinguiram no catolicismo o núcleo de suas crenças básicas de suas expressões adjetivas. Cometem-no, por exemplo, os que pensam que o catolicismo está indissolúvelmente ligado a uma forma particular de organização econômica da sociedade, ou que esteja enfeudado a uma civilização particular como a ocidental. Ainda há algumas semanas, participando de um "meeting" sobre a questão do Suez e da Hungria, tive o ensejo de presenciar o integrismo em ação. O integrista focaliza êste assunto à luz de uma espécie de dialética do Bem e do Mal, de uma espécie de maniqueísmo que divide a humanidade em dois campos, em duas espécies irreduzíveis.

Seguramente esta conduta é uma perversão do catolicismo. A êste caracteriza uma disposição incansante para superar o que é meramente temporal. É certo que existe toda uma linha de intelectuais católicos situados no integrismo: Joseph de Maistre, de Bonald, Le Play, Lamennais, Maurras e seus seguidores retardatários no Brasil. Mas é justamente esta corrente que, com os seus epígonos, assinala o divórcio entre a Igreja e as camadas populares, fato aliás denunciado por um grande Papa. No domínio da pró-

pria Igreja, os integristas são objeto de severa refutação.

O Padre Marc Oraison, que é, ao mesmo tempo teólogo e médico, considera o integrismo tema de patologia religiosa. São suas estas palavras: "A mentalidade integrista comporia surpreendente reserva de agressividade disposta a se manifestar à primeira ocasião. Frequentemente ela se manifesta sem motivo, sem provocação externa, por uma acridade de tom característico. Quando o integrista constata uma opinião que não entra em suas categorias mumificadas, mostra os dentes. Quando é contraditado, injúria e invectiva. A observação do comportamento integrista mostra com evidência que êle não é comandado por um pensamento motivado e livre, mas antes de tudo por uma reação afetiva de índole neurótica. O integrista é um ansioso que sofre."

Tratando do problema da relação entre o cristianismo e a temporalidade, no livro *Essai Sur le Mystère de l'Histoire*, o Padre Jean Daniélou se refere à dialética da "encarnação" e do "desprendimento", segundo a qual o cristianismo está na História, mas não se identifica com ela. Deve encarnar-se nas civilizações — diz êle — e construir cristandades. E acrescenta: "Mas estas cristandades serão sempre caducas e transitórias. Será preciso que a Igreja, depois de tê-las revestido, se despoje delas como de roupas velhas". Esta posição, que não quero chamar nem de progressista nem de dialética, esta posição que Jean-Marie Domenach diria marcada de um esforço de caridade, é a dos apóstolos; é a de Santo Agostinho da *Cidade de Deus*; é hoje, a de Toynbee; é a do que há de melhor entre os intelectuais católicos, como, por exemplo, o grupo da revista *Esprit*. (1)

(1) Vide suplemento dominical do *Jornal do Brasil* de 23-12-1956, artigo intitulado "A Intelectualidade Católica no Brasil".

O integrismo no Brasil tem assumido feição do que se pode chamar de *ideologia da ordem*. A fim de examiná-la, é necessário se retorne a Jackson de Figueiredo. Com efeito, o escritor sergipano é matriz de pensamento político que, até o presente, se mantém militante. Depois do Padre Júlio Maria, coube à Jackson de Figueiredo tentar o delineamento da posição política a ser assumida pelos católicos. Seu intento foi, até certo ponto, coroado de êxito, pois até hoje existe no País verdadeiro partido católico, que tem seu marco inicial no trabalho de Jackson de Figueiredo. Vivendo num período que se caracterizava pela desordem espiritual e social, fértil de tentativas desencontradas e desconexas de perturbação do regime, agitação militar e prélios partidários de baixo teor moral e intelectual, o escritor sergipano, exaltado em seu catolicismo, procurou agir, mediante a pregação de idéias e organização de grupos, no sentido que lhe parecia o mais saudável, tal o de preservar a autoridade e a ordem constituídas.

Nestas condições manteve, principalmente nos anos vinte, grande atividade publicitária, tendo fundado em 1921 o Centro Dom Vital e a revista *A Ordem*. Escreveu livros. Fêz prosélitos.

Quais os pontos principais do pensamento político de Jackson? Não eram mais do que aqueles que se continham na doutrina de Joseph de Maistre. Inspirou-se ainda em de Bonald e Maurras. Como se vê, por estes patronos, Jackson de Figueiredo era, em política, um conservador. Toda sua ação era subordinada ao princípio da ordem, não justificando nenhuma forma de conduta revolucionária. Admitia o direito divino e se proclamou monarquista. Afirmando uma teoria aristocrática da sociedade, repugnava-lhe o sufrágio popular.

A questão política, para Jackson, como para os seus prosélitos, é eminentemente moral. Daí serem escassíssimas ou praticamente inexistentes referências suas aos aspectos econômicos subjacentes às lutas partidárias de que tratou. Por exemplo, ao se travar a disputa pela sucessão presidencial de Epitácio

Pessoa, toma partido contra Nilo Peçanha, a quem incluía no rol dos que chamava, com desprezo, de "mulatos de trunfa demagógica" (2) e a favor de Artur Bernardes, em essência, porque este era católico e aquele membro da Maçonaria, além de algumas outras razões éticas. Afirmando ver "sob toda questão social, uma questão teológica" (3), considerava a atividade revolucionária como algo diabólico e, coerentemente, verberou as insurreições de que foi testemunha, como as de 1922 e 1924.

Expondo o seu pensamento, em *A Reação do Bom Senso*, escreve que "a verdadeira História nos diz — a verdadeira História, e não os panfletos de cego e estúpido sectarismo, adotados em todo o Ocidente, da Revolução Francesa para cá — o que ela nos diz é que uma única moral política foi realmente vivificadora, organizadora, civilizadora; a moral política decorrente dos princípios religiosos e morais da Igreja Católica, que dignificou a humanidade, a submissão e, fundando assim a ordem prática, pôde cercá-la com as magnas conquistas da liberdade cristã: a adesão constante de grandes e pequenos ao sentimento do dever diante da lei, a consciência de que é possível fazer *pacificamente a reforma* (o grifo é meu—G.R.) de todos os abusos, de todos os atentados à dignidade humana" (4).

O reformismo é, assim, a conseqüência essencial desta concepção política. O máximo a que ela atinge, no plano econômico-social, é o distributivismo de Tristão de Ataíde ou a participação nos lucros de Juarez Távora e nunca uma alteração das relações de classe, a transformação mesma da estrutura social.

(2) Vide Jackson de Figueiredo, *A Reação do Bom Senso*. Rio. 1922. Pág. 26.

(3) "nós, católicos, vemos com Donoso Cortes, sob toda questão social, uma questão teológica: Guizot, um protestante, e também homem de Estado, assim pensava. Assim pensava também o próprio Proudhon, como se pode verificar nas suas *Confissões de um revolucionário*". (Op. cit. Págs. 34-35).

(4) Op. cit. Pág. 21.

A ideologia da ordem, tal como formulada por Jackson de Figueiredo, na década de vinte, já contém os pontos principais do Integralismo. Assim é que, lastimando “a morte do sistema monárquico cristão, e a sua substituição pelo mais nefando cesarismo, que tal foi e tal é o das chamadas monarquias liberais, ou pela tirania da incompetência (refere-se à participação das massas nos governos—G.R.), que tal tem sido a dos chamados governos democráticos” — passa a admitir, louvado na “Cartilha dos Operários, editada pelo Integralismo lusitano”, “que só com o regresso ao sindicalismo orgânico a questão social se solucionará”. (5) Na verdade, o corporativismo, a aversão à liberal-democracia serão, de 1932 a 1937, característicos da literatura integralista.

Jackson não é pródigo em referências às elites, mas se situa no mesmo aristocratismo que tem caracterizado o pensamento político dominante da direita brasileira. “Basta” — dizia em *A Reação do Bom Senso* (6) — “basta ao regime a desgraça das Câmaras deliberativas, que os povos civilizados, mais tarde ou mais cedo, hão de pôr de lado, para conservar a própria civilização, depois talvez que todos eles experimentem o que são essas Câmaras no máximo do seu lógico desenvolvimento, isto é, assembléias de operários e soldados...”. E em carta a Alceu Amoroso Lima (7), escrevia: “Daí, meu caro Alceu, eu ainda apelar para o absurdo: Monarquia cristã e, conseqüentemente, aniquilamento das arestas revolucionárias ou pagãs — cesarismo ou populachismo”.

E nesta carta emite lapidar resumo de sua doutrina: “A política é, de fato, “a arte de criar e defender a estrutura social” (compromisso externo, e, por isso, eu diria somente: *defender* (o grifo é de J.F.). O problema moral (que abrange todos os mais e, por conseguinte, o econômico) está resolvido há vinte séculos. O que é preciso é ser cristão realmente”. (8)

(5) *Op. cit.* Págs. 22-23.

(6) *Op. cit.* Págs. 56-57.

(7) Vide J. Figueiredo, *Correspondência*. 3.^a Edição. 1946. Página 102.

(8) *Idem.* Pág. 98.

Há, portanto, para os que pensam assim, um ordenamento político (Jackson se refere a uma “verdade política”) válido em qualquer contingência de tempo e espaço. A política é como a arquitetura. (9) Um formalismo.

Não é necessário fazer notar, à guisa de crítica, o caráter reacionário da doutrina política de Jackson. Naquele tempo, ao que parece, a palavra não merecia ainda do público a repulsa que hoje suscita. Assim é que, freqüentes vêzes, Jackson se declara “reacionário”. O título de um dos seus principais livros de pensamento político é a *A Reação do Bom Senso*. Diga-se, aliás, que o *bom senso* é também o que pode haver de mais reacionário. De fato, as verdades do bom senso são ordinariamente as ilusões dominantes, os estereótipos através do qual toda estrutura social tende a mascarar as suas contradições internas e, portanto, a perpetuar-se. A sua perspectiva é, precisamente, aquela que não transcende os fatos sociais aparentemente dados e que os consideram como definitivos. Fernando Carneiro, discípulo de Jackson, diz em *Catolicismo, Revolução e Reação* (10): “. . . Não acredito em soluções sociais”. “Só creio”, diz êle, “em finalidade moral. Aceito pois as maiores diferenças de fortuna etc. . . como parte necessária de um drama da vida. . . como epílogo nas mãos de Deus”. Na perspectiva do chamado bom senso, vêm-se o mundo e a sociedade como organizados arquitetonicamente, de uma vez por todas. A política é como o formalismo arquitetônico, um conjunto de princípios aprioristicamente estabelecidos, aos quais a realidade tem de conformar-se. A política do bom senso é normativa, por excelência, e se traduz numa

(9) “V. fêz bem quando a compara à Arquitetura. Há uma bela página de Simmel (que já li, faz muito tempo) em que aquela curiosa inteligência proclama a Arquitetura como a primeira das artes, por ser a que mais fortemente revela a força do espírito, o seu domínio sobre a Natureza, da qual contraria lei principalíssima. Pois a política é também assim. Ela tem que ir de encontro, imediata e impositivamente, à lei principalíssima do espírito decaído, que é a da consciência da sua individuação, de ser à parte”. (Carta a Alceu Amoroso Lima, em *Correspondência* (Pág. 100).

(10) Fernando Carneiro, *Catolicismo, Revolução e Reação*. Agir. Rio. 1947. Pág. 184.

cartilha de deveres e preceitos. Repugna ao bom senso toda espécie de política considerada como ciência empírico-indutiva.

Justificando sua adesão, em 1921, a Artur Bernardes, escrevia Jackson: "O Sr. Bernardes representa, politicamente, neste momento, as forças conservadoras da nação. Nelas ainda existirá pelo menos um pouco de bom senso." (11)

III

É, porém, no livro de um discípulo de Jackson que o reacionarismo da doutrina em exame se faz mais evidente. Trata-se de *A Doutrina da Ordem*, de autoria de Hamilton Nogueira e prefaciado por Jackson.

"Os princípios conservadores" e o "ponto-de-vista reacionário", que Hamilton Nogueira adota, o leva, em 1925, a preconizar a pena de morte, na defesa da ordem estabelecida. Referindo-se, sem dúvida, àqueles que em 1922 e em 1924 subverteram as nossas Forças Armadas, Hamilton Nogueira dizia que "o direito de matar os malfeitores, máxime os assassinos das nacionalidades, os assassinos da pátria, os covardes sanguinários que vibram o punhal contra os seus superiores hierárquicos e contra a vida de uma nação é, não só o mais justo direito de defesa da sociedade como também, um dos mais necessários." (12)

(11) *Op. cit.* Pág. 68.

(12) Vide Hamilton Nogueira. *A Doutrina da Ordem*. Rio. 1925. Pág. 198. O hoje Deputado Hamilton Nogueira renegou esse e outros pontos-de-vista de seu livro de 1925. Utilizamo-lo aqui como documento de história de idéias. Naquela época escrevia H. Nogueira, então discípulo de Jackson: "Uma nação só pode progredir dentro da ordem, e a ordem só é possível nos governos de elite, nos que se não deixam dominar pelas ameaças ou pelas falsas lamentações dos insatisfeitos e dos ambiciosos (*op. cit.*, pág. 198)". E pondo à mostra a inspiração maurrasiana de suas idéias, afirmava: "Como tão bem já fêz notar a clarividência aristotélica de Maurras, "não se organiza a democracia, não se democratiza a organização. Organizar a democracia é instituir aristocracias; democratizar uma organização é introduzir a desorganização: organizar significa diferenciar, isto é, criar desigualdades úteis; democratizar é igualar, é estabelecer ao lado das diferenças, das desigualdades, das organizações, a igualdade estéril, que é mortal (pág. 197)".

Toda política baseada em princípios eternos, destes deduzida em vez de induzida dos fatos, é levada a este anti-humanismo, em seus extremos. Na verdade, o anti-humanismo inquisitorial é a conseqüência lógica de doutrinas com a de Jackson e seus discípulos, que postulam o que se pode chamar de maniqueísmo político, segundo o qual há na sociedade forças do Bem e do Mal desencadeadas, a ordem dependendo do predomínio das primeiras sobre as segundas e sua manutenção de um trabalho contínuo de esclarecimento e conversão dos maus em bons. Decorre deste maniqueísmo, a transposição, para o plano social, do dogma da reversibilidade tão caro a Joseph de Maistre e que os jacksonianos professam, dogma que afirma os efeitos das faltas do culpado sobre o inocente e dos méritos do inocente sobre o culpado.

A luz dessa dialética do Bem e do Mal, as questões sociais se reduzem a questões morais e, portanto, só comportam soluções através do esclarecimento dos espíritos ou da purgação das faltas pelos culpados. Justificando a posição de Jackson em sua época, escreve Fernando Carneiro: "Jackson precisa ser compreendido dentro do quadro em que viveu: um ambiente cheio de canalhas, de aproveitadores, de improvisadores, de dissimuladores". (13) É portanto a proporção entre o número de canalhas e honestos, em cada momento da sociedade, que dita a posição política.

São numerosos e inequívocos os textos dos jacksonianos, que confirmam esta interpretação. Assim é que Jackson via um "caráter satânico" nas manifestações violentas, nas explosões belicosas do moderno espírito revolucionário bem como na "atividade proselitista" de certas correntes, na "confusão sistemática" no "domínio das idéias", "na sistemática glorificação dos mais hediondos crimes contra o sentimento de ordem." (14) Especialmente o livro de Hamilton Nogueira está impregnado deste maniqueísmo, desde o primeiro capítulo em que ele se refere ao "satanismo revolucionário" até o último.

(13) Fernando Carneiro. *Op. cit.*, Pág. 176.

(14) Hamilton Nogueira, *A Doutrina da Ordem*. Pág. 16.

significativo capítulo "Ressurreição de Judas", em que escreve: "Ou se é pelo bem ou contra o bem!"

As idéias doutrinárias de Jackson de Figueiredo e de seus continuadores, em essência, articulam-se lógica e objetivamente com o Integralismo, a despeito de que, no plano verbal, alguns jacksonianos se proclamam antiintegralistas, como Fernando Carneiro. Aliás, Tristão de Ataíde, sucessor de Jackson de Figueiredo na liderança do laicato brasileiro, confirma esta interpretação, quando escreveu em *Indicações Políticas* (Rio, 1936) que "até certo ponto têm razão os que afirmam ter sido lançado o movimento integralista no Brasil por Jackson de Figueiredo". "Jackson de Figueiredo — diz Tristão — foi o primeiro de nossa geração, que, sem ser socialista ou comunista, denunciou os erros e os males do liberalismo. Foi o primeiro que marcou a necessidade de um regime de autoridade contra a dissolução crescente dos costumes políticos pela ideologia democrática. Foi o primeiro que teve o desprante de se chamar a si mesmo *reacionário*, contra a *moda revolucionária*, que atingiu todos os que se prezavam de avançados e atuais. Foi ainda ele o primeiro que, apesar de participante do movimento *nacionalista* acusado de lusofobia, entrou em cordialíssimas relações com o "Integralismo Lusitano" de Sardinha que, em Portugal, preparou o renascimento português moderno e o Estado Nôvo de Salazar" (Págs. 187-188) Na verdade, o que tem acontecido com os adeptos do maniqueísmo político, de maior sensibilidade moral, é que tôdas as vêzes que defrontam com as conseqüências práticas de suas idéias, horrorizam-se com a sua crueldade anti-humana. Bernanos, por exemplo, de simpaticante do caudilho Franco, no primeiro momento, passou a inimigo contundente do regime franquista constituído. Tristão de Ataíde, de simpaticante do Integralismo nos seus primeiros momentos, passou depois a observar diante dele atitude de reserva e hostilidade. Gustavo Corção, um dos que deram o seu esforço pelo movimento de que resultou o golpe de 24 de agosto, passou a denunciador das imposturas do Governo que do referido golpe resultou. É, assim, muito provável, como procura demonstrar Fernando Carneiro, que Jackson não ti-

vesse sido integralista, da primeira até a última hora, se vivo fôsse entre 1932 e 1937.

Como categoria social, a intelectualidade católica no Brasil ainda não superou a ideologia da ordem, nos moldes em que a formulou Jackson de Figueiredo. Representa assim forma de conduta anacrônica. É lícito supor que essa insensibilidade ao atual decorre do despreparo de nosso clero e dos intelectuais católicos em geral, despreparo que, em seu tempo, o Padre Júlio Maria teve a coragem de proclamar. Um clero que não suporta a presença de um sacerdote como Frei Tomás Cardonnel, forçado a retirar-se do País, porque, sem prejuízo de sua fé, defendeu idéias avançadas, é um clero historicamente condenado. Repetindo palavras do Padre Júlio Maria, perfeitamente oportunas hoje, é um clero "que não compreendeu ainda seu dever no Brasil, onde, no regime da liberdade, em vez da pugna valorosa, que poderia ser travada para dar à Igreja brasileira o lugar que lhe cabe no nosso movimento social, não vemos, infelizmente, senão uma devoção mórbida, sem vitalidade cristã, uma piedade assustadiça que se espanta de todos os movimentos do século e foge, covardemente desanimada, de... combates." (15) Para mostrar as debilidades e o anacronismo do "partido católico" no Brasil não é necessário deixar de ser católico, eis o que demonstra o Padre Júlio Maria. A crítica da conduta ordinária de nossa intelectualidade católica, do ponto-de-vista de um catolicismo intransigente, é a nobre tarefa proposta hoje aos que desejarem retomar a tradição de militância, fundada pelo Padre Júlio Maria. Para essa tarefa não haverá melhor estímulo que a recente Encíclica, *Mater et Magistero*, do Papa João XXIII, que, sem dúvida, documenta o descomprometimento da Igreja Católica com os regimes caducos e a sua capacidade de ajustar-se à realidade mundial de nossos dias.

Nos dias correntes, com o Sr. Carlos Lacerda feito governador da Guanabara, a ideologia da ordem domina um grande Estado da União. A administração do Rio de Janeiro de hoje é o melhor testemunho dessa ideologia na prática.

(15) Padre Júlio Maria, *O Catolicismo no Brasil*. Agir. 1950. Pág. 245.

A ideologia da "Jeunesse Dorée"

I

A Revolução de outubro de 1930, colocando de maneira dramática o problema da reorganização política do País, suscitou o aparecimento de numerosos livros sobre problemas nacionais. Até o ano de 1937, o interesse por esses assuntos é crescente.

Analisando-se a abundante literatura que então se formou, discerne-se na mesma a expressão de diversas tendências, cada uma delas refletindo a posição de classe de seus autores. Uma destas tendências é a que pode ser considerada como acadêmico-normativa, isto é, a de um grupo de escritores, oriundos de famílias tradicionais e abastadas, afastados das lutas partidárias e preocupados quase exclusivamente com a vida intelectual. Como representativos desta corrente, consideram-se neste estudo apenas os Srs. Alceu Amoroso Lima (Tristão de Ataíde), Afonso Arinos de Melo Franco e Otávio de Faria, muito embora, no período de 1930 a 1937, outros escritores se tenham situado do mesmo modo que os referidos homens de letras. Eles, porém, foram, no seu gênero, os que alcançaram mais relêvo na vida pública do País, entre nós, e daí o destaque aqui procedido.

O grupo em aprêço, por sua situação econômica e social brilhante, exhibe, em conjunto, os clássicos traços da psicologia da *jeunesse dorée*. Para caracterizar esta psicologia, sirvo-me, à guisa de introdução, de trecho de uma carta de Jackson de Figueiredo a Tristão de Ataíde. "Em nossa vida, meu caro Alceu" — escreve Jackson — "o que houve foi uma enorme dife-

rença de plano objetivo, de sentido externo. Se eu tivesse nascido no Rio, tivesse visto a Europa e, desde cedo, sentido a vida mais ou menos assegurada, estou quase certo que não estaria muito longe do que V. ainda é hoje em dia: um homem de plácido aspecto, de labor intenso, mas regular, cuja vida interior, porém, é o eterno drama passional, a perpétua aspiração de perfectibilidade a debater-se com os impulsos sentimentais, e o gosto amargo dos orgulhos recalçados, e a vaga desconfiança, a Barnabooth, de que não há dia de amanhã, e a incessante luta com as teias de aranha de um cotidianismo mais ou menos acariciador." (1)

Realmente, as palavras de Jackson são felizes na pintura do quadro psicológico muito freqüente na *jeunesse dorée*. isto é, naqueles estratos de intelectuais bem-nascidos, para os quais as dificuldades materiais propriamente não existem. O paradigma deles é Amiel. Por sua própria condição existencial, esses intelectuais são induzidos a um certo esteticismo diante de si mesmos e da vida, tentando a perfeição interior pela auto-análise, pelo esclarecimento, pelo exercício do domínio da vontade e, além disso, pela concepção do homem e da sociedade em termos preponderantemente psicológicos. Esses traços são iniludíveis naqueles três homens públicos, em Alceu Amoroso Lima (o proustiano das memórias de *A Casa Azul*), em Afonso Arinos de Melo Franco (biógrafo comovido de seu ilustre pai), em Otávio de Faria (o torturado da *Tragédia Burguesa e Fronteiras da Santidade*).

No período posterior à Revolução de 1930, por força das transformações econômicas e sociais que se operam na sociedade brasileira, a pequena burguesia e o proletariado, embora com escassa consciência ideológica, lutam pela busca de maior participação na esfera do poder estatal, impondo uma alteração das relações de classe até então vigentes. Diante de tais fatos, a *jeunesse dorée*, não sem angústia, recorre à indagação de ordem psicológica e intelectual. Para ela, as dificuldades da-

(1) Jackson de Figueiredo, *Correspondência*, 2.^a ed. Rio. 1946. Págs. 81-82.

quele período traduzem indisciplina mental, desordem intelectual e conseqüentemente só poderão ser erradicadas por operações psicológicas: recristinização, primado das elites letradas, melhoria do caráter nacional.

II

A recristianização como fórmula resolutive do problema brasileiro é, por exemplo, o *leit-motiv* da pregação política do Sr. Alceu Amoroso Lima. Logo depois da Revolução de 1930, em seu tratado, *Política* (uma espécie de geometria em que as fórmulas de salvação se deduzem de princípios formais eternos: o de finalidade, o de respeito às propriedades da matéria, o de participação, e o de autoridade), o Sr. Alceu Amoroso Lima expõe o seu pensamento:

“... todo regime político é função do ideal filosófico, moral e religioso de uma sociedade. Isto é, depende do que essa sociedade pensa sobre a vida, seu destino e sua razão de ser. Para modificar o governo de um povo é preciso atuar sobre sua alma, sua inteligência, seu ideal.” (2)

Essa incompreensão dos fatos sociais preside a todo o pensamento político do líder do laicato brasileiro. Todavia, é preciso observar, ela não é decorrência lógica de toda posição espiritualista. Mesmo dentro dos limites desta posição, exigências de objetividade levam os autores, entre eles, por exemplo, Max Scheler, à superação deste ingênuo idealismo de que faz plataforma o Sr. Alceu Amoroso Lima, dando lugar na causalidade histórico-social, de maneira precisa, aos fatores materiais ou reais.

Não ultrapassa o Sr. Alceu Amoroso Lima, em seu espiritualismo, o nível dos enunciados genéricos, jamais tratando dos assuntos em sua forma concreta e particular. Assim, ao abor-

(2) *Política*. 2.^a ed. Rio. 1932. Pág. 168.

dar a discussão da obra de Alberto Tôres, de um dos nossos pensadores mais objetivos apesar de seus erros de técnica científica, o Sr. Alceu Amoroso Lima procede apenas a confrontos doutrinários, parecendo-lhe tal procedimento “mais útil ao estudo da estrutura política do Brasil, do que a apresentação direta de qualquer programa de reconstrução”. (3) Estas posturas do Sr. Alceu Amoroso Lima e do seu grupo explicam a eterna frustração política e social de que têm sido vítima em nosso meio. É com referência a tais posturas que se pode invocar a observação do espiritualista Max Scheler — segundo a qual quanto mais “puro” o espírito, tanto mais impotente no sentido de uma ação dinâmica sobre a sociedade e sobre a história, (4) pois o espírito como tal não tem originariamente em si ou por sua natureza o *menor rudimento* de força ou de “eficiência” causal para dar existência aos seus conteúdos; ao contrário, insiste Scheler, fatores de realização *negativos*, ou fatores reais de seleção no âmbito objetivo do *possível*, por obra de uma motivação espiritual inteligível, são sempre as relações reais da vida, condicionadas por impulsos, isto é, a peculiar combinação dos fatores reais, das relações de poder, dos fatores econômicos da produção e das relações qualitativas e quantitativas de população, além dos fatores geográficos e geopolíticos correspondentes.

A exigência de concretidade do pensamento é uma regra imprescindível a ser observada em qualquer tentativa de orientação dos fatos. O teste de validade de qualquer pensamento não se opera de modo silogístico, pelo confronto de teses doutrinárias, mas por sua funcionalidade, pelo seu caráter necessário. O Sr. Alceu Amoroso Lima e o seu grupo e toda a *jeunesse dorée* tentaram intervir nos acontecimentos da década de trinta, apelando para fórmulas abstratas, quando mesmo uma posição intelectualista ou espiritualista não os impedia de tomar êsses acontecimentos pela raiz. Caíram, assim, numa espécie de *flatus vocis*, naquele utopismo que “morde em granito

(3) *Op. cit.* Págs. 179-180.

(4) Max Scheler, *Sociologia del Saber*. Buenos Aires. 1947. Página 14.

e se desvanecer em nada" e que Scheler identifica na proposição de fins que não afetam a existência e a transformação dos fatores reais e que não se encontram dentro do âmbito da conexão causal *própria* dos fatos.

Em 1935, num livro em que pretende julgar a Revolução, que, no seu modo de ver, falira, o Sr. Alceu Amoroso Lima insistia em que "a salvação do Brasil terá que vir muito mais da cultura e da religião que da técnica e da política", que "a regeneração política da nacionalidade depende de sua reforma moral e que o trabalho sobre as instituições só pode ser fecundo se nunca dissociado do esforço em prol dos costumes e das idéias", e proclama que "precisamos agir sobre as inteligências".

É compreensível, portanto, que esta visão *dorée* da História se transmute numa ideologia conservadora e reacionária, para a qual toda revolução é "apostasia" diabólica. A visão *dorée*, e isto não é exclusivo dela, afirma o primado do costume e da tradição, e o máximo de audácia que se permite é o reformismo, os métodos evolutivos de reforma social e política, muito distintos dos "métodos revolucionários", que o Sr. Alceu deplorava em 1936. "O que eu vejo nos processos revolucionários" — escreve — "é essa destruição da estrutura política, essa ruptura com o passado, essa insurreição contra a continuidade, a unidade, a autoridade, a ordem, a fim de construir sobre as ruínas." (4-a) Ora o que mostra a sociologia científica dos costumes e da tradição é que toda posição que os admite intangíveis é invariavelmente tendenciosa, pois que é da essência do processo histórico-social a ocorrência intermitente de alterações qualitativas, no domínio dos costumes e da tradição. Ademais, a concepção da evolução contínua no domínio histórico-social não tem suportes científicos.

Com efeito, as tradições persistem enquanto encerram algo de exemplar para aqueles sobre os quais têm vigência. A exemplaridade das tradições é, entretanto, a contraparte do papel positivo que tem no processo histórico-social a minoria que

(4.^a) Vide *Indicações Políticas*. Rio. 1936. Pág. 20.

as implantou ou que delas se beneficia. As tradições e os costumes são procedimentos organizatórios das relações humanas, e como tal precárias, nada de permanente se lhes podendo atribuir. São freqüentemente elaboradas por camadas minoritárias, propagando-se em seguida às outras camadas pela imitação. Desde Gabriel Tarde (5) até Arnold Toynbee (6) se tem mostrado, com esta ou aquela variante, a vinculação das tradições e de sua propagação e manutenção à exemplaridade dos chefes ou das minorias criadoras e, portanto, a relações de poder, relações estas que forçosamente se alteram no decorrer das transformações materiais da sociedade. Tarde, do ponto-de-vista microscópico; Toynbee, do ponto-de-vista macroscópico, apresentam em suas obras fartas ilustrações do papel racionalizador das relações de poder que se pode atribuir às tradições e aos costumes.

No caso da sociedade brasileira, falar em primado e defesa de tradições talvez seja rigorosamente, superfetação, pois, em larga margem, pode-se acolher como acertadas as observações de Alberto Tôrres. Comparativamente, somos, em larga escala, uma espécie de sociedade em branco, em matéria de tradições e costumes. Isto, por um defeito constitucional de origem. Caminhamos descontinuamente. O normal aqui têm sido os saltos. Por isso é um tanto despiciendo e livresco em nosso meio posições tradicionalistas à de Maistre, de Bonald, Burke, tão do gosto do Sr. Alceu Amoroso Lima. Somos uma sociedade sem basalto — o que, como observaria Hans Freyer — tem conseqüências espirituais. Neste terreno, como em vários outros, avulta a pertinência das observações de Alberto Tôrres, uma das quais, muito a propósito, é a seguinte:

"Nas nações novas, o fato, resultante da forma peculiar de sua exploração, é que a *sociedade* não chega jamais a constituir-se: a assimilação e a integração, obras de lento e gradual evoluir, nos velhos países, não encontram os mesmos móveis de estímulo e operação; e, pelo contrário, por entre a vizinhança, contigüidade, e uma certa comunidade, material ou moral, de

(5) Cf. Gabriel Tarde, *La Logique Social*. Paris. 1898

(6) Cf. Toynbee, *A Study of History*. Londres. 1934-39-54.

semelhanças e analogias: a língua, a religião e a raça — fios de tecedura, entre outros, na composição dos elementos vitais de associação, e forças de sua atividade solidária — são aqui dissolventes. As religiões, por exemplo, como outras agremiações, agindo independentemente do mecanismo nacional, onde se deveriam entrosar, e promovendo, sem a ação geral paralela das forças nacionais, os ideais que as animam, sob a direção de sua autoridade mundial e com a sua poderosa disciplina, contribuem para desagregar as nacionalidades.” (7)

É este um pensamento verdadeiramente induzido da observação dos fatos da vida brasileira. Pensamento em que se contém tôda uma lúcida consciência de nossa alienação lingüística, religiosa e étnica. (8)

III

O Sr. Afonso Arinos de Melo Franco é, entre nós, uma das figuras mais representativas da visão *dorée* do mundo. Pela sua participação na vida política do país parece que, ainda hoje, (8) se mantém fiel aos seus pontos-de-vista da década de trinta. Começemos pelos depoimentos que êle mesmo oferece.

“Sou um homem que, por destino, por *atavismo* (o grifo é meu, o Sr. Arinos é, como se verá, racista), por necessidade psicológica (quase que poderia dizer fisiológica), se ocupa com as idéias.” (9)

O livro de que retiro estas palavras trazia o subtítulo: *Carta aos que Têm Vinte Anos*. Dirigindo-se aos moços, que êle se propõe orientar politicamente, escreve o atual líder da U. D. N.:

“Eu já fui, como vocês, o mais mômço. E o fui por muito tempo, porque comecei sendo aquilo que as comadres copiosas

(7) Alberto Tôrres, *O Problema Nacional Brasileiro*. 1938. Páginas 94-95.

(8) Isso foi escrito em 1955.

(9) Afonso Arinos, *Preparação ao Nacionalismo*. Rio. 1934. Página 34.

de carnes e os velhos tios tolerantes, costumam chamar “um menino precoce”.

“Aos nove anos discutia Geografia com um velho — o Barão Homem de Melo — na casa do meu avô, encantado com esta inenarrável estupidez. Fui o aluno mais mômço da minha turma ginásial, e, se não me engano, o mais mômço da minha turma na Faculdade. Desde cedo inquiri, fiz noitadas intelectuais, discordei, escrevi poemas, panfletos. Depois chegou Graça Aranha e eu fui o mais mômço dos que se reuniram ao seu séquito de iconoclastas.” (10)

Tais elementos, espontaneamente oferecidos pelo Sr. Arinos, são, de fato, elucidativos da gênese de seu pensamento político. Criado em situações de classe tais que lhe permitiram ser como reconhece que é, fâcilmente se justifica a posição por êle assumida na tumultuada década de trinta, principalmente em sua primeira metade.

No domínio da teoria política, entre outras coisas, o Sr. Arinos é racista. Explica, por exemplo, que as doutrinas internacionalistas, entre as quais inclui o marxismo, são “uma consequência natural da atividade dos judeus”, os quais “são levados inconscientemente, às convicções que professam, pela voz obscura do sangue, que determina os movimentos da vocação ou da eleição do espírito.” (11) É esta, de ponta a ponta, a tese do livro intitulado *Preparação ao Nacionalismo*. Não creio seja necessário discutir esta tese pueril.

Mas o Sr. Arinos é consequente no racismo que adota. Assim é que, em 1936, publicou um livro, *Conceito de Civilização Brasileira*, cuja conclusão fundamental é a de que a sociedade brasileira só poderá ser bem governada se os seus postos diretivos forem confiados a pessoas bem-nascidas ou de sangue limpo. Na sua doutrina, são os resíduos africanos ou índios, presentes no caráter nacional, os fatores de nossa desorganização política, social, cultural e financeira. Em outra oportuni-

(10) *Op. cit.* Pág. 9.

(11) *Op. cit.* Pág. 103.

dade já me detive neste assunto e dispenso-me aqui de reexaminá-lo.

IV

Por fim, é oportuno considerar os três mais freqüentes e significativos temas da *jeunesse dorée*, através de duas famosas obras dos Srs. Afonso Arinos e Otávio de Faria, respectivamente, *Introdução à Realidade Brasileira* (Rio, 1933) e *Maquiavel e o Brasil* (Rio, 1931). Estes livros retratam bem a perplexidade da *jeunesse dorée* em face da realidade e ainda o quanto há de ocioso e extravagante na "cultura" dos escritores desta camada social. Explica-se, aliás, o fato. Trata-se, em geral, de pessoas que formam uma "cultura" quase exclusivamente pela leitura, recebendo as idéias prontas e desconhecendo as condições objetivas de que se originaram. Tendem, assim, a conceber o mundo como uma ordem ideal, por excelência, de que seria reflexo o mundo material. A gratuidade destes escritores é, ainda, o correlato da gratuidade mesma de suas vidas, principalmente na fase juvenil em que se estão formando mentalmente e quando, por suas condições de classe, permanecem por assim dizer distantes das chamadas questões práticas da vida. São estas facilidades materiais que desfrutam que lhes permitem aparecer, diante de avós, pais e amigos e mesmo do público, como gênios, ou seja, como indivíduos portadores de um saber desproporcional às suas idades. Os escritores *jeunesse dorée* são sempre muito pródigos na publicação de livros e, cedo, adquirem êsse prestígio público, que decorre da publicidade em tôrno de seus cometimentos em letra de fôrma.

Há, assim, uma explicação para a autoridade que logo adquirem como porta-vozes e mentores. Favorecem-lhes, neste sentido, a incultura geral de nosso público e o despolicamento crítico dominante em nossos meios literários e científicos.

Note-se que é preciso distinguir a ociosidade, de que se falava acima, da ociosidade no sentido em que o termo foi utilizado por Thorstein Veblen, de que podem resultar formas positivas de sociabilidade.

Ora bem, os três temas a que aludíamos são: o da interpretação de nossos problemas em termos de psicologia nacional; o da salvação do País pelos intelectuais e pelas elites; o da redução do problema político a um problema moral.

Diante das transformações que testemunhava nos primeiros anos da década de trinta, principalmente diante da alteração das relações de classe que então se esboçava, consubstanciada na ascensão à esfera do poder de elementos da pequena burguesia, a *jeunesse dorée* foi obviamente assaltada de angústia, temores, pessimismo e de nostalgia dos "velhos bons tempos" da sociedade imperial em que dominavam as oligarquias latifundiárias.

A *jeunesse dorée* é monarquista.

Escreve Otávio de Faria em 1931: "Que a Monarquia tenha sido muito superior à República, não resta dúvida. Mas por pior que tivesse sido, não teria conseguido de modo algum ser mais lastimável do que êsse grande desastre a que assistimos: a nossa experiência republicana." (12) E o Sr. Afonso Arinos em 1933: "No Brasil, as classes dirigentes da República pouco a pouco foram baixando do alto nível intelectual que caracterizava essas mesmas classes sob o Império" (13) e passa, em seguida, a recordar que "naquele tempo o Brasil possuía uma certa ordem intelectual e dela decorria a estabilidade da vida social do Império." (14) Nada mais compreensível, pois, que êsses autores fôssem pessimistas no momento em que falavam e que, como Otávio de Faria, vissem naquele período germes de futuras catástrofes, pois não atentavam mesmo com nenhuma referência que lhes orientasse no meio do que consideravam o caos.

Vejamos, entretanto, como tentaram interpretar o momento que viviam. Dissemos, anteriormente, que uma das direções de suas tentativas de interpretação foi no sentido do que

(12) Otávio de Faria, *Maquiavel e o Brasil*. 2.^a ed. 1933. Pág. 132.

(13) Afonso Arinos, *Introdução à Realidade Brasileira*. Rio. 1933. Pág. 45.

(14) *Op. cit.* Pág. 48.

acreditavam ser as tendências da psicologia nacional. Sabe-se que é corrente a atribuição de aspectos da vida dos povos a entidades místicas tais como "alma nacional", "espírito nacional", "ethos" coletivo. É corrente nos meios populares, mas também entre os que se consideram doutos. Estes pontos-de-vista caracterizam, aliás, certa pseudociência em que excellem Spengler, André Siegfried, Keyserling, Salvador Madariaga, Ruth Benedict, Margaret Mead e outros antropólogos norte-americanos que têm usado a noção de "ethos". Sem pretender, aqui, descer a uma discussão pormenorizada desta falácia, observemos que esses autores tomam um estágio transitório da psicologia coletiva como definitivo; ou confundem uma condição faseológica de um povo com a sua própria natureza. A História está repleta de exemplos de mudanças radicais na psicologia dos povos, quando passam de uma etapa de desenvolvimento para outra, e nem por isso desaparece aquela pseudociência. Basta refletir, neste sentido, na considerável mudança psicológica ocorrida entre os povos europeus quando, por força de transformações concretas, ultrapassam o estágio feudal.

Nossos autores viram nos acontecimentos dos primeiros anos da década de trinta a incidência de caracteres intrínsecos e imutáveis da psicologia nacional. Não precisamos enumerá-los todos. Para dar idéia da indigência técnica e científica desses autores, é bastante mencionar que, entre outras coisas, atribuíam a convulsão que vinha de se operar no País, ao mero capricho do povo. Dizia Otávio de Faria: "Mudar por mudar, para ver. Mudar por mudar... para mudar." (pág. 188). Para o escritor, somos um povo jogador, que acredita no acaso, de vez que, observa, o "acaso" e o "imprevisto" "têm presidido a nossa formação". Se Deus marcou o Brasil com algum sinal especial — diz ele — foi certamente por essa tendência ao jogo que talvez ainda nos venha a dar "grandeza" no futuro (pág. 191). E, denunciando a origem puramente literária de suas convicções, continua Otávio de Faria: "No "Nôvo Apocalipse" que Rozanof profetizou, talvez o Brasil encontre uma atmosfera própria para viver a sua paixão pelo jogo, essa sua necessidade de arriscar o futuro num golpe de sorte, esse seu messianismo de quem realmente nunca teve um messias e quer tê-lo a toda força." (pág. 191). E o Sr. Arinos adota o mesmo ponto-de-vista,

quando em 1936, diz: "o sentimento do acaso, do imprevisto, herdado do índio, junto à esperança permanente na proteção de forças desconhecidas e inacessíveis, eis o que faz do brasileiro esse povo espantosamente jogador." (15)

Para esses intérpretes não há, portanto, leis sociais objetivas. Há o acaso. Há o herói. Eis por que "na grande falta de "heróis" que asfixia a História do Brasil", na ausência de "homens de exceção", o remédio, para o Sr. Otávio de Faria, é apelar para Maquiavel.

Como forças configuradoras da sociedade só existiriam os intelectuais e as elites. Coerentemente, portanto, Otávio de Faria escreve: "O grande esforço nesse momento no Brasil parece-me que tem que ser procurar o mais possível... criar uma grande elite de cultura e ciência, capaz de ir aos poucos dominando de tal modo que a influência sobre a grande massa irá cada vez se tornando mais fácil. Civilizar os que estão em estado de compreender — em vez de pensar em obrigar à cultura uma massa ainda entregue a necessidades mais elementares que lhe tomam todo o tempo e lhe absorvem todo o interesse." (pág. 270).

Aí se exhibe, em toda sua crueza, o aspecto parasitário da *jeunesse dorée* e o alto conceito que ela tem de si própria, para não falar no desprezo que dedica à plebe. Haverá quem tenha dificuldade em perceber a intencionalidade (acredito inconsciente no autor) a intencionalidade de tais pontos-de-vista? Por sua vez, o Sr. Arinos sustentava tese semelhante: "... o poder aos intelectuais, o governo aos doutores (o grifo é meu—G.R.) porque assim é que foram governados na antiguidade e que são governados modernamente os países bem governados." (pág. 50). Quanta ignorância de História, de Economia, de Sociologia!

Evidentemente, não me detenho nesses autores para discuti-los como homens de ciência. Suas obras devem ser utili-

(15) Afonso Arinos, *Conceito de Civilização Brasileira*. 1936. Pág. 158.

zadas como material subsidiário, por assim dizer clínico, para a compreensão do que os antropólogos norte-americanos (Linton, por exemplo) vêm chamando de personalidade estatutária, isto é, para estudar a psicologia específica de um estrato restrito da sociedade, num dado período. Porque na verdade, eles não têm treino científico e, por isso, em suas obras nada mais fazem além de manipular sentimentos, regras de conduta, imagens habituais em seus círculos. O rumo do presente trabalho seria outro se estivéssemos examinando o valor propriamente científico dos livros aqui mencionados. Teria, por exemplo, de apontar o rosário de agravos à Ciência e à História que o Sr. Arinos comete.

Em torno da função dos intelectuais e das elites correm, no Brasil, equívocos que necessitam ser desfeitos.

Nos trabalhos desses dois escritores, por exemplo, principalmente não se precisa o que sejam os intelectuais. Provavelmente, para o Sr. Arinos, o intelectual é a pessoa que publica livros, portadora de "visão sintética e panorâmica, com o hábito das idéias gerais" e possuidora de grau de doutor. Exclui o nosso autor os técnicos deste círculo. "Os técnicos, diz o Sr. Arinos, são os homens que preparam o terreno sobre o qual vão agir os intelectuais de formação mais universal, mas nunca devem enfeixar nas mãos o poder de exercício." (págs. 47-48).

Vê-se, assim, o caráter ingênuo da concepção de Governo do Sr. Arinos. É uma concepção que chega mesmo a ser infantil. Não me parece necessário demonstrar a arbitrariedade desta noção de intelectual nem tampouco a carência de veracidade histórica das afirmações sobre o domínio dos intelectuais no governo dos povos. Evidencia-se aí lastimável desconhecimento mesmo de rudimentos de História universal. Pois, Governo de intelectuais é coisa extremamente rara na História e o que nesta avultam são os fatos que marcam freqüentemente a posição secundária dos intelectuais nos grupos dirigentes.

Parece também que esses defensores de Governos de elites confundem elites com classe dirigente. Esta confusão é textual em obras do Sr. Arinos. Diz êle:

"Localizaremos, preliminarmente, aquilo que, na ação dos intelectuais, ou antes, na sua omissão, se me afigura ser a causa essencial de onde provém a nossa desordem intelectual. Tenho para mim que esta causa é o fato de que a "elite" intelectual no Brasil não teve senão uma parte mínima e secundária no exercício do poder republicano, e, o que é pior, por desintere-se ou por cepticismo, não reivindicou a parte importantíssima que lhe cabia, por direito, neste exercício. Explico-me melhor. No Brasil, as classes dirigentes da República, pouco a pouco, foram baixando do alto nível intelectual que caracterizava essas mesmas classes sob o Império." (págs. 44-45).

Se o Sr. Arinos lesse os textos autorizados, ou se os estudasse, ou melhor, se desconfiasse um pouco de suas opiniões e quisesse ser rigoroso em seus escritos, não cometeria esses erros elementares... de simples lógica, uma vez que êle não pode ser enquadrado como especialista de nenhuma ciência.

Existe, como já observara Gaetano Mosca em sua obra clássica, (16) em toda sociedade, uma minoria que governa e a maioria que é governada. A minoria monopoliza o poder e desfruta suas vantagens e não é necessariamente constituída de intelectuais. Aliás, muito raramente o é. Ela tem sido constituída com mais freqüência de guerreiros ou militares, de nobres, de sacerdotes, de homens de negócio. As elites, portanto, se recrutam preponderantemente entre os governados e escassamente entre os que constituem a minoria dirigente. Além disso, a elite não é só a *intelligentia*. Há outros tipos de elite: a política, a religiosa, a artística, a moral, a organizadora, com as suas inúmeras diversificações.

Mas a principal falácia da tese da salvação pelas elites consiste em conceber as relações sociais como relações racionais, em atribuir aos fatores intelectuais um papel modelador do processo histórico-social. Esta é uma ilusão de pensadores do século XVIII, inteiramente superada. Graças a contribuições de Tarde, Pareto, Marx, Mannheim e outros, formou-se uma

(16) Gaetano Mosca, *The Ruling Class*. Londres 1939.

sociologia da intelectualidade que vem mostrando cientificamente a incidência de fatores irracionais, emocionais, ideologias, interesses, costumes e de outras forças mais ou menos espontâneas da vida social no condicionamento das “verdades intelectuais” e “culturais”. Toda *jeunesse dorée* negligencia esses problemas e apresenta ingenuamente como definitivos, gerais, universais, as suas ilusões de classe, os pontos-de-vista de sua perspectiva limitadíssima.

A sociologia, o pensamento político da *jeunesse dorée* tem o seu substrato nos estereótipos ditados pelo bom senso — eterna vítima das aparências sociais.

Tudo isto mostra que a “elite” não é uma boa palavra. Já é tempo, talvez, de arquivá-la, tais as distorções que ela tem sofrido em seu uso vulgar.

A redução do problema político a um problema moral é consequência lógica de toda concepção intelectualista do processo histórico-social. A tese do *caráter nacional* e a da salvação pelas elites se articulam, coerentemente, no projeto de tratar os problemas sociais através da reforma moral do homem.

O Sr. Otávio de Faria exprime lapidariamente esta superestimação do aspecto moral dos problemas sociais. Diz êle: “É da reforma do “homem” que é preciso cuidar, antes ou concomitantemente com a reforma do “homem brasileiro”. É o homem que é preciso atacar e cercar, dominar e corrigir, orientar, vigiar, para que depois o homem, no Brasil, possa ser honesto diante do Estado, útil à sociedade, capaz na sua vida de família, forte diante de si mesmo. Uma coisa não pode vir sem as outras. O edifício não se erguerá se não tiver fundamentos”. (pág. 210).

Não é difícil ver por trás deste normativismo a implícita admissão de que a estrutura política e social de base latifundiária, até então dominante, não estava em questão. Em nenhum momento das obras desses escritores reponta qualquer referência que denunciasse a percepção da mudança que se estava efetivando naqueles anos. Dirigem-se, ao contrário, para a abordagem dos temas que Augusto Cornu chama de justifi-

cação e apologética, pois a tanto corresponde o sentido essencial das obras desses escritores, o qual pode ser assim resumido: *A estrutura econômica e social, na qual a classe dirigente era constituída de grandes proprietários de terras, devia conservar-se imutável, sendo imorais e satânicas as tendências que laboravam por sua transformação qualitativa.*

O Inconsciente Sociológico

(Estudo sobre a Crise Política no Brasil,
na Década de 1930)

I

Nos últimos vinte anos adquiriram prestígio, aos olhos do público, certos estudos que se rotulam de "sociológicos" e "antropológicos". Os autores desses estudos timbraram sempre em exibir muita erudição e um conhecimento de técnicas de pesquisa que diziam constituírem a última palavra em ciência social. Então passaram a, aberta ou indiretamente, empeque-necer as contribuições dos estudiosos dos problemas brasileiros que os tinham precedido. Além disso, afirmando serem a "Sociologia" e a "Antropologia" ciências cuja prática exigia treino especialíssimo, desestimularam muitas pessoas pudicas e, entretanto, capazes de contribuir para o esclarecimento de nossas questões. Resultou de tudo isto que ficaram sem merecida atenção numerosas obras de valia, só porque seus autores não se diziam nem "sociólogos", nem "antropólogos".

É o caso, por exemplo, de obras de autores como José Maria dos Santos, Azevedo Amaral, Virgínio Santa Rosa, Martins de Almeida, Caio Prado Júnior e outros. Mesmo um Oliveira Viana, nos meios "sociológicos" mais exigentes, era olhado de soslaio por esses "cientistas", os mesmos, aliás, que contestam a importância de Sílvio Romero, Euclides da Cunha e Alberto Tôrres, na opinião deles, carecentes de rigor metodológico.

Entretanto, até agora, não se conhece nenhuma contribuição dessa "sociologia" e dessa "antropologia" para o esclareci-

mento de qualquer aspecto da vida brasileira. Os profissionais desse domínio não têm ido além da elaboração de glosas de temas tratados no estrangeiro ou de livros para divertimentos e "sorriso da sociedade", como *Casa Grande & Senzala*, *Sobrados & Mocambos* e outros, mais "antropológicos" que "sociológicos", onde freqüentemente campeiam os enunciados mais bizarros, confusos, nada respeitosos das regras do pensamento rigorosamente objetivo.

Por outro lado, quanta objetividade, em larga margem, nos estudos de um Azevedo Amaral, de um Virgínio Santa Rosa, de um Martins de Almeida, para falar, apenas, daqueles que se preocuparam com a nossa crise na década de trinta. Esses autores muito acertaram porque seguiram o caminho empírico-indutivo na elaboração de suas idéias. Não quero dizer que não sejam passíveis de restrições. Como era natural, num ambiente como o nosso, naquela época, não puderam ficar totalmente indenados contra os equívocos da ciência oficial e seus acertos aparecem de permeio com grosseiros erros de observação. O principal desses erros decorre da confusão em que incidem, muitas vezes, da condição com a natureza. Eles também incorrem no psicologismo e carecem de uma teoria social orgânica, mas, apesar disso, se incluem entre os que melhor exprimiram as tendências objetivas do momento que viviam. Muito se ganhará, porém, no estudo dos acontecimentos daqueles anos com a consulta às suas obras, pois constituem o mais bem sucedido esforço de teorização dos fatos ocorridos naquela faixa de tempo. Constituem, assim, elo da ciência brasileira, da teoria social brasileira que se vem formando, por acumulação, através de João Ribeiro, Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Alberto Tôrres.

II

"Em lugar de pensarmos os nossos pensamentos, são os nossos pensamentos que nos pensam", diz um deles, Martins de Almeida, que, não tendo as categorias técnicas para descrever o desenvolvimento objetivo e necessário da sociedade brasileira se reporta ao que chama de inconsciente sociológico.

Ele percebe que existem "fôrças ocultas" que dirigem inexoravelmente o processo histórico-social e que os pensamentos, as idéias, são fatores componentes, integrantes e não determinantes, das situações sociais.

Em 1932, escrevia Martins de Almeida em *Brasil Errado*: "Sentimos que o País precisa sair desse estado de retenção material, de continência nas relações de produção. Da insatisfação de nossas necessidades concretas resulta um mal-estar generalizado. Freudismo do nosso inconsciente sociológico pelos recalcamientos de ordem material." (1)

Há, sem dúvida, aí, impropriedades de terminologia, mas apreciável argúcia na apreensão do fato básico subjacente à crise dos anos trinta: o fato da tensão entre dois estatutos de produção. Vou proceder a uma seleção de fragmentos deste livro, certo de que a sua leitura iluminará os acontecimentos que se prendem à Revolução de 30. Este procedimento é, aliás, compulsório, visto que o autor não expõe concatenadamente um tema e se exprime de modo aforístico.

"Só agora começamos a ver, a perceber que somos solicitados por todos os lados por novas e variadas fôrças produtivas em tendência para uma nova estável economia. As relações absorventes da propriedade cafeeira já estavam entretendo o desenvolvimento de outras produções." (Pág. 25).

"Basta olharmos o desenvolvimento de nossas instituições políticas para chegarmos à conclusão de que já deveria ter-se dado a eclosão plena da fase industrial nos centros urbanos." (Pág. 36).

"A nossa sociedade, na parte do seu psiquismo superior, vive em manifesto desacôrdo com a nossa vida produtiva." (Pág. 37).

"Hoje vemos o nosso país amadurecido para profundas reformas. Dentro dos quadros políticos em que está fechada

(1) Martins de Almeida, *Brasil Errado*. 2.^a ed. Rio. 1953. Página 50.

ainda em nossos dias a vida nacional, já esgotamos tôdas as nossas possibilidades." (Pág. 40).

"...aquêlo movimento revolucionário se justifica tirando os seus fundamentos do estado quase anárquico de coisas que reflete o desencontro do espírito de uma minoria dominante com a realidade social do País...". (Pág. 41).

"...em todo o caso, nas brechas abertas pelo movimento revolucionário outubrista, os anseios e aspirações da pequena burguesia, das classes médias rurais, das camadas inferiores da nossa sociedade fizeram sentir viva, mas impotentemente, a sua insatisfação contra a ordem de coisas que se calça na vontade dos grandes proprietários da terra." (Págs. 41-42).

"Ninguém pode duvidar que, em nossos dias, grandes reformas estão sendo elaboradas muito abaixo da superfície da vida nacional pela meia inconsciência da massa popular." (Pág. 44).

"É o conteúdo social que conforma as instituições e não as instituições que conformam o conteúdo social." (Pág. 46)

"Um dos aspectos mais característicos do nosso país é essa desconformidade de etapas evolutivas de nossa economia geral dentro da mesma unidade de tempo." (Págs. 48-49).

"Não temos a grande densidade de industrialização em cujo ambiente se aviva o instinto proletário, se fortalece o sentimento de classe, se solidificam os laços de solidariedade." (Pág. 48).

"Não temos ainda um mercado nacional pròpriamente dito, mas pequenos mercados locais independentes uns dos outros." (Pág. 48).

"Precisamos preparar o Brasil para um nôvo processo de produção, para uma melhor organização da riqueza." (Página 50).

"...sem ideologias políticas, sem correntes organizadas de opinião, sem formação tipicamente partidária, sem agremiação de classe, sem sindicalismo, temos apenas o chefe eleitoral, o mandão, o cacique." (Pág. 87).

Evidencia-se em tais excertos o caráter empírico-indutivo do pensamento do autor. Na tarefa que me propus de proceder ao estudo da evolução da teoria da realidade brasileira, contribuições como a de Martins de Almeida, embora não sistemáticas, não podem deixar de merecer registro. Elas marcam o avanço do pensamento nacional no sentido da maturidade. Naqueles fragmentos pode-se fazer um flagrante dos aspectos mais positivos do livro *Brasil Errado*, os quais consistem na percepção do condicionamento objetivo do pensamento, no entendimento de que a crise daquele período era reflexo de transformações que se estavam processando em nossas relações de produção e de classe e, ainda, do descompasso entre a nossa organização institucional e político-partidária e as condições materiais do País.

III

No mesmo quadro de objetividade e com os mesmos caracteres metodológicos, situam-se as obras de Virgínio Santa Rosa, *O Sentido do Tenentismo* (Rio, 1933) e de Azevedo Amaral, *O Brasil na Crise Atual* (Rio, 1934), e *A Aventura Política do Brasil* (Rio, 1935).

O Sentido do Tenentismo é um dos livros mais lúcidos sobre a Revolução de 1930 e documento importante de nossa sociologia política, pois, com apreciável exatidão, descreve as forças de que resultam aquele acontecimento. Os méritos deste livro ressaltam quando se considera que foi escrito nos mesmos dias em que os escritores *jeunesse dorée* elaboravam os seus. Enquanto estes últimos embaralhavam-se no subjetivismo e se deixavam obnubilar pela nostalgia dos “bons velhos tempos”, Virgínio Santa Rosa e outros discerniam, na confusão ocasional, o futuro, necessariamente melhor do que o presente e o passado. Diagnosticou certo, Virgínio Santa Rosa, quando encarceu, como fator importante da Revolução, a diferenciação de classes que se operava na sociedade brasileira e de que decorria particularmente uma pequena burguesia relativamente numerosa e pauperizada. Era essa pequena burguesia, muito heterogênea e incipiente, que, embora sem “uma ideologia definida” (pág. 41), “forçava” a “sua entrada nos quadros polí-

ticos” (Pág. 45). Entretanto, “a ausência de uma consciência de classe entre os pequenos burgueses pôde permitir que o problema social, que começava a surgir com desusada violência na vida nacional, fôsse transportado para o terreno meramente político” (Pág. 42). A Revolução de 30 efetivamente frustrava-se, pois em última análise, dela vinha resultando apenas “uma reforma de superfície, realizada no terreno exclusivamente político e respeitada a subestrutura social” (Pág. 93).

IV

A observância das boas regras empírico-indutivas de pensamento é também notória nas obras de Azevedo Amaral, de todos os escritores desse período, o mais complexo e completo. Isto não quer dizer que mereça aceitação global o sentido genérico dos trabalhos deste estudioso. Rigorosamente, em sua obra terá que se selecionar, por entre vários enganos, os grandes acertos. Este escritor foi muito fiel ao tema da realidade brasileira durante toda a sua vida produtiva. Em 1930, publicava *Ensaio Brasileiro*, em que, ao lado do tributo que pagava ao racismo, ao biologismo, já repontam diretrizes metodológicas corretas que lhe vão assegurar posição de relêvo na sociologia nacional. Deste livro são os seguintes excertos:

“Tôdas as transformações das formas orgânicas da sociedade e as múltiplas expressões do seu dinamismo refletem as relações do homem com o ambiente físico, relações que se traduzem primacialmente no caráter dos métodos técnicos de produção, isto é, nos meios pelos quais cada sociedade tira da terra e das forças naturais os recursos para satisfazer não apenas o instinto alimentar, mas também os outros que nêle se enraizando formam o conjunto da psiquê humana.” (Pág. 19).

“Partindo da noção de que a fisionomia de cada uma das fases evolutivas da humanidade é definida pelas inversões técnicas, em que se reflete o grau de adiantamento científico da época e das quais resultam modalidades peculiares da produção, encontraremos nas sucessivas etapas da civilização moderna os sinais inequívocos da correlação entre aquele progresso

científico e econômico e as diretrizes que foram sendo impostas às expressões da cultura intelectual e moral das sociedades bem como aos aspectos políticos da sua organização." (Pág. 25).

Azevedo Amaral procurou explicar os acontecimentos dos anos críticos da década de trinta à maneira por assim dizer historicista. Ele via no presente a incidência do passado. A tese fundamental que sustenta é a de que a evolução brasileira sofreu perniciosa distorção, isto é, mudou de sentido com a vinda de D. João VI. O Brasil no regime colonial teria adquirido personalidade coletiva característica, mas, a partir de 1808, começou a perdê-la através de um processo desnacionalizante. Nos últimos decênios do Século XVIII, o Brasil "já havia atingido um nível de progresso, no qual existiam forças autóctones, que podiam assumir a responsabilidade exclusiva da evolução ulterior do País." (2)

Referindo-se àqueles decênios, diz o autor: "...o Brasil, sob o ponto-de-vista do seu desenvolvimento era uma nação econômica tão independente quanto as condições da época o exigiam para a emancipação de elementos exteriores. O surto da indústria, que pouco depois se esboça principalmente na Província das Minas, caracteriza nitidamente esse momento decisivo do alvorecer da nacionalidade, capaz de manter-se a si mesmo e dirigir os seus destinos com os recursos que o trabalho do seu povo retira do imenso potencial econômico da terra. Desde o princípio do século XVIII, Portugal não é mais metrópole no sentido preciso dessa expressão. É apenas um parasita traumático que se sustenta de energias de um forte organismo economicamente emancipado. O governo metropolitano não presta ao Brasil nenhum serviço. A administração iniciada em 1547 com a fundação do Governo Geral e cujas finalidades, como temos demonstrado, eram exclusivamente econômicas de nada mais serve como aparelho propulsor e coordenador das atividades produtoras do Brasil. As outras funções do Estado são exercidas ineficaz e precariamente. A defesa da sociedade contra os seus inimigos internos realiza-se por inter-

(2) Azevedo Amaral, *A Aventura Política do Brasil*. Rio. 1935, Pág. 127.

médio das forças conservadoras, que nela própria se elaboram. A proteção das fronteiras, sobretudo no setor meridional, onde mais intenso é o perigo suscitado pelas repercussões dos conflitos europeus a que Portugal era arrastado, corre exclusivamente por conta dos colonos que continuam a lutar sozinho, como já haviam pelejado sem amparo da metrópole com franceses e holandeses." (Pág. 128).

Mas este sentido econômico da evolução do País é destorcido pela implantação de uma "superestrutura suntuária", após a vinda de D. João VI. Daí em diante, passa a adquirir importância no curso dos acontecimentos a influência de uma classe "politicante", divorciada dos interesses da terra.

A nova classe "politicante" se constitui, primacialmente, de elementos que até então eram marginais na estrutura social. Na sociedade colonial não havia lugar para os "politicantes", pois que ela se "desenvolvia sob a influência benéfica do ambiente formado pela criação progressiva da riqueza". Ela era "uma coletividade trabalhadora na qual não havia propriamente elementos parasitários porque a própria classe proprietária da terra e exploradora do trabalho escravo participava ativamente das atividades econômicas, intervindo nelas por uma forma que seria injusto não qualificar de trabalho." (Pág. 129).

Mas a partir de 1808, entre a "classe onerada com as responsabilidades da direção do trabalho coletivo" e as "massas escravas" se intercala uma camada de indivíduos alheios "ao sentido da evolução da coletividade", que se mantinham principalmente "pelo exercício de funções sociais mais ou menos parasitárias". Para o nosso autor, tais indivíduos, aos quais repugnava "o trabalho sistemático e disciplinado", mantinham-se afastados da "classe das grandes atividades produtoras, em que se exprimia o dinamismo econômico da sociedade colonial" (Pág. 161), e abraçavam as profissões urbanas, inclinavam-se ao "exercício dos cargos subalternos da administração e da justiça, dispunham-se ao redor do Estado como parasitas, para viver das migalhas do que era sugado pelo fisco às grandes forças ativas da nacionalidade. O clero ia recrutando uma boa parte dos seus membros nesse grupo parasitário, onde também não

raro se observava a tendência ao cultivo das letras, prenúncio do beletismo do século XIX, que viria a florescer na mesma simbiose com o burocratismo e a indolência daqueles precursores.” (Pág. 162). Esta classe veio a ter funções dirigentes na sociedade brasileira depois da chegada da família real e se caracterizou especialmente “por uma febril atividade política” e chegou mesmo a mudar o rumo da formação colonial, instalando no País um “Estado político”.

A classe “politicante”, “destituída do sentido econômico”, não era formada por trabalhadores, nem por organizadores e dirigentes do trabalho, mas por elementos parasitários que viviam em permanente instabilidade”. Diz Azevedo Amaral:

“Esta classe não tinha o seu núcleo predominante, como geralmente se acredita, nos elementos agrícolas preponderantes principalmente nas zonas litorâneas e nas terras do *hinterland* que delas mais se avizanhavam. Desde o fim do século XVII, o eixo da economia brasileira não era mais o combinado da casa grande e da senzala, como expressão da hegemonia agrícola. Para a zona da mineração se deslocara o primado econômico. No altiplano ao longo do leito dos rios, onde se ocultavam o ouro e os diamantes e nos campos auríferos e nas terras das pedras preciosas, é que se formava a nacionalidade, tendo os seus predestinados dirigentes nos pioneiros da industrialização que teria de sair das minas.

“A trajetória do desenvolvimento histórico do Brasil estava nitidamente traçada. A mineração do ouro e dos diamantes seguir-se-ia a metalurgia do ferro, já esboçada em tentativas rudimentares e ensaiada nos primeiros anos do século XIX por Câmara Bittencourt, dentro das linhas do grande plano econômico do Conde de Linhares. Como a formação da indústria pesada, as manufaturas que aliás já haviam surgido na primeira metade do século XVIII, teriam um surto definitivo. O Brasil faria a sua independência política integrado no círculo da revolução industrial, precipitada pelo uso do vapor como força motriz. Seríamos uma nação emancipada, diante da qual se abririam perspectivas análogas às que renunciaram aos Estados Unidos uma posição de grandeza, como nenhum outro povo atingira nos tempos históricos.

“Em vez de nos separarmos da metrópole, organizando um Estado com inconfundíveis finalidades econômicas, de cuja realização nos adviria mais tarde um autêntico poder político, começamos a nossa vida de nação independente repetindo em terras americanas a tragicomédia portuguesa da subalternidade ao poder econômico estrangeiro, mal disfarçada com a pomposa aparelhagem de um Império que não podia imperar”. (Págs. 175-176).

Azevedo Amaral vê a “causa determinante da Revolução de 30 no “colapso dramático dos preços do café em 1929”, e a considera como o “epílogo da nossa aventura” política, como um começo de volta ao sentido econômico da evolução do país, que demandaria “uma obra de verdadeira reconstrução de instituições.” (Pág. 227). “Os revolucionários de 1930” — diz o autor — “foram os destruidores involuntários e dir-se-ia providenciais desse organismo monstruoso, que entrara em dissolução pelo efeito irresistível das suas contradições com os interesses vitais da nacionalidade.” (Pág. 229).

É fácil concluir que esses pontos-de-vista implicam como solução da crise dos anos trinta “a transformação do Estado político em Estado econômico, isto é, a adoção de finalidades e métodos de governo, tendentes a promover a solução dos problemas práticos que se apresentam no conjunto da realidade nacional, em substituição às atividades que têm caracterizado o exercício do poder público no Brasil.” (Pág. 230). E termina o seu livro, *A Aventura Política do Brasil*, com estas palavras:

“A aventura política do Brasil conduziu-nos afinal a uma situação, em que o caráter premente da organização da economia pública por forma a permitir-nos o aproveitamento do potencial do País para transformá-lo em riqueza atual impõe-se aos observadores de inteligência mais medíocre. A premência desse problema induziu o legislador constituinte de 1934 a incluir no novo estatuto político um dispositivo, mandando levantar um plano de organização econômica nacional. A idéia é sem dúvida excelente. Mas para realizá-la, é preciso preliminarmente construir o Estado com um sentido diferente daquele que até agora apresentou. Substituir o Estado político

pelo Estado econômico, orientado e dirigido exclusivamente pelos órgãos representativos das forças produtoras da nação, é preliminar imprescindível ao desenvolvimento de qualquer plano eficaz, para coordenar as energias do Brasil em uma utilização proveitosa dos seus recursos naturais”.

V

É nos textos destes livros que se encontra, apesar do intuitivismo de seus autores, a explicação sociológica mais objetiva dos acontecimentos políticos da década de 1930.

No que diz respeito a Azevedo Amaral, afirmo tranquilamente, sem receio de contestação, que nenhum publicista da época o excede em objetividade e rigor. Para entender esse período da vida política do Brasil, de 1930 a 1945, nenhum estudioso mais útil do que Azevedo Amaral. Oliveira Viana mesmo não alcança a profundidade dos estudos de Azevedo Amaral, nem a sua segurança intelectual na aplicação ao estudo do Brasil do saber sociológico. Quanto aos “sociólogos” e “antropólogos”, que nesta época estavam em moda, não passavam de literatos ou beletistas, disfarçados em homens de ciência.

O que prejudicou o sucesso e o reconhecimento da obra de Azevedo Amaral foi, de um lado, a sua falta de *status* acadêmico e, de outro lado, a sua ostensiva participação no trabalho ideológico de justificação do Estado Novo, ao lado de uma legião de escritores sem escrúpulos e da pior catadura moral e intelectual, beneficiários das facilidades governamentais e das verbas do DIP.

Com efeito, Azevedo Amaral não teve, como seu irmão Inácio Azevedo Amaral, ex-reitor da Universidade do Brasil, *status* acadêmico e, assim, não pôde exibir nos seus livros aqueles títulos que, em nosso meio, têm tanta importância no credenciamento dos escritores. Além disso, tomou posição franca em favor do Presidente Vargas, sobre quem escreveu numerosos estudos.

Mas, hoje, ao reler os trabalhos de Azevedo Amaral ninguém pode furtar-se à verificação de que nêles está presente o

estudioso mais lúcido e competente da década de 1930, colocando-se sua obra ao lado da de Alberto Torres, muito mais merecidamente do que a de Oliveira Viana.

Quem estudar as obras de Azevedo Amaral, tais como *Ensaíos Brasileiros* (1930), *O Brasil na Crise Atual* (1934) e *Aventura Política do Brasil* (1935), verá que a sua posição em face do Estado Novo, instalado com o Golpe de 1937, foi perfeitamente lógica. Ele não foi um régulo do Estado Novo, mas talvez, o único teórico político respeitável daquela fase de nossa evolução.

O Estado Novo marcou, de fato, um período positivo de nossa economia. Azevedo Amaral viu, acertadamente, o Estado Novo como imposição de nossa trajetória econômica. Diz êle, em *O Estado Autoritário e a Realidade Nacional*, livro em que procura formular a ideologia do Estado Novo:

“Os efeitos econômicos das restrições ao comércio internacional acanhavam o movimento de expansão do mercado interno cujo alcance econômico entretanto aumentava, à medida que os fatores em ação na economia mundial iam avolumando os obstáculos à colocação dos nossos produtos exportáveis nos mercados estrangeiros.” (Pág. 50).

Esta observação formulada em 1938, quando o autor vivia ainda os acontecimentos que caracterizavam o período do Estado Novo, dá a medida de sua capacidade para apreender o “determinismo sociológico” dos fatos políticos.

Com efeito, a análise econômica confirma hoje, em toda a linha, este ponto de vista de Azevedo Amaral.

O Estado Novo foi, no plano político-estatal, o reflexo da crise do café iniciada em 1929. Aos estoques acumulados desse produto não se apresentava a possibilidade de exportação, não só em virtude da depressão como ainda por força da restrita elasticidade da procura do produto. Este último fenômeno — a escassa elasticidade de demanda externa do café — impede que o valor de nossas exportações aumente, mesmo quando os países importadores se recuperam economicamente a partir de 1934. Na década de trinta, a cotação internacional do café

segue linha de declínio, permanecendo numa baixa estável apenas de 1933 a 1937. O preço do café que, entre 1920 e 1929, se mantivera em torno de 47 centavos de dólar por libra, baixara em 1937 para 25,5 centavos. Além disso, o consumo do produto pouco se alterava. Em 1937 era 13,1 libras *per capita*, enquanto entre 1920 e 1929 se mantivera em torno de 12 libras.

É óbvio que outros fatores são discerníveis no processo de que resulta o Golpe de 37 e, por conseqüência, o Estado Novo, mas o principal deles é o impasse criado pela perturbação acima descrita sumariamente, em nossas relações de intercâmbio. Este impasse forçava a reorientação dos fatores de produção no sentido de uma substituição de importações, no sentido da expansão da produção interna para o mercado nacional. Esta tendência centrípeta de nossa economia não era nova. Ela é nítida em todo o período republicano. Mas o que é novo em torno do ano de 1937, é o fato de que esta tendência centrípeta se torna preponderante no dinamismo de nossa economia. O crescimento desta passava a ser decisivamente condicionado pela expansão da produção para o mercado interno em vez de pela exportação. A nossa economia passava a ser forçada a mobilizar os seus fatores endógenos para prosseguir em seu desenvolvimento, de vez que os fatores exógenos se alheavam desse desenvolvimento.

A braços com o imperativo de reorientar os investimentos para as atividades internas de produção, a nossa burguesia, tanto a latifundiária como a industrial, careciam de um ordenamento político estatal que garantisse esta transição sem grandes percalços. Era necessário dar um sentido mais intervencionista ao Estado e eliminar as barreiras interestaduais que dificultavam o pleno funcionamento de um mercado interno. Por isso foi possível o Golpe de 1937. O Estado Novo foi assim uma ditadura da burguesia nacional, então como hoje, híbrida.

Os autores citados souberam perceber os fatores econômicos da Revolução de 1930, especialmente Azevedo Amaral. O Golpe de 1937 é, verdadeiramente, a ultimação da Revolução de 1930.

Os principais organizadores diretos do Golpe de 1937 e do Estado Novo tiveram consciência disto. Evidentemente, ao lado dos enunciados apologéticos e encomiásticos dos documentos estado-novistas, muito há de objetivo que assinalar num estudo sociológico como o que fazemos. O Sr. Francisco Campos, por exemplo, em entrevista à imprensa em novembro de 1937, dizia, com perfeito cabimento, o seguinte,

“...a Revolução de 30 só se operou, efetivamente, em 10 de novembro de 1937.

“É então que todo o seu conteúdo se condensa no sistema do Estado e a sua expressão política se sobrepõe aos entraves criados ainda pela velha ordem de coisas, empenhada em deter a marcha triunfante do destino do país.

“Por certo, com toda a força nova e o ímpeto da Revolução, já realizara o Governo provisório uma grande obra legislativa. Só o monumento das leis sociais, que deram composição orgânica e coesão nacional aos elementos de produção e de trabalho, basta para atestar a densidade do seu ânimo construtivo.

“Apenas iniciada, porém, a Revolução foi captada pela política, que a fez abortar mediante seus processos emolientes e dilatatórios. Ao formar os próprios instrumentos de ação, diluiu-se e gastou-se nos episódios da luta contra os velhos instrumentos do sistema a que devia substituir e para eles foi arrastada através das insidiosas manobras dos que tinham interesse em desvirtuá-la e reduzi-la à importância.

“Quando quiseram reagir os chefes da Revolução, já a política se havia instalado no poder, precipitando a reconstitucionalização do País no sentido de consolidar a sua restauração. Foi esse o papel da Constituição de 34, que frustrou a Revolução da sua oportunidade, canalizando-lhe os impulsos nos mesmos condutos que ela visara romper e inutilizar.

“Permanecia, assim, o problema político na equação estabelecida antes de 30 e que o movimento de outubro procurava resolver”.

A Proclamação ao Povo Brasileiro, lida pelo Presidente Vargas no Palácio Guanabara em 10 de novembro de 1937 é documento de grande interesse sociológico. Não é possível aqui o seu exame detalhado. Mas vale ressaltar alguns pontos do documento. O Presidente aí esclarece que “os nossos partidos em que os velhos se transformaram nada exprimiam ideologicamente, mantendo-se à sombra de ambições pessoais ou de predomínios localistas”. Define o Estado Nôvo como um meio de assegurar o predomínio do interesse nacional sobre o regional. Proclama “a influência e o controle” crescentes “do Estado sobre a economia” e o imperativo da “renovação do aparelhamento econômico do qual depende todo o progresso nacional”.

Certamente tanto nestes dois documentos oficiais acima citados como nos livros dos autores que focalizamos, há muito o que escoimar. Nêles, entretanto, a análise sociológica não poderá deixar de assinalar manancial de observações cuja utilização é imprescindível na elaboração da teoria da sociedade brasileira.

IV

Caracteres da Intelligentzia

(Apêndice)

Caracteres da "Intelligentzia"

I

A palavra russa *intelligentzia*, que os sociólogos ultimamente têm utilizado, vem atender à necessidade de distinguir o intelectual no sentido clássico do termo (o escritor, o sábio, o professor) dedicado à criação pura ou ao estudo pelo estudo, daquele tipo de intelectual interessado na produção e difusão de idéias essencialmente enquanto contribuem para a reforma social ou para o processo revolucionário. Na Rússia, integravam a *intelligentzia*, desde a segunda metade do século XIX, indivíduos oriundos de diferentes camadas sociais (nobres, sacerdotes, operários, camponeses, comerciantes etc.), mas identificados por uma posição cismática. Todavia, embora a *intelligentzia* russa englobasse pessoas que não tinham categoria de intelectual, muitos dos seus componentes foram também notáveis escritores, filósofos e sábios que desempenharam relevante papel na história do pensamento de sua pátria. Aliás é da ação destes últimos que se tem mais abundante documentação. Os que integravam a *intelligentzia* russa viviam as idéias que professavam, intransigentemente, até mesmo com um acento místico. Queriam fazer na vida prática a experiência da verdade de suas doutrinas. Foram eslavóvilos que lutavam por um destino específico da Rússia, distinto dos povos ocidentais, ou intelectuais influenciados pelo pensamento europeu, que pretendiam "russificar" as doutrinas do Ocidente ou realizá-las à risca. Entre os eslavóvilos estão, por exemplo, o anarquista K. Aksakoff e o poeta Komiakoff. Os ocidentalistas, uns servís, outros criadores, se sucedem ao compasso da transformação das idéias na Europa e são voltairianos, saint-

simonianos, fourierianos, hegelianos, materialistas, marxistas; são revolucionários como Raditchev, Pestel, Lênine.

Mas se estes antecedentes caracterizam o *intelligentzista* russo como um tipo "raskol", como lembra Berdiaeff, o fato é que, no domínio da sociologia, pode-se aceitar a definição de *intelligentzia* do *Oxford Dictionary* (3.^a edição de 1934), que reza o seguinte: "aquela parte de uma nação que aspira a pensar com independência". Foi Arthur Koestler, se não me engano, que chamou a atenção para esses termos do citado dicionário inglês. Vejo-os adotados num interessante estudo de Roberto Ares Pons "*La Intelligentzia Uruguia*" (revista *Nexo*, n.º 2, 1955). Aí, entretanto, Ares Pons, que escreve muitas observações relevantes sobre o assunto, faz de um aspecto incidental da *intelligentzia* o seu caráter essencial. Diz êle que "é inerente ao papel da *intelligentzia* a adoção de modalidades de conduta em maior ou menor grau anárquicas e subversivas". O autor, sem dúvida, se impressionou demasiadamente com o modelo russo. Se se considera a palavra como um conceito sociológico, ter-se-á de depurá-la de seu significado episódico original. A *intelligentzia* pode ser subversiva em dado momento de uma sociedade particular, mas não o é sistematicamente. Sua conduta se funda num "pensar independente", isto é, num pensar cujo sujeito se esforça, tanto quanto lhe seja possível, em pôr em suspensão as habituais influências condicionantes da conduta. Sobretudo o pensar da *intelligentzia* é um pensar que se esforça por ser liberto do ponto-de-vista exclusivo de uma classe, ou como diz Mannheim, "sensível à natureza dinâmica da sociedade e ao seu conjunto". Pessoalmente, não creio num pensar imune de condicionamento social. Mas admito, com fortes razões, que todo pensamento ajudado pela consciência crítica dos fatores que o condicionam, alcança necessariamente maior objetividade do que o desservido de auto-reflexão.

Do ponto-de-vista sociológico, as características fundamentais da *intelligentzia* são o "pensar independente" e a militância. O *intelligentzista* procura obter a suspensão dos estereótipos a respeito dos temas e, assim, examiná-los de maneira crítica. Mas a visão que alcança dêste modo não é para a sua

fruição pessoal, destina-se a servir de instrumento na modificação da realidade. É claro que esta conduta, pela exigência de rigor que se impõe, é excepcional e suscita a suspeição e oposição às vezes violenta de pessoas sem treino intelectual, que assim se defendem contra a problematização de modos de ver, opiniões, atitudes que supunham tranqüilos e sobre os quais fundamentaram sua vida. Tal oposição é, não raro, material de psicanálise, antes que propriamente resultado de convicções sistemáticas. É, em última instância, defesa da segurança psicológica dos que, pelos mais diferentes motivos, não querem ou não podem reelaborar os seus esquemas de compreensão do mundo.

II

A ilustração porventura mais feliz da *intelligentzia*, em sua acepção sociológica atual, é propiciada pelo círculo weberiano, na Alemanha, e pela "sociedade fabiana", na Inglaterra. Escolho de propósito o círculo weberiano para ilustrar o conceito sociológico de *intelligentzia* precisamente tencionando contribuir para libertá-lo das notas místicas e do marginalismo que marcaram originariamente aquêle termo. Houve propriamente dois salões weberianos, o de Berlim e o de Heidelberg. O primeiro, na casa do Dr. Max Weber pai, onde compareciam homens como Bennigsen, Miquel, Rickert, Julian Schmidt, Sybel, Treitschke, Mommsen, Julius Goldschmidt, Wilhelm Dilthey. Neste ambiente privilegiado se educou o sociólogo e filósofo Max Weber, que veio a ser professor da Universidade de Heidelberg. O salão do segundo Max Weber não foi apenas lugar onde se discutiam as questões de ciência e de filosofia, freqüentado por Immanuel Bekker, Erdmannsdoerffer, Georg Jellinek, Ernest Troeltsch, Paul Hensel, Karl Neumann, Karl Jaspers, Kuno Fischer. Em primeiro lugar, cada um desses homens, como quase todo pensador alemão, por mais abstratas que fossem as suas preocupações, era afetado pela consciência da especificidade do destino alemão. Em segundo lugar, o animador dêste círculo foi um pensador militante. Dou a maior

importância a este fato, pois êle demonstra que há um tipo de militância que não prejudica, antes estimula o trabalho filológico e sociológico. Max Weber, uma das figuras mais completas de sociólogo, jamais se distraiu em seus estudos e em sua vida prática do problema nacional alemão. É significativo que sua lição inaugural em 1894 na Universidade de Freiburg-im-Breisgau se intitulasse: *O Estado Nacional e a Política Alemã*. Neste trabalho, tratava da imaturidade da burguesia alemã, que naquele momento o sociólogo julgava inapta a exercer a liderança política da nação. Weber percebia que a burguesia nascente de seu país, ao contrário dos *junkers* em declínio, era dominante mas não dirigente e, de sua parte, procurava influir para a configuração do que chamava de *Machtstaat*, de um Estado a serviço da nação alemã como um todo e não tributário de uma classe.

É perigoso — dizia Max Weber — é perigoso e a longo prazo incompatível com o interesse da nação que uma classe economicamente em declínio (M. Weber se referia aos *junkers*) desfrute poder político, porém é mais perigoso ainda que classes para as quais se encaminham o poder econômico e, por consequência, o poder político, não sejam ainda politicamente maduras para a liderança. Nas palavras que vou transcrever, J. P. Mayer (*Max Weber and German Politics*) vê uma síntese do programa da sociologia política do nosso autor. Dizia Weber: “imensa tarefa de educação política está diante de nós e não há mais sério dever para cada um de nós, para cada um em seu estrito círculo, do que colaborar na educação política de nossa nação que *deve ser o fim último de nossa ciência*” (o grifo é meu—G.R.). Este é um pensamento eminentemente *intelligentzista*. Poderíamos ir longe na demonstração do caráter militante da obra de Max Weber. Deixamos de lado muitos aspectos que só poderiam ser focalizados em estudo de outras proporções. Mas lembremos finalmente que Max Weber participou de trabalhos políticos, tendo-se iniciado neste particular no grupo de Friedrich Naumann, dirigente da Evangelisch-Soziale Verein e um dos líderes do Partido Democrático depois de 1918.

III

A *Fabian Society*, fundada em Londres no inverno de 1883-4, é também ilustração típica do que é a *intelligentzia*. A *Sociedade Fabiana*, de que, em sua primeira fase, participavam intelectuais como Edward R. Pease, George Bernard Shaw, Sidney Webb, Graham Wallas e Annie Besant, foi a organização de um esforço no sentido de incorporar à comunidade britânica, sem perda de suas peculiaridades, as novas correntes de pensamento social. Para usar terminologia de Luckács, podemos dizer que os “fabianos” constituíram na Inglaterra de seu tempo a esquerda possível. Assimilaram o marxismo e o comunismo, sem ultrapassar o limite da tolerância objetiva do seu espaço nacional. Foram uma terceira posição. Foram exemplares sob muitos aspectos, principalmente enquanto criaram um estilo de conduta intelectual diante do marxismo e do comunismo, imune de policialismo. São “fabianos” Beatrice Webb (já falecida), autora de um dos melhores estudos sobre a edificação da sociedade soviética, e G. D. H. Cole, conhecido e apreciado especialista em assuntos marxistas. São autores largamente acatados na Inglaterra, como aliás, outros, não pertencentes ao círculo “fabiano”, mas de orientação semelhante, os quais atuam particularmente na Universidade de Londres. A influência dos “fabianos” se exerceu, até os anos 40, mediante publicações (os *Fabian Essays* de 1880 e 1889, os *Fabian Tracts*, o *Fabian Quarterly*), o aconselhamento de agências governamentais e a política de infiltração (*policy of permeation*). Graças aos seus trabalhos, algumas reformas substanciais foram realizadas nos governos locais, chegando mesmo a controlar, por intermédio dos *Progressistas*, a administração de Londres. Levaram as idéias socialistas às organizações partidárias dos liberais e dos conservadores e ajudaram a formar o *Labour Party* em 1906.

IV

No Brasil só em em nossos dias surge propriamente uma *intelligentzia*. Ela congrega certo número de intelectuais politizados, no alto sentido da palavra, isto é, como o foram Max

Weber, Sidney Webb, Bernard Shaw, Beatrice Webb. Estes intelectuais fazem realmente política, exibem na sociedade brasileira um estilo de vida intelectual que contraria as expectativas até agora dominantes, entre nós, a respeito do que devem ser as pessoas cultas. Por motivos que não podemos examinar aqui, formou-se no Brasil uma concepção segundo a qual a vida da inteligência é incompatível com a política. Os adeptos desta concepção tomam-se de susto ante a existência de intelectuais que se afirmam também políticos. Se, porém, tiverem boa fé, verificarão que este espanto é injustificado. Ao contrário, num país como o Brasil, o intelectual que viva profundamente a ética da inteligência, reconhecerá que o seu magistério terá de ser deliberadamente, intencionalmente político. Não é inteligente ser de outra maneira. Há na sociedade brasileira, atualmente, um ôco a preencher, que decorre da perda de exemplaridade das idéias, por meio das quais justificava sua dominação uma classe há duas décadas em processo de aposentadoria histórica. Está diante de nós a tarefa de organizar um Estado Nacional ou seja de configurar politicamente o povo brasileiro. Para o intelectual, assumir essa tarefa não corresponde a ser adminículo de uma classe particular. Nas condições atuais da sociedade brasileira, está aberta ao intelectual, pela primeira vez entre nós, a oportunidade de valer por si, na proporção do teor concreto das idéias que exprime. Tais condições necessariamente politizam o trabalho intelectual orientado por um propósito substitutivo. E a *intelligentzia* não é esteticista. Pretende sempre a fundação de algo e o exercício de tarefa pedagógica.

ÍNDICE DE NOMES

- Agostinho (Santo) — 12, 143.
Aksakoff, K. — 185.
Almino Afonso — 90, 93.
Amado, Gilberto — 7, 9, 10, 42, 43, 47, 55, 56, 60, 61, 62, 64, 65, 66, 73, 86.
Amiel — 153.
Amoroso Lima, Alceu — 12, 141, 145, 146, 147, 150, 152, 153, 154, 155, 157, 158.
Antônio Carlos — 29.
Assis Memória (Padre) — 141.
Ataide, Tristão de (vide Amoroso Lima, Alceu).
Ávila, Fernando Bastos de (Padre) — 141.
Azevedo Amaral — 13, 168, 169, 172, 173, 174, 176, 177, 178, 179, 180.
Azevedo Amaral, Inácio — 178.
Azevedo Lima — 55, 56.
Baran, Paul — 11, 114.
Barbosa, Rui — 10, 26, 27, 28, 64, 72, 74.
Barbosa Lima Sobrinho — 55, 72, 75.
Barnabooth — 153.
Barros, Ademar de — 10, 56, 76.
Bartoli, Henri — 141.
Bekker, Immanuel — 187.
Benedict, Ruth — 162.
Bennigsen — 187.
Berdiaeff — 13, 186.
Bergamini — 55, 56.
Berle Jr. 11, 99.
Bernanos — 12, 150.
Bernardes, Artur da Silva — 28, 32, 64, 74, 145, 148.
Besant, Annie — 189.

Bittencourt, Câmara — 176.
Bocaiúva, Quintino — 73.
Bocaiúva Cunha, L. F. — 93, 111.
Bonald, de — 12, 142, 144, 157.
Brás Pereira Gomes, Venceslau — 27, 32, 63.
Brasiliense, A — 25.
Burguiba — 135.
Burke — 12, 157.
Cabraal, Francisco Bernardo — 122.
Calvez, Jean-Yves — 141.
Câmara, D. Helder (Arcebispo) — 141.
Câmara, D. Jaime (Cardeal) — 141.
Campos, Francisco de — 13, 181.
Campos Sales, Manoel Ferraz de — 9, 10, 26, 27, 30, 32, 52, 63, 70.
Cardonnel, Tomás (Frei) — 151.
Carneiro, Fernando — 12, 141, 147, 149, 150.
Carneiro Leão, A. — 43.
Carvalho, Orlando M. — 67.
Cavalcânti, Tenório — 57.
Cerqueira, Benedito — 111.
Chaves de Melo, Gladstone — 141.
Chou-En-lai — 117.
Cole, G. D. H. — 189.
Comte, Augusto — 25.
Corção, Gustavo — 12, 141, 150.
Cornu, Augusto — 166.
Côrtes, Donoso — 145.
Cunha, Euclides da — 70, 168, 169.
Dali, Salvador — 15.
Daniélou, Jean (Padre) — 143.
De Gaulle, Charles — 117.
Delamare, Alcebiades — 141.
Deodoro — 9, 26, 52.
Dilthey, Wilhelm — 187.
Domenach, Jean-Marie — 143.
Durkheim — 60.
Dutra, Eurico Gaspar — 31, 32, 64, 128.
Duverger, Maurice — 79.
Engels — 110, 114, 115.

Erdmannsdoerffer — 187.
Faria, Otávio de — 13, 152, 153, 160, 161, 162, 163, 166.
Ferhat Abbas — 117, 135.
Ferrari, Fernando — 45, 96.
Fidel Castro — 17, 132, 135.
Figueiredo, Jackson de — 12, 141, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153.
Fischer, Kuno — 187.
Fonseca, Deodoro da — (vide Deodoro).
Fonseca, Hermes Rodrigues da — 27, 32, 64, 74.
Franco — 150.
Freyer, Hans — 157.
Friedrich, Carl J. — 58.
Frontin, Paulo de — 55.
Garaudi, Roger — 114.
Glicério, Francisco — 10, 52, 73.
Goldmann, Lucien — 85.
Goldschmidt, Julius — 187.
Gomes, Eduardo — 31, 141.
Gomes, Perilo — 141.
Goulart, João — 10, 56, 57, 78, 89, 90, 92, 93, 96.
Graça Aranha — 159.
Gros, André — 16.
Guerreiro Ramos, Alberto — 75, 80, 122, 125, 130.
Guevara, "Ché" — 11, 113, 117.
Guimarães, César — 122.
Guizot — 145.
Heller, Hermann — 23.
Hensel, Paul — 187.
Hermes (Marechal) — (Vide Fonseca, Hermes Rodrigues da).
Homem de Melo (Barão) — 159.
Jaspers, Karl — 187.
Jellinek, Georg — 187.
João VI, Dom (Rei) — 174, 175.
João XXIII (Papa) — 151.
José Américo — 30.
Júlio Maria (Padre) — 12, 144, 151.
Kenyatta, Jomo — 135.
Keyserling — 162.
Khruchtchev — 112, 113, 115, 117, 132.

Koestler, Arthur — 186.
Komiakoff — 185.
Kubitschek, Juscelino — 10, 12, 32, 34, 59, 64, 67, 102, 120,
121, 133, 134.
Lacerda, Carlos — 12, 59, 141, 151.
Lacerda, Maurício de — 55, 56.
Lamennais — 142.
Lefort, Claude — 86.
Lênine — 11, 81, 110, 115, 116, 186.
Le Play — 142.
Lima, Hermes — 26.
Lima, Osvaldo — 93.
Linhares (Conde de) — 176.
Linton — 164.
Lira, Tavares de — 59.
Lisboa, João Francisco — 48, 52, 53.
Liu Shao-shi — 79, 117.
Lott, Henrique (Marechal) — 11, 12, 36, 78, 97, 107, 119,
122, 123, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134.
Luckács — 10, 80, 81, 82, 83, 189.
Luís, Washington — *Vide* Pereira de Souza.
Lumumba — 135.
Madariaga, Salvador — 162.
Magalhães, Juraci — 36.
Magalhães, Sérgio — 59, 104.
Magalhães de Almeida — 65.
Maistre, Joseph de — 12, 142, 144, 149, 157.
Mannheim, Karl — 165, 186.
Mao Tsé-tung — 117.
Maquiavel — 163.
Mariani, Clemente — 39.
Martins de Almeida — 13, 168, 169, 170, 172.
Marx, Karl — 110, 114, 115, 165.
Maurras — 142, 144, 148.
Mayer, J. P. — 188.
Mead, Margaret — 162.
Melo Franco, Afonso Arinos de — 12, 13, 73, 152, 153, 158,
159, 160, 161, 162, 163, 164, 165.
Mendes de Almeida, Cândido Antônio (Conde) — 141.
Michels, Robert — 37, 86.

Miquel — 187.
Mommsen — 187.
Morais, Durval de — 141.
Morais Barros, Prudente José de — 26, 27, 32.
Mosca, Gaetano — 165.
Myrdal, Gunnar — 11, 114.
Nabuco, Joaquim — 47, 72, 98.
Neumann, Karl — 187, 188.
N'Krumah — 112, 132, 135.
Nogueira, Hamilton — 12, 141, 148, 149.
Normano, J. F. — 27.
Oliveira Viana — 10, 47, 48, 50, 51, 53, 66, 71, 168, 178, 179.
Omegna, Néelson — 93.
Oraison, Marc (Padre) — 143.
Pagano, Sebastião — 141.
Pareto — 165.
Pasqualini, Alberto — 89.
Passos, Gabriel — 127.
Pease, Edward R. — 189.
Peçanha, Nilo — 74, 145.
Pedro I, Dom (Imperador do Brasil) — 71.
Peixoto, Floriano — 9, 26, 52, 73.
Pena, Afonso Augusto Moreira — 32, 63.
Pereira, Temperani — 93.
Pereira de Souza, Washington Luís — 28, 32, 63.
Pessoa, Eptácio da Silva — 27, 32, 64, 145.
Pestel — 186.
Pinheiro Machado — 10, 52, 54, 73.
Pinto, Ariosto — 111.
Pinto do Carmo, A. J. — 74.
Pons, Roberto Ares — 186.
Prado Jr., Caio — 168.
Prestes, Luís Carlos — 11, 28, 76, 108.
Prestes de Albuquerque, Júlio — 32, 49, 64, 74.
Prestes Maia — 44.
Proudhon — 145.
Prudente de Morais — *Vide* Morais Barros, Prudente José de.
Quadros, Jânio — 9, 10, 11, 12, 17, 21, 22, 32, 33, 34, 35, 36,
37, 39, 41, 57, 60, 64, 67, 68, 78, 95, 96, 97, 98, 99, 100,
101, 102, 122, 123, 126, 127, 130, 131, 132, 133, 134.

Raditchev — 186.
Ribeiro, João — 169.
Rickert — 187.
Rios, José Arthur — 141.
Rodrigues Alves, Francisco de Paula — 26, 32, 63.
Romero, Sílvio — 53, 168, 169.
Rozanof — 162.
Saint-Hilaire, Augusto — 70.
Salazar — 150.
Salgado, Plínio — 76.
Santa Rosa, Virgínio — 13, 28, 168, 169, 172.
San Thiago Dantas — 90.
Santos, Edgar — 16.
Santos, José Maria dos — 168.
Saraiva — 23.
Sardinha — 150.
Sartre, Jean-Paul — 11, 114.
Scheler, Max — 154, 155.
Schmidt, Julian — 187.
Seixas Dória — 127.
Sékou-Touré — 112, 117, 132, 135.
Senghor, Léopold-Sédar — 132, 135.
Shaw, George Bernard — 189, 190.
Siegfried, André — 162.
Simmel — 147.
Soares de Souza, Paulino José (Visconde do Uruguai) — 70.
Sodré, Alcino — 30.
Spengler — 162.
Stalin — 11, 93, 113, 115.
Sweezy, Paul — 11, 114.
Sybel — 187.
Sylvanus Olympio — 132, 135.
Tarde, Gabriel — 157, 165.
Távora, Juarez — 12, 133, 134, 141, 145.
Tito (Marechal) — 117.
Tôrres, Alberto — 10, 12, 86, 155, 157, 158, 168, 169, 179.
Toynbee, Arnold — 12, 143, 157.
Treitschke — 187.
Trigueiro, Oswaldo — 63.
Troeltsch, Ernest — 187.

Trotsky — 115.
Vale, Eurico — 65.
Vargas, Getúlio — 10, 13, 31, 32, 34, 56, 64, 66, 72, 74, 76,
89, 91, 92, 96, 134, 136, 178, 182.
Vaz, Henrique (Padre) — 141.
Veblen, Thorstein — 160.
Wallas, Graham — 189.
Webb, Beatrice — 189, 190.
Webb, Sidney — 189, 190.
Weber, Max — 13, 49, 187, 188, 190.
Wilson — 57.
Wright Mills — 11, 114.